

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADES

ROGÉRIO ANDERSON DA SILVA

DITADURA BRASILEIRA: OS USOS DA HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DE
NARRATIVAS ANTIDEMOCRÁTICAS NAS POSTAGENS EM GRUPOS DO
FACEBOOK: DESAFIOS PARA O ENSINO.

PONTA GROSSA

2023

ROGÉRIO ANDERSON DA SILVA

**DITADURA BRASILEIRA: OS USOS DA HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DE
NARRATIVAS ANTIDEMOCRÁTICAS NAS POSTAGENS EM GRUPOS DO
FACEBOOK: DESAFIOS PARA O ENSINO.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Cerri.

PONTA GROSSA

2023

Silva, Rogério Anderson
5586 Ditadura brasileira: os usos da história na construção de narrativas
antidemocráticas nas postagens em grupos do facebook: desafios para o ensino
/ Rogério Anderson Silva. Ponta Grossa, 2023.
127 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura
e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Cerri.

1. Ditadura militar. 2. Cultura histórica. 3. Memória. 4. Redes sociais. 5.
Cultura política. I. Cerri, Luis Fernando. II. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. História, cultura e identidades. III.T.

CDD: 981

TERMO DE APROVAÇÃO

Rogério Anderson da Silva

Ditadura brasileira: os usos da história na construção de narrativas antidemocráticas nas postagens em grupos do Facebook: desafios para o ensino.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História- Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 14 de abril de 2023, pela seguinte banca examinadora:


Prof. Dr. Luis Fernando Cerri (Orientador)


Prof. Dr. Edson Armando Silva (UEPG)


Prof^ª. Dr^ª. Marisa Massone (UBA)

Dedico à memória do meu avô Deuclides Antônio Severgnini (1940 - 2008), um ex-militar que problematizou, durante nossas conversas sobre política, a atuação dos militares ao longo da história. Esses questionamentos foram essências para despertar a curiosidade sobre o período ditatorial e seus desdobramentos futuros.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é a certeza de esquecer algumas pessoas que tiveram papel relevante no processo de construção desta pesquisa. No entanto, me sinto na obrigação de agradecer a professora Dr^a. Juliana Pirola da Conceição, orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, que me ensinou a escrever um projeto de mestrado e encorajou a seguir na carreira acadêmica. Aos professores Dr. Tiago Costa Sanches, Dr^a. Dinéia Ghizzo Fellini e Liliane de Castro por incentivar a buscar aperfeiçoamento profissional.

Aos meus amigos João Carlos Cicovski e Vitória Lara de Souza Brito que suportaram meu mal humor quando as coisas não corriam bem. Ao meu amigo Gabriel Antônio Butzen e sua companheira Isabela Stersa de Oliveira que mediaram o contato com o programador que desenvolveu a ferramenta de extração de dados.

Embora singelo, meu sincero reconhecimento ao trabalho do Giovani Rubim Francisco, bacharel em Ciência da Computação que desenvolveu a ferramenta de extração que possibilitou a construção do banco de dados usado nesta pesquisa. Meu estimado amigo, Tarcísio Moreira de Queiroga Junior, pelas trocas de experiências, e longas discussões sobre o tema.

Não posso esquecer do professor Dr. Edson Armando Silva que dedicou uma fração de seu tempo para me ajudar com os *softwares* de tratamento de dados. Bem como, agradecer a paciência e dedicação do professor Dr. Luis Fernando Cerri que orientou esta pesquisa. Por fim, deixo o agradecimento especial a minha mãe Luciane Regina Severgnini, que me ajudou de todas as formas possíveis, muitas vezes com uma simples pergunta: você está bem?

RESUMO

Este trabalho visa analisar, postagens publicadas na plataforma Facebook que ressaltam o período da ditadura militar no Brasil, ou ainda, que aspirem a intervenção militar na atualidade. Para isso, após uma varredura na plataforma, foram selecionados ao todo, dois grupos privados e um público, constituído por possíveis apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ao longo das análises, um dos grupos privados teve o perfil excluído, a demonstrar a fragilidade das fontes, restando apenas, um grupo público e um privado, dos quais, parte de suas publicações, foram aqui analisadas. A seleção dos grupos ocorreu a partir de quatro critérios, são eles: i) criação do perfil no ano de 2018; ii) publicações com indícios de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro; iii) mais de cinquenta mil membros; e, iv) conta com publicações diárias. O objetivo da pesquisa se constitui, portanto, em averiguar quais elementos da cultura histórica e como eles são produzidos e mobilizados nesses grupos, cujas narrativas anseiam pela intervenção militar. Quanto a abordagem, trata-se de uma pesquisa qual-quantitativa, e a metodologia adotada, baseia-se nos estudos da netnografia, cujo aporte teórico conta com os estudos de Robert V. Kozinets, Paula J. Rocha, Sandra P. Montardo, Mário Novieli, entre outros. Com vistas a evitar possíveis interferências no comportamento dos membros do grupo, aderiu-se a postura de pesquisador *lurker*, isto é, aquele que apenas observa o comportamento dos outros. Os resultados demonstram que apesar de contar com grande número de membros, poucos perfis mobilizam a rede; além disso, há uma ausência de argumentos históricos para defender os pedidos de intervenção militar nos comentários. Quando analisamos os textos, duas categorias destacaram-se: nacionalismo e antipolítica; o nacionalismo se dá por meio da exaltação dos militares em detrimento da democracia justificado pelo anticomunismo, e antipolítica apresenta aspectos da cultura política de sujeição para justificar a supressão da cultura política participante. De modo geral, a cultura histórica autoritária defendida pelos membros do grupo abalizam a cultura política de sujeição.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Cultura Histórica; Memória; Redes Sociais; Cultura Política.

ABSTRACT

This work aims to analyze posts published on the Facebook platform that highlight the period of the military dictatorship in Brazil, or even that aspire to military intervention today. For this, after scanning the platform, two private groups and one public group were selected, consisting of possible supporters of former President Jair Bolsonaro. Throughout the analyses, one of the private groups had its profile excluded, demonstrating the fragility of the sources, leaving only a public and a private group, of which part of their publications were analyzed here. The selection of groups took place based on four criteria, namely: i) creation of the profile in 2018; ii) publications with evidence of support for former President Jair Bolsonaro; iii) more than fifty thousand members; and, iv) has daily publications. The objective of the research is, therefore, to find out which elements of historical culture and how they are produced and mobilized in these groups, whose narratives yearn for military intervention. As for the approach, it is a qualitative-quantitative research, and the methodology adopted is based on netnography studies, whose theoretical support includes the studies of Robert V. Kozinets, Paula J. Rocha, Sandra P. Montardo, Mario Novieli, among others. In order to avoid possible interferences in the behavior of the group members, the researcher adopted the lurker posture, that is, the one who only observes the behavior of others. The results show that despite having a large number of members, few profiles mobilize the network; moreover, there is an absence of historical arguments to defend calls for military intervention in the comments. When we analyzed the texts, two categories stood out: nationalism and anti-politics; nationalism takes place through the exaltation of the military to the detriment of democracy justified by anticommunism, and antipolitics presents aspects of the political culture of subjection to justify the suppression of the participating political culture. In general, the authoritarian historical culture defended by the group's members underpins the political culture of subjection.

Keywords: Military Dictatorship; Historical Culture; Memory; Social Media; Political Culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Interface da extensão do boot de extração de dados do <i>Facebook</i> para o navegador <i>google chrome</i>	68
Figura 2 - Carregamento de <i>ID's</i> na extensão do <i>Google chrome</i>	69
Figura 3 - Escaneamento dos <i>links</i> para extração dos dados contidos nos <i>ID's</i>	69
Figura 4 - Interface inicial do programa <i>OpenRefine</i>	71
Figura 5 - Carregar dados no <i>OpenRefine</i>	72
Figura 6 - Comandos utilizados para remover espaços em branco e consecutivos dos textos.....	72
Figura 7 - Comandos para exclusão de pontos e vírgulas do material.....	73
Figura 8 - Comando e códigos utilizados para excluir itens não textuais da base de dados.....	73
Figura 9 - Particionar o texto em uma palavra por linha.....	74
Figura 10 - Preencher coluna autor.....	74
Figura 11 - Adicionar coluna e excluir itens indesejados.....	75
Figura 12 - Criar uma faceta de texto.....	76
Figura 13 - Excluir as linhas com palavras que não agregam sentido ao texto.....	76
Figura 14 - Criar coluna LEMMA.....	77
Figura 15 - Resultado do processo de tratamento de fonte.....	77
Figura 16 - Interface da base de dados no programa Excel ou ferramenta similar.....	78
Figura 17 - Planilha que identifica os itens textuais.....	79
Figura 18 - Interface do programa <i>Gephi</i>	79
Figura 19 - Estabelecer relações textuais por meio do <i>Gephi</i>	80
Figura 20 - Conjunto de comandos para diferenciar nós e arestas ao adicionar cores deferentes em nós e arestas e organizar os dados.....	81
Figura 21 - Atribuição de filtro no programo <i>Gephi</i>	81
Figura 22 - Ilustração da aplicação de filtro no <i>Facebook</i>	82
Figura 23 - Comentários que exaltam a ditadura.....	85
Figura 24 - Perfis e temas com maior número de comentários na base de dados.....	88
Figura 25 - Laboratório de dados do <i>Gephi</i> exemplificando a construção do grafo 23.....	89

Figura 26 - Autores e palavras que são centrais no discurso apresentado no grafo 23.....	90
Figura 27 - Exemplo de estrutura dos comentários que pediam ForaRenan.....	92
Figura 28 - Ilustração dos comentários que pedem voto em cédulas.....	93
Figura 29 - Exemplificação da estrutura dos comentários que faziam campanha para Bolsonaro nos grupos.....	93
Figura 30 - Lulapreso e indultão.....	94
Figura 31 - Ilustração do laboratório do <i>Gephi</i> para elaboração do grafo contendo as principais postagens.....	98
Figura 32 - Postagens com maior engajamento.....	98
Figura 33 - Comunidade semântica nacionalista.....	99
Figura 34 - Tabela de dados que relaciona a expressão povo ao nó Brasil.....	101
Figura 35 - Informações relacionadas a corrupção.....	102
Figura 36 - Autores ou autoras que publicaram os principais textos ênfase nacionalista.....	105
Figura 37 - Elementos que versam sobre política.....	106
Figura 38 - Informações sobre o origem, destino, peso e significados da palavra ética.....	107
Figura 39 - Antipolítica: autores centrais.....	113
Figura 40 - Importância do autor para a rede.....	114
Figura 41 - Conexões estabelecidas entre autos (origem) e texto (destino).....	114
Quadro 1 - Termos e significados.....	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DIDÁTICA DA HISTÓRIA: O CIBERESPAÇO COMO FONTE PARA A PESQUISA HISTÓRICA.....	17
2.1 PASSADO QUE NÃO PASSA: POLÍTICAS DE (DES)MEMÓRIA COMO ESTRATÉGIA DE ESQUECIMENTO PARA O PASSADO TRAUMÁTICO.....	20
2.2 DITADURA MILITAR COMO PASSADO TRAUMÁTICO: DO ESQUECIMENTO INDUZIDO À TRAUMATIZAÇÃO SECUNDÁRIA	34
2.3 CULTURA HISTÓRICA, HISTÓRIA PÚBLICA E A HISTÓRIA DIGITAL.....	39
2.3.1 Inter-relação entre Cultura histórica e cultura política.....	44
2.3.2 Diálogos entre história pública, história digital e a circulação de conhecimento histórico no ciberespaço.....	52
3 ANÁLISE DE CONTEÚDO E A NETNOGRAFIA EM PESQUISAS NO CAMPO DA HISTÓRIA.....	58
3.1 NETNOGRAFIA COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO PARA PESQUISA HISTÓRICA.....	62
3.2 IDENTIDADES, PASSADOS E SENTIDOS QUE AS REDES PESCAM.....	68
3.3 CATEGORIAS CONSTRUÍDAS A PARTIR DOS DADOS EMPÍRICOS.....	82
3.3.1 Ausência de argumentos: muitos não interagem e poucos monopolizam o volume de informações.....	87
3.3.3 Nacionalismo fundamentado na contestação da democracia, exaltação dos militares e no anticomunismo.....	97
3.3.4 Antipolítica como elemento político.....	105
3.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE OS SENTIDOS HISTÓRICOS EVOCADOS E A CULTURA POLÍTICA MOBILIZADA.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	122

1 INTRODUÇÃO

[...]
El engaño y la complicidad
De los genocidas que están sueltos
El indulto y el Punto Final
A las bestias de aquel infierno
Todo está clavado en la memoria
Espina de la vida y de la historia
La memoria despierta para herir
A los pueblos dormidos
Que no la dejan vivir
Libre como el viento
Los desaparecidos que se buscan
Con el color de sus nacimientos
El hambre y la abundancia que se juntan
El maltrato con su mal recuerdo
 [...]
 (GIECO, L. 2001)

A última ditadura brasileira (1964-1985) e seus desdobramentos, era um assunto que sempre me chamou atenção, muito antes mesmo, de se tornar tema dessa pesquisa. No meu cenário familiar, duas narrativas concorrentes disputavam espaço, de um lado, meu pai, ex-funcionário da UNICON na Itaipu Binacional, defendia que o período ditatorial foi marcado por desenvolvimento econômico e ordem social. Do outro, meu avô, ex-militar da Aeronáutica, advogava que durante a ditadura, o Brasil viveu seu momento histórico mais sombrio. Quando tomei consciência sobre os acontecimentos que marcaram o período ditatorial, uma coisa passou a me inquietar, por que um civil defende o regime militar, enquanto um ex-militar, criticava o regime que tinha seus pares como líderes?

Muitas foram as manifestações de rua que pediam intervenção militar, contudo, as manifestações de junho de 2013, mobilizaram milhares de pessoas em várias cidades do país contra o aumento de R\$ 0,20 nas passagens do transporte público. Essas manifestações, em especial esta de 2013, alguns dos participantes exigiam a intervenção militar, o que corroborou para que eu me aprofundasse no assunto, aumentando meu interesse na área. Percebi que a narrativa sobre o período ditatorial estava em disputa, não era apenas uma questão exclusiva do meu espaço familiar. Foi a partir dessa dicotomia, que minha curiosidade sobre a temática me instigou a ler e pesquisar a respeito, tornando-se meu tema de pesquisa no Curso de História – Licenciatura, curso este, iniciado em 2015 e concluído em 2018 na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Durante o Trabalho de Conclusão de Curso, eu e minha orientadora, Dra. Juliana Pirola da Conceição, buscamos averiguar como os livros didáticos de história, abordavam a participação de civis durante o período ditatorial brasileiro. As coleções estudadas, apresentavam os civis como sujeitos passivos, presentes apenas no início da ditadura,. Todas as obras apresentavam apenas a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, e posteriormente, nas manifestações das “Diretas Já”. As respostas encontradas geraram novas perguntas, uma em especial causava desconforto: É possível um regime perdurar por 21 anos sem apoio de parte da sociedade civil?

Quando optei em seguir a carreira acadêmica e concorrer a uma vaga de mestrado, voltada para o ensino de História, tinha como objetivo pesquisar como as Diretrizes Curriculares do ensino de História no Brasil e Paraguai abordavam a ditadura. No entanto, quando em 2021 fui aprovado no processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em História, a Nível de Mestrado , na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), vivenciávamos a pandemia do Coronavírus (COVID-19) e suas consequências, dentre elas, o isolamento e a restrição de circulação de pessoas.

Esse cenário, impossibilitou o trabalho de campo, ou seja a visita às escolas, bibliotecas, repartições públicas e afins. Tendo em vista esses empecilhos, o professor Dr. Luis Fernando Cerri mencionou, a possibilidade de estudarmos narrativas contidas no ciberespaço, e prontamente aceitei, contudo, minha única condição era continuar os estudos sobre a ditadura. Dessa forma, migramos de um projeto voltado para a pesquisa comparada das Diretrizes Curriculares do Ensino de História no Brasil e Paraguai, para o estudo de narrativas que pediam intervenção militar em grupos do *Facebook*¹.

A partir do Estado da Arte, compreendemos que o ciberespaço se tornou nos últimos anos, um campo promissor para pesquisas em diversas áreas, entre elas, a História. Grupos, *blogs*, comunidades virtuais, entre outros, nos oferecem uma vasta quantidade de informações que podem ser convertidas em fontes históricas, a partir do interesse do pesquisador ou pesquisadora.

¹ De acordo com o relatório Digital 2021, o *Facebook* foi a terceira rede social mais acessada no início de 2021 pelos brasileiros. Além disso, a plataforma segue sendo a mais utilizada em todo o mundo, com mais de 2,7 bilhões de contas ativas. Dessas, 130 milhões são brasileiras. [...] A pesquisa mostrou que a maioria dos usuários do Facebook é bem ativa na rede social: 79% acessam a rede social pelo menos uma vez ao dia” (SALGADO, 2021).

Com o intuito de investigar os pedidos de intervenção militar em comunidades *online*, optamos por analisar postagens e comentários contidos em três grupos de apoiadores de ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), na rede social *Facebook*. Essa escolha se deu devido ao fato de Bolsonaro ser um defensor declarado do regime ditatorial, logo, seus apoiadores tendem a compartilhar dessa mesma visão. Assim sendo, nesta pesquisa buscamos compreender por meio da análise das publicações textuais: Como os sentidos da cultura histórica evocada mobilizam a cultura política dos membros dos grupos?

A seleção dos grupos ocorreu a partir dos seguintes critérios: : i) criação do perfil no ano de 2018; ii) publicações com indícios de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro; iii) mais de cinquenta mil membros; e, iv) conta com publicações diárias. Os critérios de tempo de criação dos grupos, número mínimo de membros e postagens diárias indicam que são grupos estáveis, o que de certa forma, sinaliza que as fontes serão preservadas, possibilitando a realização da pesquisa. Ressaltamos que a escolha do critério “indicar apoio ao presidente Bolsonaro” se dá, porque a partir da ascensão do mesmo, os ataques às instituições democráticas e os reclames por intervenção militar tornaram-se mais frequentes em discursos de uma parcela da sociedade brasileira. Com base nessas informações, adicionamos como filtro, a palavra-chave “Intervenção Militar, já o recorte temporal se refere aos anos de 2018 e 2019.

Importante destacar, que as fontes não são necessariamente os grupos, isto porque, iremos analisar parte das postagens contidas nesses grupos. Entendemos por postagens, publicações e comentários textuais, fotos, memes etc; em material audiovisual. Nesta pesquisa, nos baseamos apenas nas publicações e comentários textuais, publicados por qualquer integrante desses grupos.

Para elencarmos os critérios de análise e os objetivos específicos, elaboramos algumas perguntas norteadoras, com o intuito de desvendar os significados dos textos contidos nesse espaço, são elas:

- Quais elementos da cultura histórica são mencionadas para justificar os pedidos de intervenção militar?
- Quais elementos da cultura histórica são utilizados para defender os pedidos de intervenção militar?
- Como a ditadura é representada nas publicações e comentários textuais?

- Nessas publicações e comentários textuais, como a democracia é apresentada?
- Qual a visão predominante sobre os militares nessas publicações?
- Os comentários são favoráveis aos pedidos de intervenção?

Feito as devidas considerações em relação aos critérios para a seleção dos grupos e classificação dos dados, elencamos os três grupos selecionados:

- *Grupo 1*: criado em 20 de janeiro de 2018, possuía aproximadamente 645 mil membros;
- *Grupo 2*: criado em 27 de março de 2018, possuía cerca de 178 mil membros;
- *Grupo 3*: criado em 11 de setembro de 2018, conta com cerca de 200 mil membros atualmente.

O grupo 1, tem como nome, *Aliança pelo Brasil² BR³*. No dia 28 de outubro de 2018, teve a primeira alteração do nome, passando a se chamar *Faço parte dos 57.713.001 de Brasileiros*, aparentemente, a frase encontra-se inconclusa, no entanto, pelo histórico do grupo, não é possível confirmar tal suposição. No dia primeiro de dezembro do mesmo ano, ocorreu outra alteração na nomenclatura do grupo, passando a se chamar, *Equipe do Bolsonaro de Plantão*. Passado aproximadamente um ano, em 12 de novembro de 2019, novamente o grupo foi renomeado, retomando o título original *Aliança pelo Brasil BR*. Por fim, em 10 de março de 2021, o grupo passou a se chamar *Bolsonaro 2022 BR*. Trata-se de um grupo público e qualquer perfil pode ver o que os membros publicam.

Em 17 de junho de 2021, o número de perfis aumentou para 643.761 mil. De acordo com a descrição do *Facebook*, desse total, 427 são páginas que seguem o grupo, portanto, a imensa maioria dos membros é composta por perfis e/ou contas individuais. No dia 23 de julho de 2021, o grupo registrava 643.623 membros, uma redução pouco significativa, já na observação de 07 de fevereiro de 2022, fora expressivo o aumento de membros, chegando a 1.389.966 milhão de seguidores. Em junho de 2022, o número de membros reduziu para 1.384.207 milhão de perfis. A novidade era que o grupo passou a possuir um perfil na rede social *Instagram*. Em sua descrição, verificamos que se trata de uma página voltada para discussão sobre

² Aliança Pelo Brasil, é uma referência ao partido político que o presidente Jair Messias Bolsonaro tentou fundar, no entanto, segundo informações divulgadas pela Revista VEJA em sua versão digital até março de 2021 os fundadores conseguiram apenas 16% das 492.000 fichas de inscrição exigidas pela Justiça Eleitoral.

³ Aqui respeitamos as grafias utilizadas pelos administradores desses grupos.

política. Na última observação, em 17 de junho de 2021, ocorreram 1.398 mil publicações e somente no último mês, de acordo com os dados do *Facebook*, foram feitas 10.000 mil novas publicações, o que representa que o grupo continua ativo.

O grupo 2, atualmente é intitulado *ALIANÇA PELO BRASIL – [APOIO]*, foi criado em 27 de março de 2018 com o nome de *ALIANÇA PELO BRASIL [OFICIAL]*. Em 21 de agosto de 2019, teve o nome alterado para *FLÁVIO BOLSONARO*, menos de um mês depois, em 12 de novembro, o nome anterior foi retomado. Passado um ano aproximadamente, em 14 de setembro de 2020 começou a ser chamado de *ALIANÇA PELO BRASIL [apoio]*. Além do mais, é um grupo privado, somente membros podem ver os perfis e o que publicam, necessitando de autorização para a entrada de novos membros.

No dia 17 de junho de 2021, constatamos que o grupo contava com 175.029 mil membros, já em 23 de julho do mesmo ano, o número de integrantes diminuiu para 174.056 mil participantes e em 07 de fevereiro de 2022, teve uma pequena redução, totalizando 172.993 mil seguidores. Por fim, em junho de 2022, o grupo teve mais uma queda, chegando em 171.649 mil perfis. Do total de membros mencionados, 1.829 mil são outras páginas do *Facebook*, portanto, a maior parte dos membros é composta de perfis ou contas individuais. Nesta mesma data, em fevereiro, não foi realizada nenhuma publicação, no entanto, durante o mês seguinte, foram realizadas sete postagens. Em junho de 2022 foram feitas mais de oito mil publicações, demonstrando que o grupo segue ativo. Na descrição do grupo não consta a finalidade do mesmo.

No processo de observação do *Grupo 3*, criado em 11 de setembro de 2018, com cerca de 200.000 mil membros, o grupo foi deletado. O fato ocorrido demonstra que as fontes *online* são instáveis, o que caracteriza uma das dificuldades encontradas para quem utiliza informações contidas no ciberespaço como objeto de pesquisa. Optamos por não estudar outro grupo, pois consideramos que os grupos restantes podem oferecer material suficiente para a realização da pesquisa. O ocorrido demonstra a instabilidade das fontes *online*, e corrobora para que historiadores e historiadoras alicerçados em princípios da Escola Metódica, mantenham certa resistência em trabalhar com fontes digitais, pois defendem que as fontes devem, preferencialmente, serem documentos oficiais.

Com os grupos selecionados iniciamos o processo de coleta de dados por meio da ferramenta de extração *JavaScript*⁴, desenvolvida para esta pesquisa para o navegador *Google Chrome*. Com o banco de dados construído, realizamos o processo de lapidação das fontes, em que excluimos itens textuais que não agregavam valor as narrativas. Nesta etapa, utilizamos o *OpenRefine*⁵, programa responsável pela limpeza dos textos. Com o trabalho de limpeza da fonte concluída, empregamos o *Gephi*, *software* responsável em criar relações entre os elementos textuais que permite ao pesquisador visualizar de modo mais detalhado, as narrativas contidas nas fontes, e com isso, aprofundar a análise do material, bem como, trabalhar com banco de dados de maior volume.

Estruturamos a pesquisa em três capítulos. Na primeira parte discutimos como o ciberespaço pode ser entendido como objeto de estudo da Didática da História. Bem como, analisamos como se deu o processo de transição política durante a redemocratização do Brasil. Em seguida, apresentamos um panorama dos processos transitórios dos países do Cone Sul, a fim de comparar, como as diferentes formas de transição impactaram na construção de memória sobre o período. Concluímos o capítulo, estabelecendo um diálogo sobre as relações entre cultura histórica, cultura política, história pública e história digital.

O segundo capítulo versa sobre o processo metodológico e o Estado da arte, buscamos compreender como a *netnografia* contribuiu para a realização da pesquisa historiográfica no ciberespaço. Traçamos também, algumas aproximações entre a *netnografia* e a análise de discurso, além disso, realizamos uma descrição detalhada de como se deu o processo metodológico, desde a seleção dos grupos até a criação das categorias de análise. Logo depois, apresentamos os resultados da pesquisa, situado em três categorias de análise construídas a partir dos dados empíricos. Para concluir, expomos algumas considerações gerais sobre as relações entre os sentidos históricos e a cultura política mobilizada nos grupos.

A nível de conclusão, realizamos um balanço sobre a pesquisa e dissertamos sobre o objeto de estudo. Apresentamos uma análise sobre as dificuldades encontradas para efetuar tal tarefa. Por fim, refletimos sobre as possíveis

⁴ Linguagem de programação de uso geral criada por Brendan Eich em 1995.

⁵ Os *softwares* citados na introdução terão suas funções e usos detalhados a partir do item 3.2 deste trabalho.

contribuições do trabalho para pesquisas futuras no campo da historiografia, tendo como objeto, o ciberespaço.

2 DIDÁTICA DA HISTÓRIA: O CIBERESPAÇO COMO FONTE PARA A PESQUISA HISTÓRICA

O presente capítulo visa refletir como ocorre o processo de produção, transmissão e divulgação do conhecimento histórico, a partir da ampliação do uso das mídias sociais⁶. Além disso, propor discussões sobre o papel da Didática da História nos estudos envolvendo a produção e circulação de conhecimento na rede mundial de computadores, objeto de estudo de diversos campos, como na História Pública e História Digital (ALMEIDA, 2011; GALLINI, NOIRET, 2011; MALERBA, 2017; MENESES, 2018). Destaca-se aqui, a necessidade de compreender o ciberespaço⁷, como campo de produção do conhecimento formal e informal, e por isto, entende-se o quão urgente é, analisar a cultura histórica e a memória histórica utilizadas nesses espaços. Com o surgimento da *web 2.0*⁸, a *internet*⁹ tornou-se mais democrática e diversos setores da sociedade, antes excluídos, passaram a integrar a vastidão do ciberespaço, não apenas como espectadores, mas intervindo, comentando, produzindo conteúdos e expressando seus pontos de vista.

Com isto, houve um aumento estrondoso na quantidade de informações disponibilizadas nas plataformas *online*. No entanto, não foi apenas a quantidade de informação que aumentou com o surgimento da *web 2.0*, essa mudança possibilitou que usuários assumissem o papel de produtores de conteúdos e não, meramente

⁶ “O Facebook chegou a 127 milhões de usuários no Brasil. As informações são da própria empresa, apresentadas em um evento sobre eleições realizado hoje (20) em Brasília. O número é relativo ao mês de abril de 2018. Destes, 120 milhões acessam a plataforma por meio de dispositivos móveis, como smartphones”. (LEVANTE, 2018).

FONTE, ANO E PAGINAO número é maior do que a última estatística de usuários de internet no Brasil, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo análise contínua da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), havia 116 milhões de pessoas navegando na web no país, contudo, os dados são de 2016, por isso, a diferença (LEVANTE, 2018).

⁷ O ciberespaço é o espaço de comunicação criado a partir da interconexão mundial de computadores e memórias de computadores, a envolver um conjunto de sistemas de comunicação eletrônica, que transmitem informações provenientes de fontes digitais, ou que tenham como destino, a digitalização. Pode-se destacar que a interatividade caracteriza o ciberespaço (LÉVY, 1999).

⁸ *Web 2.0* foi criada pela empresa estadunidense O'Reilly Media, que declarou a diferença central da *Web 2.0*, fato de que a *Internet* havia se transformado em uma plataforma que correspondia a demanda da participação do grande público, visando superar o papel passivo de consumidor a contribuir na produção de conhecimento coletivo por meio da rede (GALLINI; NOIRET, 2011)

⁹ O uso da conexão por banda larga móvel passou de 80,2% em 2018 para 81,2% em 2019; já o da banda larga fixa cresceu de 75,9% para 77,9%. Apenas na região Nordeste, o uso da banda larga móvel (63,8%) foi menor que o da fixa (80,4%). Entre 2018 e 2019, cresceu a proporção de domicílios com os dois tipos de banda larga (de 56,3% para 59,2%) e caiu de 23,3% para 21,4% o percentual dos que só usam conexão móvel, assim como aqueles que usam só a banda larga fixa (de 19,0% para 18,1%). Com base nos dados de 2019, o Brasil tem 40 milhões de pessoas que não usam a rede (REDAÇÃO ABRANET, 2021).

consumidores passivos. Os usuários da rede mundial de computadores, além de divulgar, começaram a produzir conhecimentos históricos.

O *Facebook*, rede social criada em 2004 por Mark Zuckerberg, é uma das ferramentas mais populares entre os usuários da rede mundial de computadores. A princípio, a plataforma tinha por objetivo fazer do mundo um lugar mais interconectado e aberto, promovendo o bem comum (DIJCK, 2016). Em 2012, a rede social possuía mais de 835 milhões de usuários, se tornando a maior rede social da Europa e Estados Unidos da América, atualmente a rede possui cerca de 1,934 bilhões de usuários no mundo. Os usuários do *Facebook* podem compartilhar informações, imagens, livros e afins, isto explica, em certa medida, o sucesso da plataforma. Nessa perspectiva, quanto mais conexões um usuário possui, maior é seu capital social (DIJCK, 2016). No entanto, o *Facebook*, a partir de 2005 passou por algumas mudanças, entre elas, a inclusão de anúncios publicitários. Porém, a transformação mais significativa foi a inclusão da função curtir, essa operação viabiliza ao usuário manifestar sua opinião instantaneamente sobre algo que surgiu na sua linha do tempo. O fluxo de informações proporcionado pelo botão curtir, permitiu aos programadores e algoritmos do *Facebook*, proporcionar uma experiência cada vez mais personalizada aos usuários (DIJCK, 2016).

Por meio dos mecanismos operados pelos algoritmos, o *Facebook*, de forma paternalista, passou a disponibilizar conteúdos que atendam a demanda dos usuários, limitando assim, o acesso a informações diversificadas sobre determinados temas, inclusive em relação a questões políticas e ideológicas (FOER,2018). Ao agrupar pessoas pelo filtro curtir, seja em uma página, um grupo ou publicação, o *Facebook* contribuiu para a formação de normas sociais, em que os membros de determinadas comunidades *online*, suspendem a crítica e com isto, a capacidade de refletir sobre determinados temas, pois a verdade é dada, não cabendo questionamentos (FOER, 2018). Além disso, para fidelizar os usuários, a plataforma passou a conectar jogos, chamadas de vídeo e músicas.

Van Dijck (2016) acrescenta que, a rede social incorporou valor ao gesto de compartilhar determinadas informações, ou seja, quanto mais compartilhada uma postagem, maior valor social ela terá. Com isto, o ato de compartilhar, fazer amigos e curtir, tornou-se fator de seleção e disseminação de conceitos ideológicos, cujo impacto ultrapassa os limites do ciberespaço e afetam todos os aspectos da cultura, a interferir como interpretamos as formas de socialização. Para parte dos usuários das

mídias sociais, o volume de engajamento de uma postagem é mais importante que a veracidade dos fatos ali expostos, isto é, questões éticas e a validação científica tem menor relevância diante do que o volume de curtidas e compartilhamentos (LANEIR, 2018).

Portanto, a partir da ampliação do acesso à *internet*, as redes sociais, entre elas, o *Facebook*, passaram a fazer parte do dia a dia de boa parte da sociedade brasileira, nesses espaços, pessoas manifestam suas concepções políticas e ideológicas. Sendo assim, o ciberespaço se tornou local privilegiado para analisar a cultura histórica de determinados grupos da sociedade. Ademais, nos permite compreender qual concepção de cultura política está imbricada na consciência histórica de parte da sociedade estudada.

A partir da década de 1960, estudiosos alemães como Jörn Rüsen, Klaus Bergmann, Karl-Ernst Jeismann, entre outros, realocaram a Didática da História como subdisciplina da História, como afirma Saddi (2010). Os estudos produzidos pela escola alemã colocaram a consciência histórica como objeto central da Didática da História, ou seja, a Didática da História passou a investigar todos os conhecimentos históricos que circulam na sociedade e que compõem os modos de interpretação temporal operacionalizados pela consciência histórica.

Essa perspectiva de investigação, compreende a formação da consciência histórica como objeto central do processo de aprendizagem, na qual, a aprendizagem é o centro das preocupações, pois o mais importante é compreender como os estudantes aprendem, assim como, os condicionamentos da aprendizagem histórica. Além disso, considera que a escola não é a única instituição capaz de ensinar sobre a história, mas sim, qualquer espaço social que ensina e aprende algo relacionado com a experiência do ser humano no tempo, é objeto de estudo da Didática da História.

Desse modo, estudar como as pessoas produzem e divulgam conhecimento histórico no ciberespaço, torna-se importante, pois trata-se de um espaço externo quanto ao ensino de história, e por vezes, estes espaços podem colaborar, concorrer, ou ainda, atrapalhar o ensino da disciplina escolar. Estudar a produção, circulação e consumo de informações históricas - que são elementos da Cultura Histórica nas redes sociais, pode contribuir para entender como a consciência histórica dos estudantes e da sociedade em que se inserem é formada. Ou seja, analisar as postagens e comentários que versam sobre pedidos de intervenção militar em grupos

bolsonaristas do *Facebook*, é estudar como tais pessoas assimilaram suas vivências temporais e como essas narrativas podem impactar na construção da consciência histórica sobre o passado ditatorial, pois por meio da vivência no ciberespaço, tanto se aprende, quanto se ensina.

Seguindo a reflexão proposta por Saddi (2010), a Didática da História analisa a consciência histórica predominante em uma sociedade, investiga como as interpretações do passado produzem orientações no presente e projeções de futuro. Assim sendo, podemos afirmar que a Didática da História investiga empiricamente todas as formas de produção do passado humano, nas escolas e na vida pública, levando a um acréscimo da racionalização da ciência da história, em que o conjunto de fontes se expande, o que possibilita a ciência da História produzir narrativas em novos campos da sociedade no qual podemos incluir as redes sociais.

Nesse sentido, a memória traumática da última ditadura brasileira pode ser também abordada como objeto do estudo da cultura histórica. Portanto, nos falta definir porque compreendemos o período ditatorial como um episódio traumático de nossa história. Cabe acrescentar que, ainda, neste capítulo, buscaremos aprofundar as discussões sobre a cultura histórica, cultura política, história pública e a função do historiador no trabalho com as fontes digitais disponíveis no ciberespaço.

2.1 PASSADO QUE NÃO PASSA: POLÍTICAS DE (DES)MEMÓRIA COMO ESTRATÉGIA DE ESQUECIMENTO PARA O PASSADO TRAUMÁTICO.

A desmemória/2

O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas não se necessita ter Sigmund Freud para saber que não existe o tapete que possa ocultar a sujeira da memória. (GALEANO, 2002)

Os anos de 2015 e 2016 foram marcados por grandes manifestações, cuja sociedade brasileira expressava o descontentamento com a política promovida pelo governo da ex-presidenta, Dilma Rousseff. Por meio de atos convocados nas redes sociais, fenômeno novo, os manifestantes pediam o fim da corrupção e o impedimento da ex-presidenta Dilma a governar. No entanto, as mobilizações trouxeram à tona, os fantasmas da ditadura, pois muitos manifestantes pediam o retorno dos militares ao poder, com isto, a ditadura voltou ao centro do debate político no país. Esse cenário acirrou disputas por narrativas sobre a temática. Uma parte da população defendia

que a saída para os males do Brasil, seria um novo regime militar, outra parte, sustentava que a solução para os problemas do país deveria ocorrer, por meio do aperfeiçoamento das instituições democráticas. Esses acontecimentos demonstraram que o esquecimento induzido pelas políticas de (des)memória, não garantiram a conciliação nacional almejada no processo de transição para a democracia.

No decorrer do texto, é possível constatar como se deu o processo de transição política ocorrido a partir da década de 1970, o que culminou na consolidação da Lei da Anistia, a qual, sacramentou a política de esquecimento como forma de reconciliação nacional. Buscar-se-á, desse modo compreender também como a opção pelo esquecimento dificultou a implantação de políticas de memória voltadas a verdade, a justiça e reparação, assim como, a tentativa de investigar possíveis crimes cometidos contra os direitos humanos, por agentes da ditadura por meio da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Essas ações enérgicas dos setores militares mais conservadores, causaram instabilidade na jovem e frágil democracia brasileira, sinalizando a justificativa dos militares para o golpe e, posteriormente, para o regime ditatorial e as políticas de transição. Outrossim, será exposto o panorama de como decorreu os processos de transição e políticas de memória nos demais países do Cone Sul. Não objetiva-se realizar um estudo aprofundado a respeito, mas apresentar brevemente ao leitor(a), como cada país dessa região da América do Sul realizou/realiza o processo de transição, com o objetivo de demonstrar como as diferentes formas de transição afetaram as políticas de construção de memória após a redemocratização.

A ditadura militar que foi instaurada no Brasil a partir do golpe de 1964 promoveu mudanças significativas na dinâmica da sociedade. Procurou-se expurgar a população dos processos políticos por 21 anos, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, entre outros; foram criminalizados, perseguidos, banidos ou dizimados. A reabertura política iniciada durante o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979) foi pautada pela imposição de uma lógica conciliatória que foi ratificada com a Lei da Anistia de 1979.

A anistia ampla, geral e irrestrita estabeleceu que todos os crimes contra os direitos humanos cometidos no período ditatorial seriam perdoados, com isso, a sociedade brasileira foi induzida ao olvido. A opção pelo esquecimento favoreceu com que a cultura histórica de parte da sociedade brasileira, defendesse que a ditadura foi um mal necessário para combater o possível avanço comunista.

Em momentos de crise das instituições democráticas não é raro que seja ventilada a volta dos militares para livrar o país dos problemas causados por políticos civis, ou seja, mesmo com o fim da ditadura, setores da sociedade civil e parte das forças armadas acreditam que cabe aos militares decidir os rumos políticos da Nação (MOTTA, 2021). Isso ficou mais evidente a partir de 2015, quando milhares foram às ruas reivindicar mudanças na condução da política nacional. A insatisfação com o modelo democrático representativo demonstrada nos anos de 2015 e 2016, se concretizou com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, um capitão reformado do Exército e um deputado dos mais destacados defensores da ditadura.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 foram instauradas em todos os países do Cone Sul ditaduras baseadas na Doutrina de Segurança Nacional. Dentre esses países, Kehl (2010) afirma que o Brasil foi o único país que perdoou os militares sem exigir qualquer tipo de retratação ou reconhecimento pelos crimes cometidos durante o regime de exceção, além disso, não houve por parte do Estado, um pedido de perdão às vítimas.

Nesse sentido, predominou no Brasil, a

“ideologia da reconciliação”, baseada na premissa da equiparação da violência do Estado e das organizações de esquerda armada – o que permitia responsabilizar a todos pela violência do período e, assim, incentivar o esquecimento recíproco, através da desmemória e do silêncio. (BAUER, 2014, p.151)

A opção por políticas de conciliação pautadas pelo esquecimento auxiliou para que o debate público sobre a ditadura fosse deixado em segundo plano, o que não contribuiu para a consolidação de valores democráticos em nossa sociedade (MOTTA, 2021). As consequências da desinformação e do silêncio sobre o período ditatorial culminou com o desenvolvimento de uma relação apática em relação à participação política de parte da população, reflexo do terrorismo adotado pelo Estado durante os anos que predominou o autoritarismo no país (BAUER, 2014).

Um dos possíveis efeitos da conciliação baseada no silenciamento ou esquecimento é de que

a polícia brasileira é a única na América Latina que comete mais assassinatos e crimes de tortura na atualidade do que durante o período da ditadura militar. A impunidade não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz (KEHL, 2010, p. 124).

O marco da reconciliação no Brasil, sem dúvidas foi a Anistia ampla, geral e irrestrita de agosto 1979, na qual, os crimes cometidos por agentes do Estado foram equiparados às ações dos grupos armados, pois

embora se trate de uma medida jurídica que impede o processamento penal, instituindo um perdão punitivo, essa lei, ao conceder anistia recíproca, estabelecia o controle do passado a partir de sua interdição, vetando o direito à verdade e, por consequência, o conhecimento dos fatos imbricados com a ditadura civil-militar. (BAUER, 2014, p. 153)

A Anistia como foi implementada, impactou nos aspectos jurídicos, políticos e históricos. Na esfera jurídica predominou a opção pelo esquecimento dos crimes cometidos por motivações políticas. No campo político-social significou a retomada da cidadania para aqueles que foram exilados, dispensados ou compulsoriamente aposentados, também significou a liberdade para os que se encontravam presos em virtude da Lei de Segurança Nacional. Na perspectiva histórica, ficaram as questões em relação ao alcance da Anistia e seus impactos na sociedade (PRADO, 2019).

Os que se opuseram ao modelo de transição controlada pelos militares, foram considerados revanchistas ou radicais que não reconheciam as qualidades conciliatórias dos brasileiros (SALES, 2009; BAUER, 2014; MOTTA, 2021; ROCHA, 2021). Com o passar dos anos as políticas de conciliação seguem vigentes no Brasil, dificultando a implementação das políticas de justiça e reparação, o que impede que o luto histórico seja realizado.

Importante ponderar que os movimentos sociais¹⁰ que lutavam pela Anistia, a exigiam pautada em premissas diferentes das implementadas pelos militares. Para esses movimentos, a Anistia deveria ser ampla (para todos os atos em oposição ao regime), geral (para todas as vítimas do regime de exceção) e irrestrita (sem discriminações ou restrições) (MEZAROBBA, 2009), embora não tenham conseguido alcançar todos os seus objetivos, foram as pressões dos movimentos sociais que forçaram o regime militar a abrir o diálogo sobre a Anistia (PORTO, 2009).

Portanto, a Anistia proposta pelos militares se contrapunha ao que era defendido pelos Movimentos Sociais, de modo que se construiu duas concepções opostas e excludentes. Os Movimentos Sociais defendiam a anistia como resgate da memória e direito à verdade: pretendia a reparação histórica e a luta contra o esquecimento. Por outro lado, o projeto dos militares, buscava o esquecimento e a

¹⁰ Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA); Frente Ampla; Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), entre outros.

pacificação por meio da conciliação nacional pautada na certeza de impunidade. A dimensão política contida na proposta daqueles movimentos de transição pode ser entendida como uma tentativa de construção de um espaço público de contrapoder, contradiscurso e contramemória, que se construiu por meio do enfrentamento direto à ditadura militar (GRECO, 2009).

Em 31 de abril de 2004, quando rememorou-se os 40 anos do golpe militar, o presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (Lula), por meio do seu porta-voz, André Singer, declarou:

Devemos olhar para 1964 como um episódio histórico encerrado. O povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país. A nós corresponde lutar diariamente para consolidar e aperfeiçoar essa democracia reconquistada. Cabe, agora, aos historiadores fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens daquele período” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004).

A postura defendida pelo presidente desobriga o Estado de agir no sentido de investigar, produzir e divulgar conhecimentos sobre o período ditatorial, o que indica que a estratégia de esquecimento imposta pelas políticas de transição controlada segue vigentes no país (GRECO, 2009). Além disso, os acontecimentos dos últimos anos mostram que a postura se baseou em uma premissa equivocada, a da superação histórica da ditadura e de seus efeitos por parte da sociedade. Soma-se a isso, o fato de que para o presidente, a história recente deve ser desvendada a partir, e somente, por meio do olhar especializado dos historiadores e historiadoras. No entanto, Bauer (2011) afirma que a História como disciplina, os historiadores e as historiadoras não têm atribuições jurídicas para fixar políticas de memória sobre o passado traumático configurado pela ditadura. Pois o conhecimento histórico precisa de políticas públicas para ser socializado e assim, evitar que o esquecimento e o silêncio persistam.

Tomamos como contraponto, o discurso do presidente da Argentina Néstor Kirchner, que no dia 24 de março de 2006, ao recordar os 30 anos do golpe militar que deu origem à ditadura naquele país, fez questão de ressaltar que as forças armadas alinhadas a interesses econômicos realizaram um golpe que teve apoio de setores da sociedade civil, imprensa e igreja. Acrescenta-se que a ditadura era parte de um plano criminoso do Estado sob a Doutrina de Segurança Nacional que tinha a sociedade como principal destinatária do terror. A intenção era garantir por meio do terror, uma sociedade obediente e imóvel, para que fosse possível implementar um novo modelo econômico (neoliberal), a reforçar que o regime não se manteria sem o apoio de parte da população (BAUER, 2011).

Essa perspectiva, por sua vez, enfatiza que ao invés de assegurar que o passado traumático havia sido superado pela sociedade, o discurso inviabiliza qualquer possibilidade de individualização das ações violentas perpetradas pelos Estado contra sua população no período em que a democracia esteve usurpada pelos militares. Não é a História e as historiadoras e os historiadores, os responsáveis por produzir e/ou divulgar narrativas sobre o passado recente, mas sim, o Estado, que detém as prerrogativas legais de implementar políticas públicas de memória.

Os discursos rememorativos que versam sobre a ditadura dos presidentes do Brasil e Argentina, respectivamente, não são apenas a representação de políticas de construção de memória impostas de cima para baixo. Nesses países, a população civil organizada teve destaque no processo de criação de políticas de memória sobre o período em que os militares estiveram no poder. Nesse sentido, é possível constatar que o presidente da Argentina, Néstor Kirchner, teve maior proximidade com as demandas da sociedade, ao reconhecer que o Estado agiu contra sua própria população, em contrapartida, o discurso do presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, apresentou maior distanciamento com as demandas de parte da sociedade ao adotar um discurso conciliador que não cabe ao Estado investigar e punir as violações ocorridas durante a ditadura.

Embora tenha predominado políticas conciliatórias durante o processo de transição controlado pelos militares, a anistia representou um avanço significativo na busca de superar o autoritarismo institucional, pois permitiu o retorno dos cassados, exilados, foragidos e clandestinos que foram autorizados a reassumir suas reais identidades. A anistia, também, permitiu que as forças políticas de oposição fossem recompostas tomando seu lugar na luta ao lado do povo brasileiro (PORTO, 2009).

O processo de reabertura política brasileira, foi marcada por tensões e disputas, mesmo assim, representou um avanço político-social significativo, no entanto, não houve uma ruptura com a ditadura (MOTTA, 2021). Somente a partir do ano de 1990 é que foram adotadas Políticas de Memória e Reparação¹¹. Essas Políticas de Memória e Reparação são definidas como um conjunto de ações do

¹¹ Lei dos Desaparecidos de dezembro de 1995 (Lei 9.140) na qual pela primeira vez o Estado admitiu ser responsável pela atuação ilícita de seus agentes de segurança. Ao entrar em vigor, a Lei permitiu a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (MEZAROBBA, 2009; PRADO, 2009). Lei nº 10.559/02 ou Lei da Anistia tinha como finalidade reparar prejuízos materiais em decorrência da perseguição política (PRADO, 2009). A Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011 por meio da Lei nº 12.528 buscou esclarecer práticas violentas cometidas por agentes do Estado durante o regime ditatorial e identificar locais e instituições responsáveis (MOTTA, 2021).

Estado que visa garantir a reparação em processos individuais ou coletivos, cujo objetivo, reconhecer o terrorismo de Estado e suas consequências para a sociedade, bem como, assegurar que as memórias traumáticas sobre a ditadura, ganhem espaço público e legitimidade, a permitir que setores da sociedade possam elaborar seus lutos (BAUER, 2011).

Nesse sentido,

a reabertura do debate sobre a tortura no Brasil, com o eventual julgamento e punição de alguns torturadores comprovados, não curaria somente a sociedade civil dos efeitos da violência generalizada no país. Curaria também as próprias instituições policiais (KEHL, 2010, p. 130).

Ao assumir a responsabilidade pelos crimes que foram perpetrados pelos agentes do Estado durante o período ditatorial, o Estado estaria possibilitando, a realização do luto histórico em que vítimas e algozes teriam sua humanidade reconhecida e as experiências traumáticas seriam acopladas a suas identidades. Porém, as políticas de memória adotadas naquele período não são necessariamente políticas públicas que fazem parte de um plano de gestão governamental ou que constituem como parte da estrutura do Estado.

É importante ressaltar que desde a redemocratização, grupos sociais e famílias que foram afetados pelo regime militar buscam o direito à verdade no Brasil. No entanto, esses grupos e as tentativas de garantir a verdade, enfrentam um rol de políticas que buscam perpetuar a desmemória e o esquecimento, fomentadas durante o processo de transição que foi tutelada pelos militares. Além disso, o direito à verdade implica no esclarecimento sobre quais circunstâncias foram implementadas as estratégias que impuseram o terror como prática do Estado, reconhecer publicamente a responsabilidade do Estado em relação aos crimes e a tomada de decisão no sentido de punir os responsáveis (MEZAROBBA, 2009; BAUER, 2014). Ou seja, o Estado estaria obrigado a investigar, julgar e punir os agentes que violaram os Direitos Humanos durante o regime militar. O Estado deveria assumir que as instituições que teriam que garantir a proteção da população foram responsáveis por grande parte dos crimes cometidos durante a ditadura. Se essas políticas fossem levadas a cabo, o pacto de conciliação firmado com a Lei da Anistia seria colocado em xeque.

No entanto, até a primeira década do século XXI,

o Estado reconheceria sua responsabilidade nas mortes e desaparecimentos dos casos constantes no Anexo I da lei, assim como aqueles que seriam investigados e deferidos pela Comissão Especial, no entanto, não investigaria nem as circunstâncias nem os responsáveis pelos mesmos. (BAUER, 2014, p. 160)

Nesse sentido, Kehl (2010, p. 126) afirma que não há ação mais nefasta diante de um trauma social do que as políticas de esquecimento e silenciamento, que exclui da narrativa, as piores passagens da história de uma sociedade. Portanto, “quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras”. Em última análise, o término da ditadura não significou o fim do terror e a superação dos traumas promovidos pelo autoritarismo (GRECO, 2009; MOTTA, 2021).

Foi somente a partir da implementação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instaurada em 1 de novembro de 2011, por meio do Projeto de Lei nº 12.528 que teve como objetivos, examinar e esclarecer violações graves dos direitos humanos, praticados entre 1946 a 1988 (ALMADA, 2021). Efetivar o direito à memória, à verdade histórica e promover a reconciliação nacional (BAUER, 2014; SETEMY, 2020) que o Estado assumiu o dever de investigar os crimes cometidos durante o regime ditatorial e com isso, permitir que o luto histórico seja realizado.

Na busca de esclarecer as graves violações cometidas durante o regime militar, a CNV abordou e contabilizou a violência cometida contra indígenas e camponeses e investigou crimes sexuais cometidos por agentes do Estado. Além disso, o relatório da CNV evidenciou a violência dirigida diretamente aos homossexuais (MOTTA, 2021). O trabalho da CNV permite entender que o terrorismo cometido pelo Estado ao longo da ditadura, não foram os mesmos para mulheres, homens, homossexuais, indígenas e camponeses (SETEMY, 2020).

No entanto, enquanto setores da população viam na CNV, a possibilidade de superar os traumas provocados pelo autoritarismo, as alas mais conservadoras das Forças Armadas e da sociedade entenderam a Comissão Nacional da Verdade como revanchismo aos feitos dos militares no passado recente (ALMADA, 2021). Um dos mais destacados detratores da CNV foi Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente, na época, deputado federal, cuja visão, a CNV serviria para deturpar a história ao atribuir heroísmo à esquerda em detrimento ao protagonismo dos militares.

O discurso defendido por Bolsonaro, tem como base, as narrativas produzidas pelos militares e a direita brasileira, que considera o golpe de 1964, um movimento positivo e heroico, a um mal necessário, mas em todos os casos, serviu para salvar o Brasil de uma ditadura comunista, ou seja, uma ameaça comunista como justificativa

para o golpe e, posteriormente, para a manutenção do regime (SALES, 2009; ALMADA, 2021; MOTTA, 2021; ROCHA, 2021).

Essa narrativa foi gestada a partir da década de 1980 e está documentada no Orvil, projeto de livro resposta ao livro Brasil: Nunca mais produzido a mando de lideranças militares já durante a Nova República, que defendia que o Brasil vivia uma constante ameaça comunista. Por essa lógica, os militares são os guardiões da democracia (GIORDANI, 1986), e para combater a ameaça do comunismo, estava autorizada a destruição das instituições aparelhadas pela infiltração comunista; logo, para vencer este mal, libera-se o uso da violência, perseguição e eliminação do inimigo (ROCHA, 2021).

A dimensão política da cultura histórica dos militares, propõe uma narrativa de que os atos de “bravura” cometida pelo Estado durante a ditadura, foram sempre uma reação às ações violentas da esquerda (GIORDANI, 1986). Nessa concepção, as Forças Armadas representam o que há de melhor na sociedade brasileira, os militares altruístas estão sempre dispostos a sacrificar suas vidas pela Nação. Inclusive, a tomada do poder em 1964 é tida como uma reação à inexistência de um poder político responsável e competente, a narrativa construída pelas Forças Armadas indica uma postura reativa dos militares em que “não começamos a guerra. Fomos levados a ela” (GIORDANI, 1986, p. 101).

A extrema direita representada na figura do ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro se apropriou do projeto iniciado pelos militares durante a década de 1980 e o converteu em um projeto político. Não é ao acaso, que o grupo que está no poder, nega a existência da ditadura (ROCHA, 2021), exalta a tradição, família e a propriedade como manda a cartilha militar, a defender que o Brasil não terá paz e maturidade política, enquanto a esquerda existir (GIORDANI, 1986). A defesa da tradição ocidental, família e propriedade privada, somado ao combate do avanço do marxismo cultural, substrato do comunismo, são as bases da reorientação da nova ou direita alternativa¹², que tem na *internet* seu espaço de proliferação (STEFANONI, 2021).

¹² A partir de 2014 a “nova direita” ascendeu na América do Sul provocando uma série de golpes institucionais e desequilíbrios em países como: Venezuela (2015), Equador e Bolívia (2014), Argentina (2015), e Brasil (2016). Essas “novas direitas” se caracterizam por adotarem um discurso moderado focado na desregulamentação e abertura comercial, se beneficiam do momento histórica em que a política imperial do Estados Unidos se volta, novamente, para a região, buscam desfazer ou fragilizar tratados de integração regional, se voltam a favor do capital em detrimento das classes populares, aglutinam às direitas tradicionais para enfrentar as forças políticas de esquerda, procuram se apropriar

A CNV, ao se empenhar em examinar e investigar as graves violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, provocou fortes reações dos setores mais radicais dos militares. Para esses grupos, a CNV foi entendida como uma ruptura com a Lei da Anistia movida pelo desejo de vingança da esquerda (ROCHA, 2021). Sendo assim, a CNV motivou o ressurgimento dos militares no campo político, pois permitiu a incorporação de demandas de memória, verdade e justiça reclamadas por parte da sociedade, desde o início do processo de redemocratização e assinalou para uma mudança na postura do Estado em relação às políticas de memória. A CNV que teria por finalidade tornar público a verdade silenciada até sua implementação conduziu a maioria dos seus trabalhos de forma sigilosa (BAUER, 2014).

Portanto, a Comissão foi uma importante iniciativa organizada pelo Estado brasileiro que buscou investigar as atrocidades cometidas por seus agentes durante o período ditatorial. No entanto, o conhecimento produzido não gerou punição aos responsáveis, tampouco, teve uma campanha de ampla divulgação para a sociedade brasileira nos grandes meios de comunicação.

Outra esfera que não foi incluída no processo de socialização do conhecimento produzido pela CNV, foi o ensino de história. Os currículos e materiais didáticos não abarcaram, nem abarcam o que foi produzido pelos membros da CNV. Além disso, os cursos de formação docente, de modo geral, também não contemplaram as demandas trazidas pela CNV, portanto, o argumento utilizado pelos militares e setores da extrema direita de que a CNV rompe com a Lei da Anistia, não é plausível.

Embora faltem políticas públicas voltadas para a construção de memórias sobre a última ditadura, parte da sociedade brasileira não pode se utilizar do argumento de que a tortura é um mal necessário para validar a violência do passado recente. Pois,

não é o fato de ter havido e haver tortura que ficou recalcado, e sim a convicção de que ela é intolerável. O argumento da tortura como mal necessário parece convincente ainda a grandes parcelas da população brasileira. Nós nos esquecemos que o outro torturado nos diz respeito; que se a tortura separa corpo e sujeito, cabe a nós assumir o lugar de sujeito em nome daqueles que já não têm direito a uma palavra que os represente. (KEHL, 2010, p. 131).

discursivamente de ideias exitosas no campo das políticas sociais, utilizam o discurso de combate a violência como bandeira política, se aproveitam do descontentamento das classes médias tradicionais e emergentes, apelam a símbolos e imagens próprios da pós-política, integram o empresariado na gestão pública como garantia de maior eficácia, utilizam imagens de empresários prósperos, se aliam aos meios de comunicação, judicializam a política, e defende a democracia, embora sejam democratas por oportunismo (SEGRERA, 2016).

Ressalta-se que., não devemos esquecer, nenhum dia se quer, da violência social, passada e presente sofrida, afinal, convive-se com essa violência, todo tempo, de modo a nos preocupar e a teme-la. O que ficou recalcado na sociedade brasileira, desde a tal pseudoanistia, é que somos nós os agentes sociais a quem cabe exterminar a tortura (KEHL, 2010, p. 132), sem esquecer de que é possível viver sem ela, mas qualquer mudança, só pode ocorrer, por meio de enfrentamentos e conflitos. Assim, a tortura, segundo Kehl (2010), resiste, portanto, como sintoma social de nossa displicência histórica.

A ascensão de um ex-militar à Presidência da República, viabilizou o retorno de discursos que exaltam os feitos nefastos praticados por agentes do Estado durante a ditadura. Nesse sentido, é urgente entender porque grupos da sociedade que apoiam o atual presidente, acreditam que o autoritarismo e suas nuances são a solução para os problemas sociais vigentes no país.

Portanto, apesar da CNV, a falta de políticas públicas para a construção de memória sobre o passado traumático continua mantendo as vozes que clamam por justiça silenciadas em nome de uma memória oficial que prega a “ideologia da reconciliação”. Como indica Kehl (2010), é preciso entrar em conflito com essas narrativas que exaltam a ditadura. Silenciar é compactuar com a violência de ontem e de hoje, por isso, é possível que um olhar mais atento e crítico sobre a ditadura militar possa contribuir para exorcizar fantasmas desse passado recente e promover a valorização das instituições e convivências democráticas.

Elizabeth Jelin (2001), ao referir-se às memórias sobre a repressão política no Cone Sul, afirma que *“en la situación extrema de ruptura y confusión, no se encuentran las palabras para expresar y representar lo sucedido y estamos frente a manifestaciones del trauma”* (JELIN, 2001, p. 15). As situações traumáticas impõem dificuldades de explicação para a cultura histórica e os momentos de crise, dentro de um grupo ou de uma sociedade e podem forçar a reflexão sobre o passado, o que acarretaria questionamentos sobre a identidade e coesão do grupo social. São nesses momentos *“[...] que puede haber una vuelta reflexiva sobre el pasado, reinterpretaciones y revisionismos, que siempre implican también cuestionar y redefinir la propia identidad grupal”* (JELIN, 2001, p. 8).

No Cone Sul, em 2015 no Uruguai, se comemorou os 30 anos da retomada da democracia, no caso brasileiro em 2014 completou-se 50 anos do golpe que deu início a mais longa ditadura de sua história. Também em 2014 no Paraguai, se comemorou

os 25 anos do fim da ditadura Stroessner. O Chile, por sua vez, em 2013 recordou os 30 anos do movimento que levou à derrubada de Salvador Allende e a tomada do poder pelo General Augusto Pinochet. No mesmo ano, a Argentina comemorou 30 anos ininterruptos do regime democrático. No entanto, os processos de transição para a democracia desses países apresentam particularidades, podemos separar as transições em dois grupos: transição pactuada ou negociada (Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) e transição por colapso (Argentina).

Por conseguinte, a transição Argentina foi marcada pela ruptura com o regime autoritário, os militares não puderam impor condições aos civis para permitir o retorno à democracia, ou seja, não foi uma transição feita de cima (FRIDERICHS, 2017). Raúl Alfonsín, o primeiro presidente civil eleito após a redemocratização, em 13 de dezembro de 1983, pressionado pela repercussão do documento *Nunca Más* e por movimentos civis, fez um comunicado para anunciar a promulgação dos Decretos n. 157 e 158, de 13 de dezembro de 1983, que autorizou o julgamento das três primeiras juntas militares por violações dos direitos humanos (BAUER, 2011; FRIDERICHS, 2017).

O governo de Alfonsín, ao atribuir centralidade ao tema dos Direitos Humanos demonstrou que a memória sobre o terrorismo e as demandas por justiça estavam em sintonia na reconstrução do Estado. Naquele país, houve a condenação ética, moral e judicial da ditadura e sua estratégia de implantação de um regime de terror (BAUER, 2011). No caso chileno, assim como no Brasil, Paraguai e Uruguai, predominou as políticas de esquecimento, em que a Lei de Anistia assegurou a conciliação e a impunidade em nome da paz social, ou seja, a transição não representou mudanças radicais com o regime autoritário (LIRA, 2010; TORO, 2017). Os militares que estavam no controle do processo de transição impuseram condições aos civis para aceitar o retorno da democracia.

Na década de 1990, criou-se a *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, que tinha como objetivo, investigar os casos de presos desaparecidos, políticos executados e vítimas da violência política que o governo chileno reconheceu oficialmente como terrorismo de Estado (LIRA, 2010; TORO, 2017). Em 18 de fevereiro de 1991, a Comissão entregou ao governo, o Informe *Rettig*, que fez com que o presidente da época por meio das emissoras de televisão viesse a público com um pedido de perdão às vítimas em nome do Estado chileno (TORO, 2017).

Outro ponto a ser destacado no processo de construção de políticas de memória, verdade e justiça do Chile, remete ao fato ocorrido no ano de 1998, em que o General Augusto Pinochet foi detido sob as acusações de tortura, assassinato e genocídio. No entanto, foi somente em 2003 com a instalação da *Comisión Nacional de Prisión y Tortura* (2003 - 2005) que juntamente com os relatórios da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, demonstraram os efeitos devastadores causados pelas práticas de violência perpetrada pelo Estado às vítimas e a sociedade daquele país que o Chile enfrentou o passado autoritário na busca por verdade e justiça (LIRA, 2010).

Entre as ditaduras do Cone Sul, provavelmente, o caso paraguaio é o que menos avançou na procura por verdade e justiça. Ao buscar referências sobre as ditaduras e os processos de transição dos países do Cone Sul, é possível se deparar com escassa bibliografia sobre o regime paraguaio, além disso, as referências bibliográficas sobre ditaduras no Cone Sul dão a entender que o Paraguai não faz parte do Cone Sul ou que não houve ditadura naquele país, pois nos textos estudados, de modo geral, são citados Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, e em nenhum deles o Paraguai foi incluído.

Feito essa ressalva, buscar-se-á caracterizar como se deu o processo de transição da Nação vizinha. Como mencionado, a redemocratização do Paraguai se deu por meio da transição pactuada ou negociada. Um golpe militar de fevereiro de 1989 pôs fim à ditadura *Stroessnista*, no entanto, isso não representou uma ruptura com o sistema autoritário, o que se viu foi um processo de transição imposto desde cima, uma transição iniciada por dentro e fechada por agentes que não faziam parte do poder (LAZCANO; MARTINI, 1991; GALEANO, 1991; POZAS, 2012).

A transição pactuada significou reconhecimento recíproco entre quem estava no poder e a oposição. Outrossim, ficou estabelecido que o núcleo governamental que conduziu o processo, deveria estar bem estabelecido e apoiado, de modo a ser capaz de controlar ameaças subversivas. Quanto a oposição, teve que aceitar alguns limites e regras impostas pelo regime, as mobilizações das massas são limitadas e precisam de um líder adequado ao momento (LAZCANO; MARTINA, 1991).

Nesse contexto, a abertura concedida, era resultado das iniciativas dos setores vitoriosos das Forças Armadas, que implicou numa reconstrução política realizada pelo próprio governo em que a transição para a democracia seria um processo longo

e gradual que não alterou em quase nada na estrutura das instituições autoritárias que, em certa medida, permanecem até hoje (GALEANO, 1991; PERALTA, 2016).

No Uruguai a redemocratização tomou contornos que se aproximam do caso chileno e brasileiro, quando em 1985, ao retornar ao sistema democrático, optou por ignorar os anos em que vigorou o autoritarismo evidenciando a clara pretensão pelo esquecimento induzido. A política do silêncio sobre o período ditatorial prevaleceu com a eleição de Julio Maria Sanguinetti, que tinha como lema, a pacificação política do país e pilares fundamentais a prescrição de pretensões punitivas contra agentes do Estado que praticaram violações contra os Direitos Humanos, a garantir o esquecimento como alicerce para a Paz nacional (CAVANNA, 2009). No entanto, diferente do Chile, os militares uruguaios não conseguiram atribuir a auto anistia o que permitia que fossem julgados e punidos pelos crimes cometidos durante a ditadura (1972 - 1985). Coube ao projeto de Anistia proposto pelo Partido Colorado, a missão de impedir que os militares que cometeram crimes contra os direitos humanos fossem investigados e condenados (WINN, 2014). A anistia uruguaia, assim como a brasileira, tinha como função principal promover o esquecimento induzido para garantir a coesão social e evitar conflitos (CAVANNA, 2009).

Até 1996, predominou no Uruguai a política do esquecimento, as passeatas convocadas pelo movimento *Familiares de Detenidos y Desaparecidos* iniciadas em 20 de maio de 1996 provocaram mudanças na correlação de forças na luta pela memória das vítimas da ditadura (CAVANNA, 2009). Porém, somente a partir dos anos 2000, quando o presidente Jorge Batlle se reúne com os familiares dos desaparecidos é que as políticas de memória começam a ganhar novos contornos (WINN, 2014). Durante o mandato de Jorge, criou-se a *Comisión para la Paz* que permitiu abrir arquivos confidenciais que possibilitaram encontrar meninos desaparecidos e obrigou o Estado a assumir a responsabilidade pelo desaparecimento de 250 pessoas (CAVANNA, 2009).

Em 2004, pela primeira vez, a esquerda chega ao poder com o presidente Tabaré Vázquez, isso representou grande avanço nas discussões sobre o passado recente, direitos humanos e na investigação histórica, pois as políticas de governo versavam sobre: verdade, justiça, memória e reparação (CAVANNA, 2009; WINN, 2014). A abertura dos arquivos secretos permitiu a condenação de seis militares e de policiais envolvidos em três desaparecimentos (WINN, 2014), inclusive foram sentenciados como culpados, os ex-presidentes do regime militar Juan Maria

Bordaberry e Gregório Alvarez, além disso, foi ordenado que todos os superiores das Forças Armadas investigassem internamente as ocorrências de violações contra os direitos humanos (CAVANNA, 2009).

Como vimos, todos os países do Cone Sul, entre as décadas de 1950 e 1980, tiveram suas democracias interrompidas por golpes militares que pautaram seu governo no terrorismo de Estado. O Estado que deveria proteger sua população, foi responsável por graves violações dos direitos humanos, proporcionando experiências traumáticas a parte significativa da sociedade. Apesar das especificidades de cada país, é possível verificar que com exceção da Argentina, todos os demais países optaram pela política de esquecimento como alicerce para as democracias recém surgidas. Chile e Uruguai com o distanciamento temporal, adotaram políticas de verdade, justiça e reparação. Na contramão dos demais, Brasil e Paraguai continuam a ignorar a necessidade de promover políticas voltadas para a verdade, justiça e reparação, de modo que possam descortinar os horrores da ditadura e fortalecer as instituições democráticas.

2.2 DITADURA MILITAR COMO PASSADO TRAUMÁTICO: DO ESQUECIMENTO INDUZIDO À TRAUMATIZAÇÃO SECUNDÁRIA

As ditaduras implantadas por meio de golpes militares entre as décadas de 1950 e 1970 nos países do Cone Sul representam a ruptura com a normalidade democrática. Os regimes autoritários que vigoraram nesses países (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) foram caracterizados pelo terrorismo de Estado, cujas marcas profundas deixadas nas sociedades pós regimes ditatoriais e que em alguma medida ainda não foram superadas e demonstram o caráter traumático que os eventos de grave violação dos direitos humanos representam para a história recente dessas sociedades.

Jörn Rüsen (2009), ao refletir sobre a experiência do Holocausto na Alemanha, aponta que os traumas são eventos históricos que a cultura histórica não consegue explicar por meio das estratégias existentes. Tais eventos têm caráter destrutivo, e por trazerem à tona fraturas da civilização moderna, são difíceis de serem superados. Assim, como Jelin (2001) e Rüsen (2009) afirma é necessária uma “crise” para trazer à tona, novas interpretações históricas ou a reinterpretação de um passado traumático. Pois é na necessidade de superar uma “crise”, que os padrões de

explicações dados pela cultura histórica são questionados, fazendo com que seja necessário recorrer à reflexão histórica para suplantar tal “crise”.

Na mesma perspectiva, Michael Pollack (1989) acrescenta que os sujeitos enfrentam múltiplas dificuldades para aceitar os eventos negativos como parte de sua própria história, cujas narrativas oficiais, impõem a fronteira entre o “dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável”, na pretensão de marginalizar a “uma memória coletiva subterrânea”. Com isso, o que se divulga é uma memória coletiva organizada que resume a imagem de uma sociedade majoritária ou do que o Estado deseja passar e impor (POLLAK, 1989).

No caso brasileiro, mesmo com as narrativas oficiais trabalhando em prol do silenciamento forçado,

os opositores da ditadura militar, vitimados ou não pela prática corrente da tortura, não deixaram de elaborar publicamente sua experiência, suas derrotas, seu sofrimento. Não deixaram de simbolizar, na medida do possível, o trauma provocado pelo encontro com a atroz crueldade de que um homem é capaz quando a própria força governante (no caso, também ela fora da lei) o autoriza a isso (KEHL, 2010, p. 127).

Nesse sentido, as “memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 05), ou seja, as memórias subalternas de eventos traumáticos seguem preservadas em meio as lacunas deixadas pelas narrativas oficiais, aguardando momento oportuno para eclodirem.

Assim, o silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, reforça as resistências, especialmente daqueles que transmitem cuidadosamente as lembranças aos dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando “a hora da verdade” e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 05).

Os estudos elaborados por Jelin sobre a memória, atribuem aos sentimentos e emoções, papel significativo nas indagações sobre o sentido que é atribuído ao passado perturbador. Para a autora,

allí se juegan los afectos y sentimientos, que pueden empujar a la reflexión y a la búsqueda de sentido.[...] El acontecimiento o el momento cobra entonces una vigencia asociada a emociones y afectos, que impulsan una búsqueda de sentido (JELIN, 2001, p. 09).

Ao refletir sobre a experiência traumática alemã, Bodo Von Borries (2016) indica que aprender ou compreender a história não envolve somente aspectos

cognitivos, é preciso considerar a questão emocional, estética e os julgamentos morais envolvidos no processo de rememoração. Sendo assim, a “História só é aprendida de forma eficaz sob três condições dadas: se novas perspectivas podem ser ligadas com as antigas, se estiver conectada a emoções – negativas ou positivas - e se é relevante na vida” (BORRIES, 2016, p. 32). Esses elementos contribuem para que o passado traumático seja incorporado ao sujeito no processo de construção ou reconstrução de sua identidade.

Segundo Rüsen (2009), para perder sua carga traumática, o passado precisa ser historicizado e dar lugar a novas interpretações que devem ser incorporadas pela cultura histórica. Atualmente a história possui diversas estratégias destigmatizantes para lidar com os elementos perturbadores dos traumas, são eles:

1. Anonimização: ao invés de falar de assassinatos e crimes, de sofrimento por uma falha ou culpa, menciona-se alguma força que promove uma ruptura em um mundo mais ou menos ordeiro;

2. Categorização: o trauma é contextualizado por meio de ocorrências e processos compreensíveis. Para aqueles que estão envolvidos – mas não só, ele perde sua singularidade perturbadora ao ser referido por termos abstratos dotados de significado.

3. Normalização: dissolve-se a qualidade destrutiva do evento ao apresentá-lo como algo recorrente, arraigado na natureza humana, que acontece o tempo todo e em todos os lugares;

4. Oralização: o evento traumático adquire o caráter de um caso, dissociado das ações humanas de indivíduos, e representa uma regra geral da conduta humana com uma mensagem claramente moralista aos observadores (“não faça uma coisa dessas!”);

5. Estetização: apresenta as experiências traumáticas para os sentidos de forma moderada e compreensível, como um quadro que o torna - no pior dos casos - pronto para consumo.

6. Teleologização: reconciliar o passado com o presente por meio da legitimidade e aceitação. Uma lição é aprendida e o trauma se dissolve em um processo de aprendizagem usado para legitimar historicamente uma ordem de vida que afirma prevenir seu retorno e oferecer proteção contra ele;

7. Reflexão meta-histórica: o evento traumático é reconhecido como parte da história e apresentado de forma conceitual e abstrata, incorporado a uma cadeia de

eventos no fluxo do tempo vivido, destacando as mudanças temporais. Assim, a dolorosa factualidade dos eventos traumáticos se evapora no ar impalpável da abstração;

8. Especialização: divide-se o evento traumático em diferentes aspectos que se tornam assuntos específicos para especialistas diferentes e, por meio da fragmentação, desaparece a dissonância perturbadora da totalidade do quadro histórico – um meio acadêmico genuíno de manter sob controle a ausência de sentido das experiências traumáticas.

Para Rüsen (2009), com tais estratégias historiográficas, as histórias de experiências violentas têm sido contadas ao longo do tempo de forma alienante, já que se criam narrativas sobre o passado com o objetivo de “aliviar” seus traços mais traumáticos. Ao refletir sobre a construção de memórias em relação à última ditadura brasileira, a partir da redemocratização, por muito tempo foi pautada na anonimização, oralização e a teologização. No entanto, se tomamos como referência a mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, transmitida pelo Porta-voz da República, André Singer, ao rememorar os 40 anos do golpe no Brasil, evidencia-se uma tendência de especialização, ou seja, a construção de memórias sobre o período fica a cargo dos especialistas treinados.

No entanto, na vida prática esses traços se mantêm vivos e em momentos de crise são facilmente descobertos sob a superfície da memória coletiva. Borries (2016) enfatiza que os seres humanos usam parte da história para legitimar as decisões do presente, no qual alguns grupos utilizam estratégias que consistem no esquecimento completo do passado.

Para que a história possa enfrentar esses traumas e elaborar seu próprio luto, Rüsen (2009) defende que é preciso mudar o modo de fazer história, ao invés da “destraumatização”. Se faz necessário adotar uma nova perspectiva de narrativa histórica, na qual os eventos traumáticos sejam evidenciados à luz da nudez de seus fatos, ou seja, significa romper com um modelo de história que propunha “*el olvido (político) de lo singular y único de una experiencia, para tornar más productiva a la memoria oficial*” (JELIN, 2001, p. 13). Ao refletir sobre a última ditadura brasileira, Kehl afirma que “o “esquecimento” da tortura produz, a meu ver, a naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil”. (2010, p. 124)

Sendo assim, Rüsen afirma que a historiografia deve considerar uma “traumatização secundária” que reconheça o trauma como parte constitutiva da

narrativa histórica, em que, eventos traumáticos deixam traços no próprio padrão de significância do trabalho de interpretação dos historiadores, logo, é preciso manifestar sua perturbação e dar-lhe visibilidade, no caso brasileiro:

- ao invés da anonimização, deveria claramente ser dito o que aconteceu por meio da chocante nudez da factualidade rude;
- ao invés de moralizar, a interpretação histórica precisa indicar os limites da moralidade, ou melhor, sua fragilidade interna;
- ao invés de suavizar experiências traumáticas pela teleologia, a história deve apresentar o fluxo do tempo como sendo obstruído na relação temporal entre o passado dos eventos traumáticos e a presença de sua comemoração. Descontinuidade, rompimento de conexões e destruição tornaram-se características de sentido na idéia geradora de sentido do curso do tempo. A especialização, por fim, precisa ser novamente conectada com um “arcabouço interpretativo abrangente e convincente” (RÜSEN, 2009, p. 200).

O luto, nesse sentido, refere-se à perda da própria humanidade que se vê refletida nesses eventos traumáticos. Para o autor, o luto e a história têm uma essência comum por ambos serem um procedimento da memória e estarem comprometidos com a lógica de geração de sentido para um passado traumático. O luto traz de volta à lembrança de algo especial que foi perdido (objeto ou pessoa), nesse processo mental o indivíduo revive, remonta a perda em forma de ser ancestral, quando se trata da perda de uma pessoa.

O caminho mais fácil e frequentemente praticado pelo luto histórico, é o de esquecer os eventos que devem ser moralmente condenados, vistos como ameaça por evidenciar que atuamos não só como vítimas, mas também como algozes. No entanto, as memórias subterrâneas perpetuam sua existência, e com isso, o passado segue determinando o presente de modo inquestionável. O passado é constantemente revivido e os mortos permanecem vivos e ativos no presente.

Os eventos passados não são esquecidos, são passados que não passam. Para superar o trauma, Rösen (2009, p. 208) afirma que é preciso vivenciar o luto e tomar consciência da experiência de perda da humanidade das vítimas e de seus violadores, a responsabilizar-se pelos atos desumanizadores, recuperando assim, a humanidade perdida. Com isso, evita-se que o sofrimento das vítimas e a alegria dos violadores sejam colocados dentro de uma normalidade histórica.

No entanto, Kehl (2010) questiona o uso e o conceito de desumanização em relação aos atos de tortura perpetrados durante a ditadura. E ressalta,

[...] se a possibilidade de gozar com a dor do outro está aberta para todo ser humano, por outro lado a tortura só existe porque a sociedade, explícita ou implicitamente, a admite. Por isso mesmo, porque se inscreve no laço social, não se pode considerar a tortura desumana. Ela é humana: não conhecemos nenhuma espécie animal capaz de instrumentalizar o corpo de um indivíduo

da mesma espécie, e além do mais gozar com isso, a pretexto de certo amor à “verdade” (p. 130)

Nesta perspectiva, a violência cometida por agentes do Estado ao longo do período ditatorial deve ser compreendida como traço negativo da experiência humana daquele período. Não se trata de atitudes desumanas, mas de ações humanas que privam o “outro” de experienciar sua humanidade. Para Jelin (2001, p. 12), um novo modelo de narrativa histórica só ocorrerá se quem faz história, ouvir o que as fontes têm a dizer, isto é: “[...] *es necesario encontrar del otro lado la voluntad de escuchar [...] Encontrar a otros con capacidad de escuchar es central en el proceso de quebrar silencios*” (JELIN, 2001, p. 12). Assim, ambas as partes poderiam reconhecer o passado traumático como parte de sua própria história, de sua identidade, e abrir espaço para perdoar (RÜSEN, 2009, p. 08).

Borries (2016) apresenta um caminho que se assemelha ao proposto por Rösen, no qual, a superação do passado traumático ocorre por meio da reconciliação.

A questão principal é mover-se em direção do outro e continuar juntos pelo mesmo caminho. Mas isso não é nada fácil; exige algumas pré-condições mentais: tomar distância do passado sem esquecê-lo, não permitindo que o passado determine completamente o presente, olhando para as condições e possibilidades de um futuro comum (BORRIES, 2016, p. 40).

Nessa perspectiva, elementos do passado fornecem condições para que os sujeitos compreendam as condições vivenciadas no presente, e por meio disso, possam almejar ações concretas que visem superar a hostilidade em prol de um futuro comum para todos os sujeitos envolvidos. O perdão, neste caso, não se trata de anistia ou apagamento do passado, mas de reconciliação a partir do reconhecimento, julgamento e retratação pelos crimes cometidos.

2.3 CULTURA HISTÓRICA, HISTÓRIA PÚBLICA E A HISTÓRIA DIGITAL

Refletir sobre o significado dos discursos vinculados aos pedidos de intervenção militar em grupos bolsonaristas do *Facebook* implica reconhecer que a produção de sentido para o tempo não se encontra, necessariamente, contida em narrativas produzidas unicamente por historiadores profissionais. Muito pelo contrário, indica que o conhecimento histórico, embora nem sempre científico, é produzido e divulgado amplamente nas redes sociais, por pessoas que não são profissionais do campo da história.

Nos últimos anos, tem se produzido narrativas que afirmam que a violência foi uma marca do regime ditatorial, os estudos da Comissão Nacional da Verdade (CNV),

possivelmente, sejam o maior exemplo das políticas de memória conduzidas pelo Estado. No entanto, os discursos que pedem Intervenção Militar ganharam força a partir das eleições presidenciais de 2018.

Nesse sentido, compreender como a cultura histórica orienta tais sujeitos pode contribuir para entendermos como os conhecimentos sobre o passado elaboram sentidos no presente e perspectivas de futuro. De acordo com Rüsen (1994), quando falamos de cultura histórica, não nos referimos somente sobre a História, o pensamento histórico ou a consciência histórica, isto porque, a cultura histórica é compreendida como um fenômeno que caracteriza a memória histórica no espaço público. Sendo assim,

la 'cultura histórica' contempla las diferentes estrategias de la investigación científico-académica, de la creación artística, de la lucha política por el poder, de la educación escolar y extraescolar, del ocio y de otros procedimientos de memoria histórica pública, como concreciones y expresiones de una única potencia mental (RÜSEN, 1994, p. 2).

Desse modo, os estudos da cultura histórica, ao lado de outros estudos e conceitos, transgridem os espaços que eram definidos tradicionalmente como campo da pesquisa historiográfica. Os espaços públicos passaram a ser integrados como objetos de pesquisa e essa mudança foi possível a partir do momento em que a consciência histórica se tornou tema de estudo de historiadores e historiadoras, porque a formação da consciência histórica não é exclusividade do ensino de história, tampouco, da história acadêmica. Espaços públicos e histórias que não passam pelo crivo da ciência da história, corroboram para a formação da consciência histórica dos sujeitos, como no caso das narrativas contidas nas redes sociais.

O termo consciência histórica ao longo da história, vem sendo utilizado por diversos autores (ARON, 1984; ARIÈS, 1989; HELLER, 1993; GADAMER, 1998; RÜSEN, 2001), por conseguinte, não se trata de um conceito unívoco (CERRI, 2001). Dessa forma, optamos pela perspectiva defendida por Rüsen, que define a consciência histórica como “[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática” (RÜSEN, 2001, p. 57). Portanto, a consciência histórica é intrínseca ao ser humano. Jeismann (1978 apud RÜSEN, 1994), indica que o processo de rememoração propiciado pela consciência histórica “[...] es "el entreveramiento entre la

interpretación del pasado, la comprensión del presente y la perspectiva del futuro” (*ibid*, p. 7). Portanto,

[...] la conciencia histórica, aparte de la forma temporal de la memoria o recuerdo histórico, se refiere al modo de ser de lo memorado. Siempre es recordado como algo real, algo que verdaderamente ha sucedido así; representa una parte de la articulación de la experiencia en la interpretación del tiempo. Pero al mismo tiempo, gracias a la capacidad y a la acción rememorativa de la conciencia histórica, esta experiencia del pasado se carga de significado para el presente. La realización del recuerdo histórico por la conciencia histórica es una síntesis peculiar de lo empírico y de lo normativo, de hechos y valores, en torno a la experiencia y el significado. La conciencia histórica sintetiza la experiencia temporal que proviene del pasado con la expectativa temporal que se abre al futuro (RÜSEN, 1994, p. 8-9).

Se a consciência histórica é o processo de significar o tempo no âmbito da subjetividade do ser humano,

a cultura histórica nada mais é, de início, do que o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição de sentido da experiência do tempo, determinantes da consciência histórica humana (RÜSEN, 2010, p. 121).

A cultura histórica, nessa perspectiva, refere-se à articulação bem-sucedida na vida prática da consciência histórica com o meio social em que estamos inseridos, conforme destaca Estevão Chaves de Rezende Martins (2010). Em última análise, a cultura histórica é o resultado e o fortalecimento de identidades, memórias, representações temporais, símbolos ideológicos e outros componentes da cultura, que influenciam a história de cada um. Mais precisamente, a cultura histórica é a representação coletiva da consciência histórica de uma sociedade (ALVES, 2013). Assim sendo, as postagens de um grupo de *Facebook* demonstram como as apropriações do passado estão vinculadas ao presente, para fornecer uma lógica de sentido aos membros da comunidade.

Nesse sentido, os estudos da cultura histórica oferecem um panorama da vida prática humana em que as operações mentais da percepção, interpretação, orientação e motivação constituem o agir no tempo. Rüsen (2012) indica que a percepção da experiência histórica desvenda as diferentes temporalidades, da qual, a alteridade encontra-se vinculada; a interpretação conduz a elucidação da mudança temporal como história construída; a orientação implica na mudança de projetos de vida, em que o futuro é projetado a partir das experiências interpretadas historicamente; e, por fim, a motivação significa a determinação da vontade motivada pelo modo interpretativo de lembrar ou pensar.

O autor acrescenta que a cultura histórica possui três dimensões: cognitiva, política e estética. De acordo com Martins (2007) o caráter estético da cultura histórica diz respeito a produções não historiográficas como: novelas, filmes, literatura e artes. A dimensão política refere-se aos modos como a organização política e institucional de uma sociedade condiciona o agir no tempo dos cidadãos. Por fim, a dimensão cognitiva diz respeito à ciência da história. Alves (2013) afirma que para que a orientação temporal não seja deturpada é necessário que as três dimensões da cultura histórica funcionem harmoniosamente. E Rüsen (1994) de modo enfático ressalta,

con esta fundamentación antropológica de las tres dimensiones se puede apoyar la tesis de que las tres son de igual modo originarias y no pueden ser reducidas la una por la otra. [...] así las tres dimensiones de la cultura histórica se compenetrán mutuamente, y solamente en esa compenetración la conciencia histórica realiza su acción cultural característica, la rememoración histórica. No hay ninguna rememoración histórica que no esté marcada por los tres principios (p. 21)

Nesse sentido, se a dimensão política é submetida à dimensão cognitiva, a “questão do poder inoculam os problemas da verdade, e a verdade transforma-se em ideologia [...] o poder perde a perspectiva da verdade, torna-se cego, obtuso, fechado sobre sua própria verdade” (RÜSEN, 2010, p. 125), por outro lado, a “ciência torna-se relativista, envolvendo, com o véu da aparente fidelidade aos fatos, as legitimações históricas almejadas politicamente (ibidem).

Quando a dimensão estética é superdimensionada em detrimento das demais, a “estética fraturada da experiência histórica pode provocar em verdadeiro bloqueio quando se trata de processar discursivamente as experiências atuais de crise e de as transpor, mediante a memória histórica, em estratégias de ação política” (RÜSEN, 2010, p. 131). Portanto, a dimensão estética da cultura histórica ao se desprender da ciência da história, acaba por legitimar o discurso negacionista que pede o retorno dos militares ao poder.

Estudar a cultura histórica de um grupo social implica reconhecer que a produção de narrativas sobre o passado, não é, exclusivamente, tarefa de profissionais formados em História, como fora mencionado já. Nesse sentido, nos últimos anos, a história pública ganhou importância nas discussões a respeito dos modos de produção, circulação e consumo do conhecimento histórico por parte do grande público.

Segundo Jurandir Malerba (2017), a relação historiador/ historiografia/ público é dinâmica, no entanto, a partir da implementação da *web 2.0* em que as mídias

digitais se popularizaram, alterou-se drasticamente os “elementos constituintes do trinômio”. Os meios de comunicação que até então relegavam ao público leitor, o papel de receptor de conhecimento, com o advento da *web 2.0* os membros das comunidades *online* passaram a ser considerados produtores de conhecimento.

Portanto, “a história não mais se produz somente na academia, muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado” (MALERBA, 2017, p. 142), e como aponta Sônia Meneses (2018, p. 160), “[...]essa “história fora da história” sempre foi uma produção “marginal”, quando muito um apanhado de textos sobre o passado, reunidos sem os critérios suficientes para alçá-los à legitimidade de conhecimento histórico”. É nesse contexto que surge a história pública, “não como exclusivamente “audiências”, consumidores de história, mas, em alguma medida, como debatido a seguir, público gerador de história” (MENESES, 2018, p.141). Assim sendo, a história pública surge nos anos de 1970 com a intenção de possibilitar que as pessoas comuns, tenham suas histórias publicizadas, além disso, se consolida a ideia que não somente os especialistas podem produzir história.

Desse modo, a história pública é definida como campo em que,

os historiadores não simplesmente divulgam o conhecimento para o público, mas devem trabalhar em conjunto com as pessoas comuns. O passado seria reconhecido como o terreno social em constante mudança, e os historiadores e o público deveriam cooperar e trocar ideias de modo a que sua expertise pudesse satisfazer as necessidades, desejos e conhecimento cultural do outro (MALERBA, 2017, p. 144).

Com o tempo, o conceito fixou-se nas potencialidades de ação profissional dos historiadores fora do universo acadêmico. Além disso, o público de história se expandiu vertiginosamente nos últimos anos, para muito além do público consumidor de livros – inclusive de livros de história popular. Essa grande expansão em parte, se explica pelo surgimento de novas mídias, particularmente a *internet*.

Com a recente massificação do uso da *internet*, a pesquisa histórica passou a considerar que o ciberespaço pode ser entendido como campo de estudo da historiografia, com isso, surge a história digital. Para Stefania Gallini e Sergio Noiret (2011), a história digital se caracteriza por utilizar os meios e redes digitais para realizar as tarefas de investigar, comunicar o conhecimento, conservar fontes históricas e ensinar a pensar de forma crítica e histórica, aspectos tradicionais para pesquisadores e pesquisadoras no campo da história. Os autores acrescentam ainda, que atualmente existe “*La convicción compartida por los practicantes de la historia*

digital es que el uso de los computadores, las redes y los medios digitales es útil al oficio del historiador” (2011, p. 17), outro aspecto considerado, a nosso ver, necessário.

Nessa perspectiva, a *internet* e os meios de comunicação digitais incidem diretamente na maneira em que pensamos o passado e na forma como o mesmo é comunicado. Os meios de comunicação, mediados por computador, não questionam o objeto de trabalho do historiador, mas sim, “[...] *evidencian la naturaleza intrínsecamente comunicativa de la historia, afectan los modos y los tiempos de la investigación histórica y desdibujan y rediseñan las figuras del autor y del lector*”. (GALLINI; NOIRET, 2011, p. 17).

Nesse sentido, a história digital demonstra que o ciberespaço é um campo de produção, circulação e consumo de conteúdo histórico, que se encontra vinculado à história pública em que os conhecimentos produzidos fora dos espaços acadêmicos são considerados. Portanto, se tais conhecimentos históricos contribuem para orientação temporal do ser humano no tempo, logo, torna-se objeto dos estudos da cultura histórica. Sendo assim, investigar postagens que anseiam por intervenção militar em grupos bolsonaristas no *Facebook*, pode indicar como a cultura histórica em sua dimensão política tem orientado parte da sociedade que se vê representada pelas forças militares.

2.3.1 Inter-relação entre Cultura histórica e cultura política

Até o momento, fora mencionado que a cultura política possui elementos correlacionados com a cultura histórica. No entanto, não ficou estabelecido como cultura política e cultura histórica se vinculam no processo de orientação da vida prática dos sujeitos. No decorrer do texto, buscar-se-á definir, de maneira objetiva, o que entendemos como cultura política, afim de analisar como a inter-relação entre a cultura histórica e a cultura política orientam o agir na vida prática.

A década de 1950 marca o retorno das reflexões acadêmicas sobre uma “nova” história política, no entanto, somente a partir de 1990, é que a historiografia francesa lançou mão de reflexões sobre o conceito de cultura política com os trabalhos de Berstein e Sirinelli (1998). Partindo da concepção francesa, que exerce grande influência na historiografia brasileira, a cultura política pode ser definida como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por grupos humanos estabelecidos, a revelar uma identidade coletiva que proporciona

leituras comuns ao passado, assim como, viabiliza inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. Na representação, pode-se incluir: ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, que mobilizam mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (MOTTA, 2014).

Sendo assim, a cultura política é entendida como um conjunto de valores que condicionam como uma sociedade ou parte dela, a se relacionar com políticos e as políticas públicas. Nesse campo, encontram-se as relações de poder e autoridade, ou seja, é nesse meio que os grupos interpretam se seus interesses estão sendo considerados pelos representantes políticos eleitos. Assim sendo, “a cultura política é o conceito que expressa os padrões pelos quais uma sociedade se relaciona com as esferas em que as decisões coletivas são tomadas” (CERRI, 2021, p. 57). Assumindo tal premissa, por meio da análise dos representantes políticos eleitos, é possível verificar, como parte da sociedade se relaciona com determinados eventos políticos do passado. Nesta pesquisa, as análises recaem sobre postagens de dois grupos, que apoiam o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, de modo que nos permite observar como as pessoas interpretam o período ditatorial brasileiro.

Importante destacar que a cultura política é um elemento integrante da cultura global de uma sociedade, a reunir, prioritariamente, elementos que pertencem à esfera política (BERSTEIN, 2009), assim como, a cultura é particular e específica de uma sociedade, cujos componentes políticos também serão específicos, os valores e padrões que orientam parte de uma sociedade no agir político são construção de médio ou longo prazo (MOTTA, 2014).

Ao refletir sobre os âmbitos em que a cultura política proporciona orientação aos sujeitos, Cerri (2021) se apropria dos estudos Almond e Verba (1989) e enfatiza que a cultura política possui três aspectos para a orientação: o cognitivo, o afetivo e o avaliativo. Os historiadores têm acepções bem diversas, estudos dedicados à cultura política revelam outras dimensões explicativas para os fenômenos políticos, como a força dos sentimentos (paixões, medo), a finalidade da tradição (família, religião) e a adesão a valores (moral, honra, patriotismo) (MOTTA, 2014).

Sendo assim,

a avaliação subjetiva que os indivíduos fazem do sistema político que gere a sociedade poderia ser dividida em três tipos de orientações: 1) *orientação cognitiva*, pautada nas crenças e conhecimentos sobre o sistema político e o papel dos sujeitos em relação no mesmo; 2) *orientação afetiva*, baseada nos sentimentos individuais perante a estrutura política; 3) *orientação valorativa*, referente à apreciação que o indivíduo faz a partir da combinação de

elementos cognitivos e afetivos que permitem o julgamento e a emissão de opinião em relação ao sistema político (BAPTISTA, 2015, p. 666).

É justamente no campo afetivo que as perspectivas políticas da nova direita encontraram espaço para conglomerar outras perspectivas de cultura política. As direitas alternativas têm na oposição, às políticas que almejam a justiça social, um de seus principais aglutinadores. O antifeminismo é outro pilar dessas correntes políticas, além da constante defesa dos valores ocidentais que estão sempre em perigo, e, por fim, a direita alternativa se coloca como politicamente incorreta (GULLIVER-NEEDHAM, 2018; STEFANONI, 2021). Portanto, não é de surpreender que quando um sistema político almeja diminuir os privilégios de determinados grupos, como ocorreu nos anos do século XXI no Brasil, ocorreu uma forte oposição por parte de seus membros.

A cultura política nutre-se também de referências filosóficas e históricas, pois é no passado que a cultura política encontra suas chaves interpretativas, a partir das quais, justifica sua pertinência e validade, elementos como livros, textos, fatos simbólicos e grandes personagens históricos são apresentados para legitimar uma cultura política (BERSTEIN, 2009). Em alguns casos, culturas políticas antagônicas disputam os mesmos símbolos e personagens históricos para sua legitimação. Esses aspectos são determinantes para entender como os sujeitos interpretam a relação entre cultura política e a cultura histórica predominante de uma sociedade. Visto que, por meio desses elementos, é possível identificar como a sociedade avalia os discursos contidos nas esferas públicas. A cultura política nesse aspecto “[...] supre ao mesmo tempo ‘uma leitura comum do passado’ e uma ‘projecção no futuro vivida pelo conjunto’” (BERSTEIN, 1998, p. 351).

Ainda pensando sobre os estudos efetuados por Almond e Verba (1989) que são referenciados por Cerri (2021), entende-se o quanto importante é destacar, que a cultura política possui três tipos ideais, a paroquial, a de sujeição e a participante. A cultura política coloquial vincula-se a perspectivas tradicionais; a de sujeição se aproxima das estruturas políticas autoritárias e centralizadas; e a participante indica uma estrutura política voltada para a democracia.

Para Berstein (1998), no interior de uma nação, existe uma pluralidade de culturas políticas que possuem áreas de valores partilhados. Quando em um determinado período histórico, um conjunto de valores é amplamente partilhado, então a cultura histórica se torna dominante. Isso não implica em não existência de outras

culturas políticas no interior dessa sociedade, pelo contrário, mesmo havendo uma cultura política hegemônica podem existir várias outras culturas políticas, ou seja, esses três tipos ideais de cultura política (paroquial, sujeição e participante), podem coexistir no interior de um país.

Nesse sentido, os modos de geração de sentido tradicional e exemplar podem ser associados a uma cultura política de sujeição, pois pressupõe uma verdade rígida que deve ser incorporada e respeitada, apenas o modo genético pressupõe uma verdade provisória a ser questionada por meio do método científico, no qual, depende de evidências, argumentações e produções de consenso. Portanto, a cultura política participativa/democrática encontra-se em conformidade com uma cultura histórica mais sofisticada vinculada a constituição genética de sentido da consciência histórica dos sujeitos daquela sociedade (CERRI, 2021). Não obstante, reforçamos que os modos de sentidos (tradicional, exemplar, crítico e genético), assim como as culturas políticas (paroquial, sujeição e participante) podem existir concomitantemente no interior da cultura histórica de uma sociedade.

Nesse sistema de representações de fatores religiosos, a organização do ensino, as questões militares, as regras morais e a criação estética são responsáveis por divulgar e manter a coerência de todos os elementos mencionados. Portanto, a cultura política dominante existe, porque é capaz de em determinado momento histórico, atender as aspirações da maior parte da sociedade, isto é, o conjunto de valores daquela cultura política apresenta resposta mais adequada aos anseios da sociedade (BERSTEIN, 2009)

Cultura histórica e cultura política são marcadas pela institucionalização de suas produções, no entanto, o desenvolvimento de ambas se encontram vinculadas em processos de socialização, que não estão somente relacionados a atuação de órgãos governamentais como escolas, universidades e afins. Os meios de comunicação de massa e, agora, as redes sociais acabam disseminando discursos que condicionam o imaginário, em que a política é o lugar em que a corrupção prevalece, portanto, se faz necessário que um “salvador da pátria” restabeleça a honra das instituições públicas, o escolhido para essa tarefa é um ex-capitão do Exército, Jair Messias Bolsonaro. Nessa acepção, a cultura histórica e política contribui para a orientação temporal dos sujeitos, porém, a experiência humana não se encerra nesses campos.

Parte da sociedade ao ser convocada para participar da vida pública, espera que políticos resolvam seus problemas imediatos, assim sendo, as questões individuais se sobrepõem aos interesses sociais, esse é um indicativo de que não se criou no país uma cultura histórica dominante, em que as esferas políticas devam atender aos interesses coletivos. Acredita-se que os valores de uma sociedade, estão intimamente ligados a cultura histórica vivenciada por aqueles sujeitos, por isto, nos cabe indagar: Até que ponto, essa individualização das políticas públicas pode estar relacionada à cultura histórica pautada na conciliação que vigorou ao longo do processo de transição, cujas pessoas foram privadas de vivenciar debates acerca dos problemas e violações causados pelo regime ditatorial? E, qual a importância de implementação de uma cultura política que garanta os direitos mínimos de toda a sociedade?

Para Cerri (2021), a escola é o principal espaço responsável pela socialização histórico-política de crianças e jovens para a participação nas instituições do Estado. Portanto, uma das possíveis explicações para o fato de que os brasileiros e brasileiras não se aproximam do sistema político vigente, pode estar relacionado com a tardia universalização da educação básica. Além disso, os altos índices de evasão escolar e aprendizado insuficiente, exclusão de negros e indígenas, pardos, pobres e imigrantes, são fatores que colaboram com este afastamento político de parte da sociedade.

No processo de socialização da cultura política, o primeiro lugar em que a criança recebe o conjunto de normas, valores e reflexão, é a família. Com a inserção da criança no mundo escolar, as instituições de ensino (escola, colégios, universidades) passam a exercer influências sobre as concepções políticas dos sujeitos. Além disso, grupos sociais, meio de trabalho e as mídias são determinantes na difusão de representações normatizadas de uma cultura política (BERSTEIN, 1998). Dessa forma, a socialização política está intimamente ligada aos elementos provenientes da cultura histórica, que não se restringem ao ensino escolar, como as redes sociais, objeto deste estudo, exemplo claro de espaço não escolar que contribui para a construção da cultura histórica.

Ainda em relação à socialização, dois aspectos devem ser considerados, o primeiro diz respeito a não ter ocorrido políticas de memória sobre os crimes cometidos durante o período ditatorial nas primeiras décadas após o processo de redemocratização brasileira. O segundo, remete há uma mudança nos meios de

comunicação após a expansão da *internet* em especial, com a proliferação das redes sociais em que usuários passaram a produzir e divulgar conteúdos históricos, vale destacar que essa transformação, ocorreu em meio ao processo de consolidação da democracia brasileira.

Reforçamos que nem todo aparato cultural contido em uma sociedade, é considerado parte da cultura histórica. No entanto, cultura política e histórica são elementos fundadores ou que consolidam identidades. Se por um lado, a cultura política é composta por padrões de comportamentos em relação às esferas de decisões políticas de um grupo ou sociedade. A cultura histórica é composta por padrões que significam o tempo, em especial o passado.

O principal ponto de contato entre esses conceitos é a produção de identidades e identificações, fundamental no posicionamento político, e resultante direta dos processos de consciência histórica, que por sua vez produzem e são condicionados pela cultura histórica (CERRI, 2021, p. 63).

É por meio da consciência histórica que a cultura histórica e a cultura política são mobilizadas, ou seja, cultura histórica e política são condicionantes e condicionadas pela consciência histórica. Logo, ambas contribuem de maneira significativa no processo de construção de identidades e identificação com determinadas narrativas sobre o passado de uma sociedade. Cabe ao pesquisador que aborda as interfaces entre cultura histórica e cultura política, compreender que narrativas que constituem o eixo de orientação estão constantemente em disputas e são os momentos de crise que possibilitam a reinterpretação do passado, como aponta Jelin (2001) e Rüsen (2009).

A crise de legitimidade faz com que ocorra transformação das estruturas vigentes e provoque o nascimento de uma normativa política nova, porém, é preciso um espaço de tempo de no mínimo duas gerações para que uma nova ideia política se apresente como portadora de respostas para os problemas de uma sociedade (BERSTEIN, 1998). Por conseguinte, o nascimento de uma nova cultura política não se dá ao acaso, ela surge em resposta aos problemas fundamentais enfrentados pela sociedade. A citar, a redemocratização ocorrida durante a década de 1980, pode ser entendida como resposta ao esgotamento do modelo autoritário que vigorou no país por 21 anos. Por outro lado, parte da sociedade que pede a volta dos militares, indica que o modelo democrático não atendeu plenamente, os anseios de tais grupos. Em última análise, a cultura política é dinâmica e ela deve ser adaptada às novas demandas da sociedade, caso contrário, entrará em decadência (BERSTEIN, 2009).

As direitas alternativas ganham visibilidade exatamente nesse contexto, passados pouco mais de 30 anos da redemocratização no país, a democracia não atendeu às demandas da população o que possibilitou que uma nova cultura política ganhasse espaço. A direita alternativa, ideologicamente, passou a fomentar a ideia de que os problemas da sociedade são causados pela esquerda, portanto, mais importante que oferecer uma proposta de independência, é preciso derrotar a esquerda. Se alguém é explorado por seu empregador, apenas deve lidar com isso ou buscar um novo emprego, e se as pessoas sofrem racismo institucional, o correto a ser feito é ignorar. Logo isso se converte em um poderoso discurso, em que as minorias étnicas podem ser discriminadas por lutarem por seus direitos (GULLIVER-NEEDHAM, 2018).

Em suma, a direita alternativa defende que

[...] el LM (Libertarismo Modal) es un adolescente rebelde contra todos a su alrededor: primero, contra sus padres, segundo, contra su familia, tercero, contra sus vecinos y finalmente contra la burguesía de la que nació, contra las normas y convenciones burguesas y contra instituciones de autoridad social como las iglesias (ROTHBARD, 2016)

Portanto, partindo dessa ótica, todo questionamento ao *status quo* é um ataque aos pilares da sociedade, em que a cultura burguesa e cristã é o caminho mais promissor de se chegar a liberdade (ROTHBARD, 2016). A nova direita, se valendo dos recursos da *internet*, passou a operar por meio de uma mistura de populismo que dissemina mensagens anti-sistêmicas, em que a batalha é o centro do debate. Ademais, a entrada dessas novas correntes no jogo democrático obrigou as direitas tradicionais a mudarem suas abordagens para não perder espaço. As direitas alternativas, também impulsionaram algumas demandas existentes em algumas sociedades, como por exemplo, o reforço da identidade nacional, a repulsa aos imigrantes, condenação do multiculturalismo e em alguns casos, a negação ou defesa de regimes militares (STEFANONI, 2021). No caso brasileiro, essas demandas foram evidenciadas a partir das manifestações de 2013 e são impulsionadas pelas mídias sociais.

Embora, no Brasil predominam narrativas que afirmam que a sociedade brasileira não é violenta e que governos autoritários surgem em momentos específicos de nossa história, o autoritarismo não é apenas um modelo de governo, mas sim, a estrutura da nossa sociedade (CHAUI, 1995). No caso de brasileiro, seria importante entender, porque os atos cotidianos dos atores políticos relevantes (governantes,

membros do sistema judiciário e da polícia) não se orientam pelo conjunto de normas existentes. Trata-se de uma cultura política não democrática, que coexiste com a institucionalidade democrática, isto é, as ações práticas não são puramente democráticas, tampouco, puramente autoritárias (AVRITZER, 1995).

A coexistência de mais de uma cultura política no interior de nossa sociedade, contribui para que a extrema-direita, representada por Bolsonaro, legitime por meio de elementos da cultura histórica, os pedidos de intervenção militar pautados em uma interpretação utópica do passado imperial brasileiro, em que havia ordem, estabilidade, unidade e continuidade (KALIL et al., 2018). Essa leitura do passado pressupõe que a democracia, por almejar justiça social, participação popular, mudança do *status quo*, entre outros, gera instabilidade, conflitos e desordem, o que contribui para construção de um futuro distópico (KALIL et al., 2018).

Outra interpretação recorrente referente a cultura política do país, se pauta na conciliação tida como característica fundamental da nossa sociedade, ou seja, buscamos evitar qualquer forma de ruptura no âmbito político (MOTTA, 2014). Essa percepção é reforçada quando adotamos políticas de transição que indicam que a democracia, de modo geral, é alcançada por meio de um processo longo de negociação no qual são criadas condições institucionais com o intuito de garantir a transição entre duas culturas políticas antagônicas (autoritarismo - democracia) (AVRITZER, 1995).

Portanto, como opta-se por transições que visam a conciliação, os valores democráticos implementados após a redemocratização (participante) podem coexistir com valores autoritários (sujeição) do período da ditadura e momentos de crise de legitimação política, como o vivenciado na última década, a permitir o ressurgimento e/ou a exaltação de uma cultura política baseada na sujeição.

A cultura histórica, por sua vez, se faz presente na cultura política, ao produzir narrativas que dotam de sentido o sistema político vigente em uma determinada época, o grau de complexidade do sistema político está intimamente ligado ao grau de sofisticação e amplitude da cultura histórica. Ademais, a dimensão estética da cultura histórica se relaciona de forma íntima com a dimensão afetiva da cultura política. Isto se evidencia, por meio da valorização do orgulho nacional “[...] que é componente fundamental da cultura política, tem profundas raízes nos aspectos afetivos da cultura histórica [...]” (CERRI, 2021, p. 70). Esses sentimentos não

raramente são exaltados por uma cultura política nacionalista que pretende impor a criação de um Estado autoritário.

Tendo como referência o exposto, entende-se que a cultura histórica e a cultura política são objeto de disputa política e social. Portanto, estudar por meio de análise quantitativa como a cultura política intervencionista é representada em grupo bolsonaristas no *Facebook*, se faz necessária e urgente, acredita-se que por meio da abordagem teórica proposta, seja possível identificar e analisar como a produção, circulação e o consumo de conteúdos históricos pode ampliar o campo de contribuição da história para entender os fenômenos condicionados ao ciberespaço que interferem na construção de identidades na vida prática.

2.3.2 Diálogos entre história pública, história digital e a circulação de conhecimento histórico no ciberespaço

A história pública que se concretiza como campo de estudo a partir da década de 1970, teve seu campo ampliado com a expansão da *internet*. As formas de produção, circulação e consumo de conhecimento histórico mudaram, desde então, essas questões se tornaram mais complexas. Antes, a produção ficava a cargo de historiadores e historiadoras, ou seja, especialistas da área, e a circulação, basicamente, se resumia a livros físicos, cujo leitor encontrava-se na posição de consumidor do conhecimento produzido por especialistas. Isto não significa que os leitores eram figuras passivas, no entanto, não eram considerados produtores de conhecimento. Com o avanço das novas tecnologias da informação, ocorreram mudanças significativas. Jurandir Malerba (2017) afirma que a *Web 2.0* afetou a forma como as pessoas interagem com as outras, isso inclui, a maneira como historiadores e pessoas comuns se conectam com a história. O terreno da *web 2.0* possibilitou o surgimento de

fóruns online, blogs, dispositivos portáteis, aplicativos celulares, tablets, mídias sociais e uma incontável gama de plataformas digitais têm facilitado um maior grau de “envolvimento do usuário” (*user engagement*), em que qualquer pessoa com acesso à web é capaz de contribuir para a compreensão sobre o passado (MALERBA, 2017, p. 143).

Em certa medida, as novas tecnologias mencionadas por Malerba (2017), demonstram aspectos significativos da complicação em que a história pública se encontra envolvida. O tradicional papel do leitor como leigo e do historiador como autoridade, que produz conhecimento histórico, é colocado em xeque. Os

especialistas dividem espaço com “jornalistas e antiquários, genealogistas e ativistas sociais, estudantes secundaristas, ou mesmo o velho médico, advogado, jornalista ou professor aposentado diletantes juntaram-se ao coro dos cronistas da “história viva”. (MALERBA, 2017, p. 147)

A ampliação promovida, a partir da expansão e/ou popularização da *internet*, não pode ser entendida como um problema, a diversidade de narrativas, em alguma medida, demonstra a pluralidade cultural de nossa sociedade. No entanto, Malerba (2017) chama atenção para o fato de que pessoas com certo grau de conhecimento histórico acabam por usar a história como instrumento político. No entanto, para Stefania Gallini e Sergio Noiret (2011), a “*Internet y los medios digitales no cuestionan el objeto del trabajo histórico, sino que inciden en la manera de pensar el pasado y en la forma de comunicar conocimientos sobre éste.*” (p. 17). Nessa perspectiva, não é o trabalho dos historiadores que é questionado, mas sim, a forma como nós refletimos sobre o passado e principalmente, como buscamos comunicar os conhecimentos produzidos.

Outro problema evidenciado com a expansão vertiginosa da *internet* em que o público passou de consumidor a autor de conhecimento histórico, está relacionada à crise de legitimidade e autoridade das produções profissionais. Nesse sentido,

o sucesso de mercado, as tiragens, as cifras de venda e o reconhecimento do público (consumidor) passam a ser as bitolas com que se mede a qualidade do conhecimento, em detrimento das tradicionais instâncias de legitimação do saber acadêmico como as conhecíamos desde a estruturação da moderna universidade (MALERBA, 2017, p. 147).

A interpretação proposta por Gallini e Noiret (2011), aponta outro caminho possível para a relação historiadores e seus públicos. O estudo indica que a principal questão que envolve a *internet* como objeto da pesquisa histórica está relacionada à impossibilidade de distinguir de maneira objetiva entre conhecimento e comunicação. O historiador deve encarar o desafio de se entender como produtor e comunicador ou continuará a margem do grande público, isto é, historiadores e historiadoras devem repensar quem realmente faz parte do seu público (ROSENZWEIG, 2003).

Nesse sentido, Marixa Lasso (2016) indica que uma possível solução para o problema do distanciamento entre os historiadores e seus públicos, é uma escrita da história que retome o contato com a literatura. Além disso, dê atenção ao estilo e a arte de contar histórias, o que não significa perder a seriedade e a profundidade da análise histórica. Para a autora, é possível produzir uma escrita agradável sem ser

superficial. Lasso (2016) é categórica ao afirmar que “*si queremos mantener nuestra relevancia y jugar nuestro papel de contadores de historias colectivas, tenemos que escribir de manera accesible [...]*” (2016, p. 5).

O ciberespaço acentua a complexidade em que se encontram envolvidos historiadores e historiadoras, a ponto de se configurar como um dos maiores obstáculos relacionados à autoridade para o trabalho de historiadores profissionais da história pública. Segundo Malerba (2017), isto se explica porque a “[...] imensa demanda social por história no mundo atual teria como objeto não a história-conhecimento, a história como ciência, construída por historiadores acadêmicos, mas as narrativas sobre o passado de caráter popular” (p. 148). Estudar como a cultura política é utilizada na *internet* pode contribuir para entender como se dá o processo de produção, circulação e apropriação dos conhecimentos históricos voltados para a formação de identidades relacionadas à esfera pública. No entanto, de acordo com Fábio Chang de Almeida (2011), ainda são poucas as pesquisas históricas que utilizam o ciberespaço como primária.

A resistência em trabalhar com fontes digitais tem raízes nas tradições históricas do método científico da história que tinha como suporte documental específico, o papel, especialmente para Escola Metódica que defendia que o historiador deveria buscar nos documentos oficiais. a fonte para os estudos historiográficos, como aponta Almeida (2011). Outra explicação relevante para a pouca utilização de fontes digitais nas pesquisas historiográficas, é a escassa discussão teórico-metodológica sobre o assunto. Almeida (2011) defende que as fontes digitais serão incorporadas como matéria prima ao escopo das pesquisas históricas, a partir do aprofundamento da sistematização teórica e metodológica que servirá de guia para atuação prática de historiadores e historiadoras.

Além dos problemas mencionados, Gallini e Noiret (2011) acrescentam que a *internet* desafia a tradição da ciência da história em relação aos modos e tempos de investigação ao oferecer novas ferramentas de trabalho que são capazes de tornar as pesquisas mais cômodas, menos onerosas e mais rápidas. Pois, o ciberespaço oferece informações diversas e abundantes, além disso, permite que pesquisadores e pesquisadoras acessem conteúdos das mais variadas bibliotecas e de qualquer parte do mundo, sem a necessidade de acesso físico a tais espaços. Essa constatação evidencia uma mudança na relação com as fontes, em que os documentos digitais são vulneráveis, portanto, historiadores e historiadoras estão

vivendo um novo paradigma na produção do conhecimento histórico, ao mesmo tempo em que, existe uma abundância de fontes, cuja fragilidade faz com que esses dados, rapidamente se tornem ilegíveis e onerem altos custos para recuperá-los (ROSENZWEIG, 2003).

Por meio do uso dos hipertextos¹³, os leitores traçam seu próprio caminho ao serem confrontados com produções historiográficas. Na perspectiva de Gallini e Noiret (2011), os leitores são guiados mais por sua sensibilidade do que pela lógica argumentativa do texto. Portanto, o leitor-navegador escolhe como dialogar com o autor, seguindo caminhos epistemológicos personalizados. Essa possibilidade oferecida pelos hipertextos, impossibilitam uma distinção objetiva entre autor e leitor, pois o interlocutor não é guiado exclusivamente pela linha argumentativa do autor, em outros termos, o ciberespaço por meio dos hipertextos, permite ao leitor navegar por outras fontes primárias e secundárias, e apresenta a possibilidade de uma dimensão coletiva da produção de conhecimento histórico, que reconfigura a relação entre autor e leitor.

Portanto, a *web 2.0* possibilitou que

[...] los actores de la Web no sólo consumen pasivamente la comunicación y la información en la red, sino que además construyen ellos mismos los objetos de consumo, un paso que se ha hecho posible gracias a la simplificación tecnológica con la introducción de lenguajes más cercanos al usuario final que al ingeniero informático inicial (GALLINI; NOIRET, 2011, p. 27).

Sendo assim,

Para os historiadores que buscam compreender o presente, negligenciar as fontes digitais e a *Internet* significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da rede mundial de computadores (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Por conseguinte, a *web 2.0* inaugurou uma nova era na relação comunicativa entre historiadores profissionais e seus públicos. Por meio dessa ferramenta foi possível criar um ambiente de produção coletivo, em busca de enriquecimento mútuo. No entanto, a produção de conhecimento histórico no mundo digital não se encontra

¹³ Hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa, portanto, desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira (LÉVY, 1993, p. 20)

livre da interferência dos conflitos políticos e ideológicos característicos das sociedades humanas, como nos chama atenção Almeida (2011).

O *site Wikipedia*¹⁴, é uma das referências em relação à produção de conteúdo de modo cooperativo, em que milhares de pessoas, escrevem de forma colaborativa (ROSENZWEIG, 2006). Nesse espaço, assim como nas mídias sociais, busca-se evidenciar uma nova forma de fazer história. Gallini e Noiret (2011) defendem que o objetivo das pessoas é fazer história sem mediadores, quer dizer, uma história sem a participação de profissionais da área. Nessa concepção, por meio da *Web 2.0* todo usuário é um potencial historiador, cabe a esses profissionais, filtrar, organizar e interpretar o que está circulando nas redes sociais.

No entanto, se historiadores e historiadoras profissionais acreditam que a história produzida por pessoas (não profissionais da área), não possui qualidade adequada, deveriam assumir a responsabilidade de disponibilizar melhores fontes de informação *online* (ROSENZWEIG, 2006). Portanto, cabe aos profissionais da área participar da produção e circulação do conhecimento histórico no ciberespaço.

Na concepção de Rosenzweig (2006), historiadores profissionais tem muito que aprender, não apenas com o modelo de distribuição democrático e aberto da ferramenta *Wikipedia*, mas também com a forma aberta e colaborativa de produção de conhecimento, cujo objetivo, superar o modelo de produção individualista que ainda predomina entre os profissionais do campo da história. Nesse sentido, transformar pessoas que normalmente são vistos como público do historiador em colaboradores, pode ser instigante.

A história digital emergida a partir da popularização da *internet* desafia os métodos tradicionais da História. O ciberespaço desconhece fronteiras e a distância física, os usuários são capazes de acessar informações de toda parte do mundo, praticamente no instante em que elas acontecem, assim dizendo, a ideia de tempo e espaço preciosa para pesquisadores do campo da história, se esvazia no mundo digital.

Por outro lado, Galline e Noiret (2011) afirmam que grupos sociais, étnicos, políticos e culturais são capazes de povoar a *internet* por meio de testemunhos

¹⁴ Segundo informação do próprio *site*, o *Wikipédia* é um projeto de enciclopédia colaborativa, universal e multilíngue estabelecido na *internet* que tem por objetivo fornecer conteúdo livre, objetivo e verificável em que todos os usuários da *web* podem editar e melhorar. Atualmente o *site* por meio de seus membros colaborativos produz conhecimento em 320 idiomas. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 03/11/2021.

individuais, ao se utilizar dos recursos oferecidos pela *web 2.0* para consolidar suas práticas de memória. No ciberespaço é privilegiado a memória em primeira pessoa, em que os testemunhos são transmitidos de usuário para usuário sem a mediação dos historiadores, no qual não são avaliados se as informações contidas nas publicações são válidas ou passaram pelo crivo do método histórico. Infelizmente, a história que circula nas redes sociais, em grande medida, é produzida sem a participação dos historiadores e historiadoras.

Em última análise, plataformas de produção de conhecimento histórico colaborativas, como a *Wikipédia*, fazem parte da vida dos estudantes do ensino básico e superior, pois a mesma, aparece no topo do *Ranking* do *Google*, o que deveria ser suficiente para historiadores darem a atenção necessária a tal ferramenta (ROSENZWEIG, 2006). As mídias sociais possuem papel similar, pois contribuem para a orientação histórica dos estudantes. Em certa medida, isso deveria incentivar os profissionais do campo da história, a participar da produção de conhecimento em plataformas digitais colaborativas.

3 ANÁLISE DE CONTEÚDO E A NETNOGRAFIA EM PESQUISAS NO CAMPO DA HISTÓRIA

A análise de conteúdo é um recurso muito utilizado nas análises de comunicações nas ciências humanas e sociais por oferecer elementos que são úteis tanto para as abordagens quantitativas quanto qualitativas, segundo Mônica Carvalho Alves Cappelle, Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo e Carlos Alberto Gonçalves (2011). As autoras defendem que em um primeiro momento, a análise de conteúdo tem como função, auxiliar, organizar e sistematizar os dados extraídos dos textos. Nas fases analíticas, que vem a seguir, permite ao pesquisador ter uma visão mais ampla do mundo em que o objeto da pesquisa está inserido.

Laurence Bardin (1977) sustenta que a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento aplicável a diversas áreas e conteúdos, e oscila entre dois polos, o primeiro refere-se ao rigor da objetividade e o segundo a fertilidade da subjetividade.

Mais especificamente, a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

Além disso, a análise de conteúdo,

envolve a interação entre o interlocutor e o locutor, o contexto social de sua produção, a influência manipuladora e ideológica e idealizada presentes em mensagens, os impactos que promovem, os efeitos que orientam diferentes comportamentos e ações e as condições históricas, sociais, mutáveis que influenciam crenças, conceitos e representações sociais elaboradas e transmitidas via mensagens, discursos e enunciados (FRANCO, 2005, p. 10-11).

Dependendo da amostra extraída, é possível que a análise de conteúdo demonstre os estereótipos compartilhados por uma sociedade. No caso das comunidades *online*, que escolhemos, é possível verificar quais elementos da cultura política permeiam a consciência histórica dos sujeitos que ali estão inseridos. No entanto, para que seja possível chegar a conclusões aceitáveis, é necessário que as informações coletadas sejam tratadas para que se tornem manejáveis e que seus significados possam ser acessados pelo pesquisador. Ao adentrar a dimensão da análise de conteúdo de mensagens, podemos localizar os impactos sociais que estão diretamente relacionados com a forma de orientação do grupo estudado, como indica

Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (2005). Para a autora, a análise de conteúdo passou a ser utilizada por pesquisadores para se produzir inferências, a partir das perguntas e observações realizadas durante a pesquisa, acerca de dados verbais e/ou simbólicos coletados.

Nesse sentido, Núncia Santoro de Constantino (2002), destaca que a análise de conteúdo pode ser um conjunto de técnicas de pesquisa eficiente para o historiador em abordagens interdisciplinares. Pois, ao compatibilizar as fontes escolhidas com um referencial teórico, o historiador produz inferências que permite descobrir quem é o emissor, quais suas filiações ideológicas, quais suas concepções de mundo, seus interesses de classe e categoria social. Além disso, torna-se possível compreender traços psicológicos, quais motivações e expectativas incutidas no texto. Portanto, “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 1977, p. 38).

Na sistematização produzida por Bardin (1977), a análise de conteúdo é organizada em três polos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos dados coletados. A fase da pré-análise consiste na “[...] escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1977, p. 95). Em relação à pesquisa aqui proposta, esta fase equivale a escolha dos grupos de *Facebook*, postagens e comentários que serão analisados. De modo auxiliar e formular hipóteses, elaborar categorias de análise que possibilite interpretar os dados. Portanto, a pré-análise tem como objetivo final, organizar o material coletado.

A pré-análise, por meio da leitura flutuante, permite familiarização com as fontes que farão parte do recorte da pesquisa. Os textos, postagens e comentários selecionados, serão estudados exaustivamente nas fases seguintes, os documentos escolhidos devem servir de referência para a maioria das postagens, ou seja, por meio do filtro “intervenção militar” buscamos homogeneizar os documentos coletados.

Reforça-se que os resultados brutos obtidos na pré-análise, passam por um tratamento para que se tornem passíveis de significação e validação. Somente assim, podemos propor inferências e iniciar o processo de interpretação das fontes, visando atingir os objetivos estabelecidos. Por meio da codificação, Bardin (1977) afirma que podemos atingir uma representação do conteúdo capaz de esclarecer as

características do texto que podem servir de índices. Pois, a codificação corresponde ao processo de transformação de dados brutos em agregação e/ou enumeração, isto é, os dados brutos são alocados em unidades de registro ou tema. A análise temática se aproxima do que realiza-se no decorrer da pesquisa, no qual, buscar-se-ia descobrir núcleos de sentidos que compõem a comunicação contida nas postagens e mensagens analisadas.

Além disso, o tema é utilizado quando se quer estudar motivações de opiniões, atitudes, valores, crenças, tendências, entre outros. O que demonstra aproximação com os objetivos a serem alcançados por essa pesquisa.

A regra de enumeração proposta por Bardin (1977), permite ao pesquisador identificar presença ou ausência de determinados elementos no texto. Também possibilita que seja identificado a frequência ou regularidade com que certos postulados aparecem, o que é particularmente útil em uma pesquisa quantitativa. O mesmo conjunto de técnicas, permite verificar se os comentários são favoráveis ou não, em relação ao que foi proposto na postagem.

Em parte dessa pesquisa, as análises dos dados ocorreram pela abordagem quantitativa, que se fundamenta em verificar a frequência com que certos elementos aparecem nas postagens e mensagens. Portanto, em algum momento, a análise de conteúdo se apoiará em métodos estatísticos, para que seja possível efetuar a verificação das hipóteses ou na construção de novas hipóteses. A categorização, por sua vez, diz respeito a classificação de um conjunto de elementos por diferenciação e, posteriormente, reagrupamento, segundo a unidade temática a qual pertence. Embora a definição não seja estanque, os critérios de classificação das mensagens e postagens serão atribuídos por meio de categorias pré-estabelecidas, a categorização dos dados coletados garante assim, que sejam identificadas semelhanças e diferenças, e com isso, o reagrupamento dos elementos textuais em unidades temáticas mais adequadas.

Constantino (2002) afirma que a categorização se dá por meio da relação entre as fontes selecionadas e o referencial teórico estabelecido. Por conseguinte, o referencial teórico permite ao historiador, criar um conjunto de categorias que torna possível a alocação das fontes em unidades de análise. Portanto, as categorias devem ser construídas a partir de certos princípios que sejam pertinentes aos objetivos da pesquisa.

A análise de conteúdo na fase inicial da pesquisa, nas análises preliminares, foi eficaz, contudo, a partir do uso do programa de computador, mostrou-se inadequada, isto porque, os comentários eram desprovidos de argumentos. Nesse sentido, destaca-se a importância da utilização do *Gephi, software*, que permite analisar uma base de dados com maior detalhamento. Portanto, como este programa foi determinante para a realização desta pesquisa, busca-se demonstrar seu funcionamento, para que seja possível evidenciar como se deu o processo de criação das categorias e as análises.

O *software* utilizado é capaz de analisar uma grande base de dados, por meio disto, apresentar informações úteis ao pesquisador, o qual possibilita ter uma visão mais ampla e sistêmica do processo trabalhado. Aplicação do *Gephi*, resulta na produção de grafos G , que são uma representação geométrica de dados, e que algebricamente podem ser definidos como um par ordenado (V, E) (NETTO, 1996), do qual, V é um conjunto de elementos textuais finito e, E um conjunto de subconjuntos de dois elementos de V , estabelecidos por meio de uma relação binária. Os elementos de V são qualificados de vértices, pontos ou nós, já os pares ordenados de E são qualificados como arestas, linhas ou arcos do grafo (CLAUDINO; BALTORÉ, 2015).

Destacamos que o *Gephi*, é um programa de código aberto que permite a visualização e exploração de grafos dinâmicos ou hierárquicos e de redes ou sistemas complexos, além do mais, o *software* pode ser executado em sistemas operacionais como *Windows, Linux* ou *Mac*. O programa pode ser executado em computadores diversos, pois, sua arquitetura é leve e flexível, o que possibilita gerar resultados visualmente interessantes e carregados de informações relevantes para o pesquisador (a), por meio do uso de uma base de dados complexa (CLAUDINO; BALTOPRÉ, 2015).

Diante da aplicação do programa, se torna viável identificar padrões de comportamento contidos na fonte. Os padrões são obtidos por meio da aplicação de filtros dinâmicos e ferramentas que permitem ao usuário manipular de forma significativa, os dados. O *Gephi* pode trabalhar como uma grande base de dados, a suportar redes de até 50.000 nós e 1.000.000 de arestas (BASTIAN; HEYMANN; JACOMY, 2009; CLAUDINO; BALTORÉ, 2015). Além disso, o *software* oferece suporte para análise estatística e métrica que contribuem para a análise dos dados contidos nas fontes, por meio dessas operações, o *Gephi* é capaz de produzir grafos, os quais ajudam o pesquisador a encontrar correlações, proximidades, diâmetro e

coeficientes de agrupamentos contidos na rede analisada (CLAUDINO; BALTORÉ, 2015).

Por meio da aplicação do *Gephi*, é possível criar uma cartografia completa dos dados estudados, a qual, pode-se configurar cores, rótulos, tamanhos e estampas, o que facilita uma interpretação mais clara das informações contidas nas fontes. Portanto, o *Gephi* demonstrou ser uma excelente ferramenta que por meio dos recursos gráficos, contribuiu de maneira significativa no processo de construção de elementos inteligíveis contidos em uma base de dados. Seus grafos, permitem ao pesquisador uma análise mais profunda do conteúdo trabalhado.

Destaca-se que o passo a passo de uso do *Gephi*, bem como, outros programas aplicados ao longo da extração e tratamento dos dados, serão apresentados mais adiante. Opta-se aqui, por esta estrutura com objetivo de tornar o texto mais dinâmico.

3.1 NETNOGRAFIA COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO PARA PESQUISA HISTÓRICA

Com o advento da *web 2.0*, a *internet* se democratizou, e com ela, novas formas de comunicação se desenvolveram. O uso das redes sociais é comum no cotidiano de boa parte da sociedade brasileira, a partir disto, tornaram-se depósito de informações que podem ser utilizadas como fonte para pesquisas no campo do ciberespaço.

A expansão do ciberespaço como objeto de pesquisa, impulsionou o surgimento de novas metodologias para abarcar tais demandas. Entre elas, ganhou notoriedade a netnografia que segundo Robert V. Kozinets (2014, p. 61 - 62), um dos principais precursores estudiosos sobre o tema, a afirmar que o recurso é baseado na observação de campos *online*, e “ela usa a comunicação mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e a representação etnográfica de um fenômeno cultural”. Nessa perspectiva de pesquisa, o pesquisador reconhece “a importância das comunicações mediadas por computador na vida dos membros da cultura” (KOZINETS, 2014, p. 62).

Sandra Portella Montardo e Liliana Maria Passerino (2006) acrescentam que, essa metodologia de pesquisa, tem suas origens na etnografia e que se encontra intimamente ligada com o conceito de cultura. Nesse sentido, Márcio Novelli (2010), indica que a netnografia “é considerada uma adaptação da etnografia a estudos de

comunidades *online*” (p. 115). Em última análise, a “netnografia é uma das possíveis respostas qualitativas para pesquisas mediadas por computador” (AMARAL; NATAL E VIANA, 2008).

De acordo com Kozinets (2014, p. 63), o método segue seis passos da etnografia: 1) planejamento do estudo; 2) entrada; 3) coleta de dados; 4) interpretação; 5) garantia de padrões éticos; e, 6) representação da pesquisa. Novelli (2011) indica que esses passos consistem em: (A) *Entrée* se refere a formulação de perguntas de pesquisa, a identificar os grupos online de interesse do pesquisador; (B) a coleta de dados, envolve copiar as informações diretamente dos grupos escolhidos; (C) análise e interpretação, por sua vez, dizem respeito à “classificação, análise de codificação e contextualização dos atos comunicativos”; (D) ética de pesquisa, que consiste em apresentar para a comunidade, os dados, a garantir confiabilidade e anonimato dos indivíduos pesquisados, além de cuidado com a informação pública ou privada, ter o consentimento; e, (E) é onde o pesquisador valida o relatório de pesquisa junto aos indivíduos pesquisados. Outro aspecto relevante que vale destacar é que “a netnografia também pode e deve ser incorporada juntamente a outros aparatos teórico-metodológicos como análises quantitativas e estatísticas” (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011, p. 6).

Por se tratar de uma metodologia flexível, os estudos netnográficos vêm sendo empregados nas mais diversas áreas do conhecimento, por meio do uso de plataformas de busca como *Google Acadêmico*, *Scielo* e *Sucupira*. Alguns trabalhos foram encontrados nestas plataformas e que versam sobre o tema ou origem das fontes, o ciberespaço. Em 2012, Daniel Martins Abelha *et al*, realizaram a pesquisa, “*A Netnografia e a Análise de Comunidades Virtuais: um Estudo de Caso Aplicado Aos Discentes da Ufrj*”. A pesquisa busca identificar os comportamentos usuais dos graduandos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nas redes sociais. Participaram da pesquisa, 1.104 estudantes, e ao analisar os dados, foram constatados que 50% das pessoas que responderam ao questionário, são do sexo feminino e 37,4% do sexo masculino, a diferença se deve ao fato de algumas pessoas não responderem qual sexo pertencem. Além disso, a pesquisa permitiu compreender que cerca de 85% dos usuários encontram-se na faixa etária entre 21 e 25 anos.

Para a realização da pesquisa, foi utilizado um questionário contendo 25 perguntas fechadas e abertas, respondidas pelos estudantes universitários com acesso à *internet*. Para a análise dos dados coletados, foi utilizado. “o *software*

“*Statistical Package to Social Sciences for Windows*” (SPSS). Outro programa utilizado foi o “[...] *datamining*, buscando a descoberta de conformidades, modelos ou tendências de extenso volume de dados lançados em banco de dados visando identificar grupos e similaridades relevantes para o processo decisório” (ABELHA *et al.*, 2012, s/p)

Os resultados indicam que a rede social mais utilizada pelos estudantes da UFRJ, foi o *Facebook*, bem como, demonstra que a maior parte do público que participou da pesquisa, entra todos os dias na rede. Identificou-se também que a maior parte dos graduandos, acessam as redes sociais por motivos afetivos, jogos ou notícias. A maioria dos participantes afirmaram que as redes sociais influenciam efetivamente seus comportamentos.

“*A Tessitura do Conhecimento numa Rede Social da Internet: um estudo netnográfico na interface Facebook*” produzido por Dilton Ribeiro do Couto Junior e Rosemary dos Santos (2011), tinha como objetivo, “investigar os usos que os jovens fazem do *software* social *Facebook* e como estes vêm se relacionando com os saberes que são tecidos nesta interface”. Os dados foram coletados por meio do uso da ferramenta “*Print Screen*”, e posteriormente, foram “traduzidas e interpretadas à luz do referencial teórico-metodológico adotado”. As análises das conversas *online* no artigo, optaram pelo uso de siglas para se referir aos sujeitos, preservando assim suas identidades.

Neste estudo, constatou que os usuários investigados “são capazes de compartilhar e de modificar antigas informações, de forma a produzir coletivamente, novas informações, a partir de interfaces que permitem a conversa mediada pelo computador, propiciando a produção coletiva e interativa dos saberes na *Internet*” (JUNIOR; SANTOS, 2011, p. 10). Além disso, foi possível perceber por meio da pesquisa, que a *Internet* como plataforma e rede híbrida, é um espaço onde os sujeitos se “relacionam, discutem e refletem sobre os mais variados assuntos que, a todo instante, se renovam” (JUNIOR; SANTOS, 2011, p. 13). Os autores indicam a necessidade de entender “qual o papel da educação em meio às novas práticas contemporâneas que hoje também ocorrem no ciberespaço e que altera a relação dos jovens com o conhecimento e a informação” (JUNIOR; SANTOS, 2011, p. 15).

Marcella Moras Ronconi e Andrey Albuquerque Mendonça (2015), realizaram uma pesquisa sobre a fluidez das relações humanas no *Facebook*, usando como marco temporal o período eleitoral de 2014. No estudo intitulado “*Relações fluidas no*

Facebook: uma análise netnográfica a partir do período eleitoral de 2014". Os autores constataram que "fazer parte de uma rede social pode proporcionar ao indivíduo a sensação de acesso ao mundo e de pertencimento ao grupo" (RONCONI; MENDONÇA, 2015, p. 2). Além disso, as redes sociais estabeleceram novas formas de contatos e formas de vínculos. O contexto histórico de polarização que envolveu o embate eleitoral para presidente no Brasil, não se limitou às relações físicas, de acordo com os autores, o *Facebook* como espaço de discussão política deixou transparecer o lado mais sombrio da sociedade brasileira.

O ano de 2021, iniciou impondo um momento desafiador para a sociedade humana com o avanço da pandemia causada pela Covid-19, fomos bombardeados por informações relacionadas aos Novo Coronavírus. É nesse cenário, que as autoras Andrea Heloisa Goulart e Ivette Kafure Muñoz (2020) estudaram informações sobre a pandemia da Covid-19, que circulam na *internet* e que geram muitas dúvidas na população, contribuindo para alimentar um cenário de desinformação e pós-verdade. O artigo tem como título, "*Desinformação e pós-verdade no contexto da pandemia da Covid-19: um estudo das práticas informacionais no Facebook*", nele foram analisados três grupos de *Facebook*, tendo como "objetivo investigar as práticas informacionais dos usuários em relação às notícias que circulam nas mídias sociais, no contexto da pandemia da Covid-19", os marcos escolhidos pelas autoras, correspondem a 10 de abril, marco inicial da coleta de dados, e, 7 de julho, momento em que é registrado o afrouxamento das medidas de isolamento em grande parte do país. Foram selecionados três grupos do *Facebook*: (A) criado especificamente para discutir acerca do novo coronavírus; (B), reúne apoiadores do presidente; e, (C) abarca opositores do Governo Federal. As autoras constataram que o componente emocional nas posturas dos usuários exerce forte influência nos debates, além disso, os componentes ideológicos se fazem presente, especialmente nos grupos B e C.

As autoras concluem que "o valor que cada indivíduo atribui a determinada informação guarda relação direta com seu posicionamento ideológico e sua visão de mundo" (GOULART; MUÑOZ, 2020, p. 12). Soma-se a isso, o fato de que "a profusão de informações conflitantes a respeito da pandemia da Covid-19 favorece o fenômeno da pós-verdade, levando os indivíduos a acreditarem naquilo que lhes soa mais conveniente e a tomarem decisões com base em crenças e emoções" (GOULART; MUÑOZ, 2020, p. 13).

As pesquisas sobre o ensino de história também se fazem presentes na esfera do ciberespaço. Márcia Elisa Teté Ramos, no ano de 2012 realizou um estudo em comunidades do *Orkut*¹⁵, o qual recebeu o título de “*O estudante de Ensino Médio nas comunidades virtuais “eu amo história” e “eu odeio história” e uma questão antiga: para quê serve a história?*”. A pesquisa teve como objetivo “problematizar o que os alunos de Ensino Médio (14 a19 anos) pensam sobre a história e o ensino de história em um espaço virtual”. Na concepção da autora, as comunidades “condizem com uma forma histórica específica de evidenciar a consciência histórica e/ou a cultura histórica de nossa época”, nessa perspectiva os internautas não são seres que apenas consomem informações, pois participam da produção de conhecimento, por meio de troca de informações, comentários, etc. A metodologia utilizada na pesquisa se fundamenta pela “[...] busca de regularidades enunciativas, do potencial do não-dito e/ou do não-aparente e de estruturas traduzíveis em modelos nos “discursos” diversificados” (RAMOS, 2012, p. 669).

O estudo indica que fazer parte de uma comunidade no *Orkut*“, significa deixar pública, as ideias com as quais o web ator se identifica, fazendo com que este, pense a si mesmo, sobre quem é, sobre aquilo que “ama” ou “odeia”, sobre o que faz ou não, sobre como se comportar em determinadas situações, sobre o que quer”. A autora concluiu que,

[...] as noções dos alunos sobre história observáveis nos fóruns das comunidades “eu amo história” e “eu odeio história” podem ser aproveitadas pela escola nesta construção da literacia histórica (uma forma especificamente histórica de “ler” o mundo), não necessariamente com o uso da internet, mas sim no que diz respeito às novas formas cognitivas produzidas na cibercultura (RAMOS, 2012, p. 686).

No decorrer dos estudos sobre os ambientes virtuais, algumas questões surgiram. Beatriz Polivanov (2013) nos chama atenção para os “graus de participação do pesquisador”. As pesquisadoras Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral (2011) afirmam que é possível o pesquisador optar entre duas perspectivas de observação, *lurker* e *insider*. A primeira, o pesquisador não se identifica, e tampouco, participa de modo efetivo dos grupos que está pesquisando. A segunda, por sua vez, o pesquisador é parte atuante do grupo estudado. Para a realização desta pesquisa,

¹⁵ Orkut foi uma rede social criada em 24 de janeiro de 2004 e desativada em 30 de setembro de 2014, tendo grande aceitação do público brasileiro. Em 2008, brasileiros representavam 50% de todos os usuários cadastrados na rede social. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/15-anos-do-orkut-a-rede-social-que-ensinou-a-uma-geracao-o-que-e-a-internet-131441/>. Acesso em: 11/10/2021.

fora decidido pelo modo *lurker* de observação, opção esta que pareceu mais adequada, por minimizar a interferência nas ações dos membros dos grupos. Com isto, não nos identificamos aos grupos, bem como, não propomos a validação do relatório pelos membros dos grupos.

Kozinets (2014) acrescenta que há diferenças entre pesquisas “de comunidades *online*” e pesquisas “*online* em comunidades”. A primeira refere-se a estudos de “[...] fenômenos diretamente relacionados às comunidades eletrônicas e a cultura *online* em si, uma determinada manifestação delas, ou um de seus elementos” (p.65), isto é, que são próprios do ciberespaço e não reverberam fora daquela realidade. Já as pesquisas “*online* em comunidades” são estudos que examinam fenômenos sociais, cuja existência social ultrapassa os limites da *internet* e das interações *online*, mesmo que essas interações possam desempenhar um papel importante na estruturação do grupo. De acordo com as definições apresentadas, entende-se que o trabalho que fora realizado pode ser entendido como uma pesquisa “*online* em comunidades”.

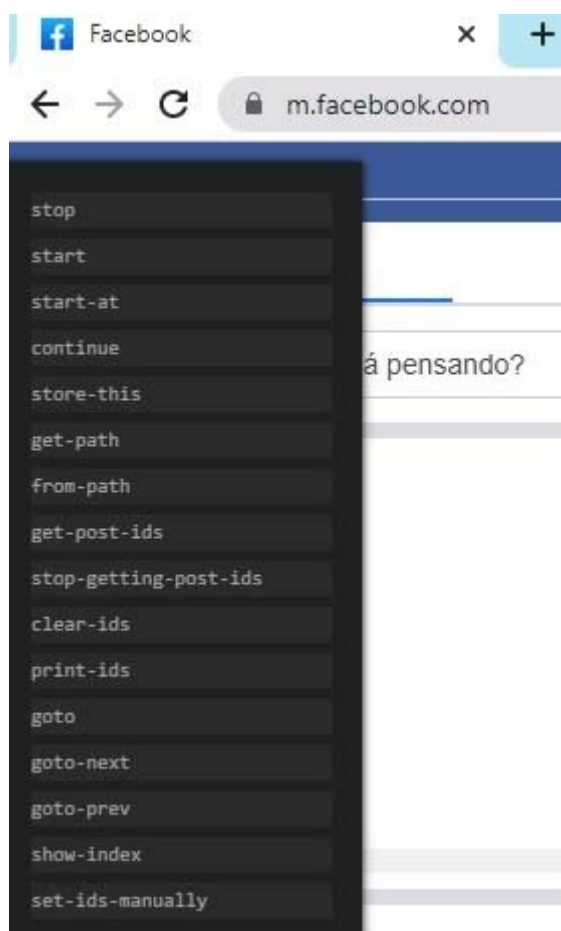
Análise de conteúdo e netnografia convergem no sentido de que, ambas são metodologias que oferecem um conjunto de técnicas que permitem trabalhar com dados extraídos do ciberespaço. Algumas aproximações possíveis dizem respeito à coleta, tratamento, classificação, análise, codificação e contextualização das fontes extraídas. Outro aspecto relevante que aproxima essas metodologias é que ambas podem ser incorporadas juntamente a outros aparatos teórico-metodológicos como análises quantitativas e estatísticas. Porém, a netnografia oferece ao pesquisador, fundamentos para identificar grupos *online* que lhe interessem, ademais, apresenta comportamento ético e o processo de validação da pesquisa.

Com esta metodologia, o pesquisador encontra respaldo para fazer observações anônimas (*lurker*), isto é, não precisa se identificar para os membros que compõe as comunidades estudadas. Aqui, o método *lurker* foi adotado, por acreditar que manter o anonimato, é fundamental para não alterar o comportamento dos membros dos grupos estudados. A netnografia nos permite diferenciar pesquisas “de comunidades *online*” e pesquisas “*online* em comunidades”. Por essas distinções, entende-se que o trabalho realizado pode ser entendido como uma pesquisa “*online* em comunidades”, pois os comportamentos manifestados nos grupos, ultrapassam os limites do mundo virtual ao ser reflexo no mundo fora da *internet*.

3.2 IDENTIDADES, PASSADOS E SENTIDOS QUE AS REDES PESCAM

Para extração dos dados contidos nos grupos, utilizou-se o filtro de busca oferecido pelo próprio *Facebook*. Aplicou-se a palavra-chave “Intervenção Militar”, nos anos de 2018 e 2019, sendo a linguagem *JavaScript* utilizada na ferramenta desenvolvida para o *browser Google Chrome*. Extensões do *Google Chrome* possuem um armazenamento interno e podem carregar códigos fontes (*scripts*) para serem executados em determinadas páginas após seu carregamento. *Websites* como o *Facebook*, são compostos por elementos de Linguagem de Marcação de Hipertexto (HTML). O *script* utilizado na extensão pode acessar estes elementos HTML, que contém todas as informações dispostas na página. O *script* cria novos elementos HTML e os injeta na página, formando um conjunto de botões que podem ser utilizados como painel de controle ao executar a ferramenta, como pode ser observado na ilustração abaixo.

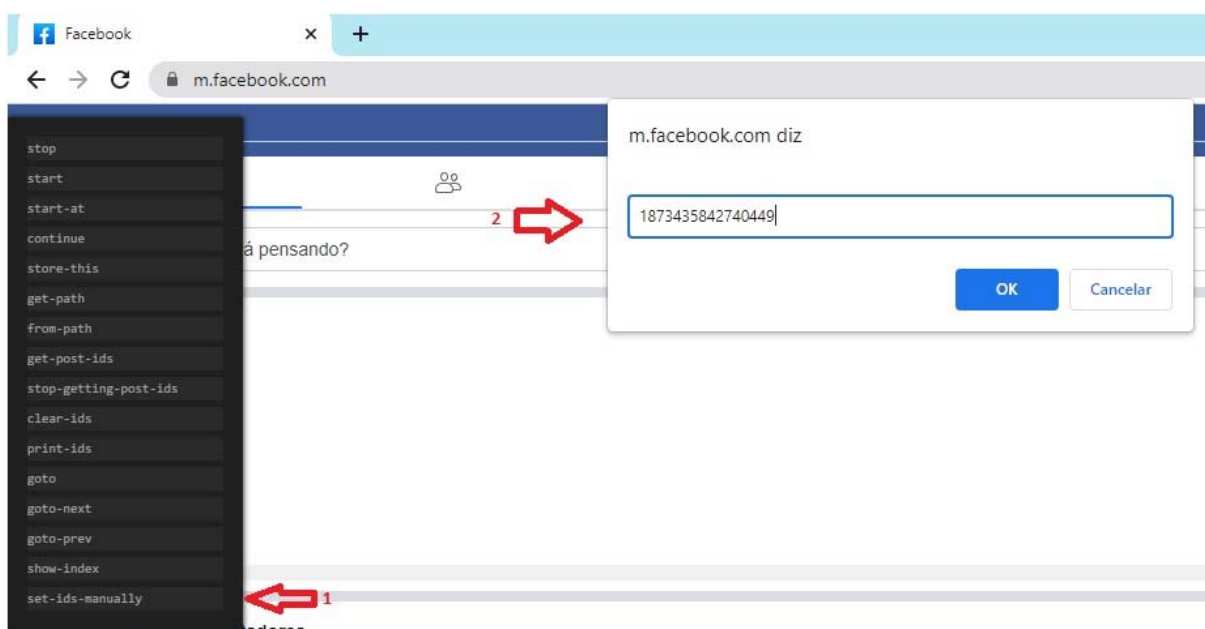
Figura 1 - Interface da extensão do *boot* de extração de dados do *Facebook* para o navegador *google chrome*.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Com a extensão em uso, realizou-se uma busca nos grupos e períodos definidos. Pressionando o botão “coletar *ID*’s”, exibido no painel de controle da ferramenta, a extensão inicia a coleta dos *links* de cada publicação que foi exibida no resultado da busca. Cada publicação que possui seu *link* coletado, tem seus elementos HTML removidos do *website*, para que mais resultados da busca sejam carregados. Os *links* coletados são alocados no armazenamento externo da extensão. Na imagem abaixo, é possível verificar como é inserido o *id* que permitirá a extração dos dados.

Figura 2 - Carregamento de *ID*’s na extensão do *Google chrome*.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Após o término da busca, é possível pressionar o botão “Iniciar coleta” no painel de controle. Cada *link* armazenado no processo anterior é aberto na página atual. Ao dar o comando de *scan*, são feitas consecutivas buscas de botões ou *links* que expandem os comentários que estão parcialmente ocultos, e ao clicar nestes elementos, é possível expandi-los.

Figura 3 - Escaneamento dos *links* para extração dos dados contidos nos *ID*’s.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Com todo o conteúdo da publicação exposto, novamente a extensão reconhece os elementos HTML que compõem os textos, *links* e imagens da publicação, assim como os comentários da mesma. Estes conteúdos são então enviados ao armazenamento externo da extensão, compondo a base de dados.

Quadro 1 - Termos e significados.

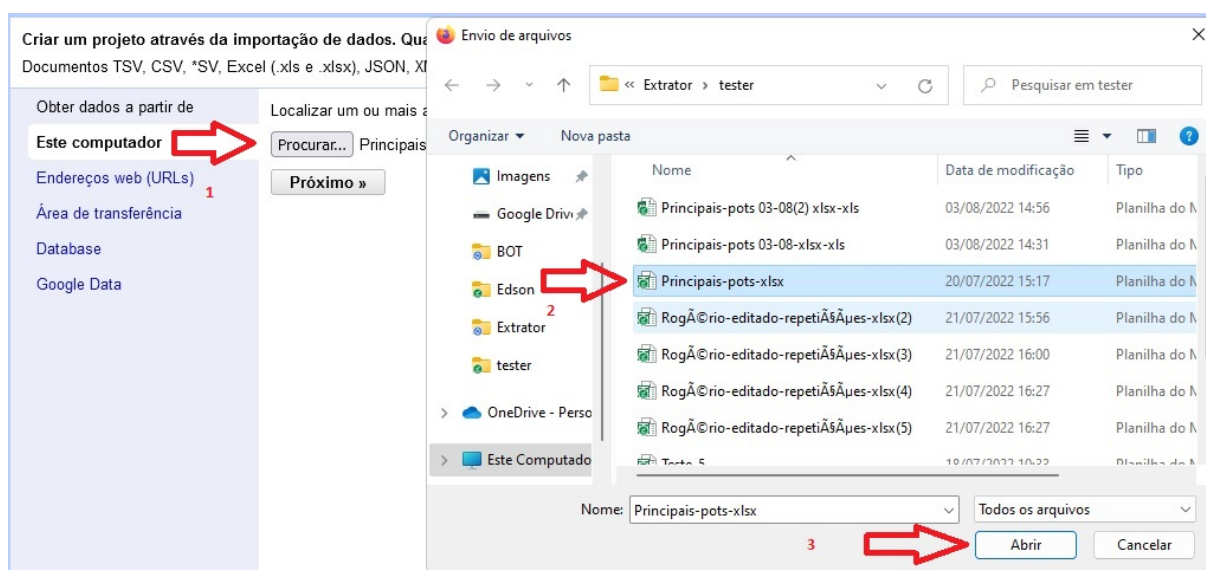
Termos	Significados
<i>Browser</i>	Navegador que permite realizar buscas na <i>internet</i> .
<i>GoogleChrome</i>	Navegador de <i>internet</i> desenvolvido pela <i>google</i>
<i>JavaScript</i>	Linguagem de programação de uso geral criada por Brendan Eich em 1995.
<i>Scripts</i>	São ferramentas utilizadas para controle de um determinado programa ou aplicativo contendo instruções e códigos para executar funções no interior de um programa de computador.
<i>Websites</i>	Termo utilizado para se referir a uma página ou a um agrupamento de páginas que estão acessíveis na <i>internet</i> por meio de um determinado endereço.
HTML	Abreviação do termo Linguagem de Marcação de Hipertexto utilizada para a construção de páginas na <i>Web</i> .
<i>ID's</i>	São identidades que os usuários criam nos diversos dispositivos e aparelhos disponíveis no mercado conectados a <i>internet</i> .
<i>Link</i>	Significa hiperligação, uma palavra ou texto que quando clicado direciona o usuário para uma página na <i>internet</i> que pode conter outras páginas ou imagens.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Após aplicação do filtro de busca “Intervenção Militar”, com o recorte temporal de 2018 e 2019, executa-se então, o *boot*. Após a varredura completa, fora encontrado 309 postagens, sendo 178 pertencentes ao grupo “Mito 22”, e, “131”, referente a comunidade *ALIANÇA PELO BRASIL [apoio]*. Ao ser direcionados a essas postagens, foram encontrados 2.689 comentários, e após a conclusão do processo de coleta de dados, fora gerado um arquivo em formato *xlsx*, a conter todas as informações encontradas ao longo do processo de extração.

Com a base de dados completa, deu-se início ao processo de tratamento das fontes, com o intuito de tornar as informações contidas no material, passível de análise. No primeiro momento, foi utilizado o programa *OpenRefine*, que auxiliou no trabalho de limpeza do texto, cujo objetivo, explicar o processo de tratamento dos dados. Quanto a esta etapa, a ilustração a seguir permite observações sobre o passo a passo da tarefa.

Figura 4 - Interface inicial do programa *OpenRefine*.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Após abrir o programa, é gerado uma página no navegador de *internet*, com uma interface semelhante à reproduzida acima. Em seguida, é possível selecionar o arquivo com o qual, será trabalhado, como é possível observar nos passos um, dois e três da imagem. O passo seguinte, é abrir o arquivo.

Figura 5 - Carregar dados no OpenRefine.

« Reiniciar Configurar opções de análise Nome do projeto Principais pots.xlsx.xls Tags Criar projeto »

Autor	Texto
1. Edivan Ferreira dos Santos	eu apoiava militava e votava no pt agora apoio milito e voto em bolssonaro mourão moro janaina veja as razões e os porquês no texto abaixo eu não quero viver em outro país eu quero viver em outro país governado por bolssonaro e mourão e se necessário pela intervenção militar constitucional os quatro enganadores do povo aos fatos no poder lula dilma dirceu e palocci representavam a encarnação do pt e juntos com o pcdob e o psb encarnavam a esquerda ética e absolutamente intolerante com a corrupção infelizmente a história demonstrou que era só discurso o que dizia o ex presidente lula em um de janeiro de doiszerozertros e o combate à corrupção e a defesa ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu governo há mais de meio século a bandeira do combate à corrupção era levantada pelos partidos conservadores no brasil mas antes mesmo de encerrado o ciclo do regime militar a defesa da ética e da lisura com a coisa pública foi tomada por um partido novo chamava se partido dos trabalhadores na cena brasileira era a primeira vez que uma legenda de esquerda considerava a corrupção uma questão central e não apenas uma preocupação menor quase pequeno burguesa que nada tinha a ver com projetos de caráter revolucionário reformista ou transformador e assim o pt chegou lá ao conquistar a presidência da república lula era o portador de grandes esperanças inclusive a de que fizesse um governo intransigente com o desvio de verbas públicas o combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu governo é preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública disse o metalúrgico em seu discurso de posse no congresso em janeiro de doiszerozertros ser honesto é mais do que apenas não roubar é também aplicar com eficiência e transparência sem desperdícios os recursos públicos focados em resultados sociais concretos acrescentou agora ele e seus companheiros do pt estão atrás das grades ou respondem a processos judiciais justamente por roubar e deixar roubar a sentença do juiz sergio moro condenando lula é outra peça nesse processo da desconstrução da imagem merecida do partido o que dizia o ex ministro antonio palocci em zeroito de junho de doiszerozertros trabalhar dentro da mais estrita legalidade respeitando rigorosamente os padrões éticos que se impõem aos homens públicos as promessas dos quatro de ética extrema estiveram nos discursos de todos da cúpula do pt nos tres níveis de governo José dirceu ex ministro que sonhava em suceder a lula na presidência e encontra se em prisão domiciliar dizia ter aprendido com seu pai que os valores éticos e morais eram a coisa mais importante da vida antonio palocci outro que tinha o mesmo sonho de virar presidente está preventivamente atrás das grades assumiu postos de alta relevância fazenda e casa civil prometendo a mais estrita legalidade quando os dois se tornaram carta fora do baralho presidencial lula

Interpretar dados como

Excel files

JSON files

Line-based text files

CSV / TSV / separator-based files

Fixed-width field text files

PC-Axis text files

MARC files

JSON-LD files

RDF/N3 files

Planilhas para importar

Marcar todos Desmarcar todos

Principais-pots.xlsx.xls#Principais pots.xlsx 22 rows

Ignorar primeira(s) 0 linhas(s) no começo do arquivo

Analisar próximo 1 linha(s) como nomes das colunas

Descartar primeira(s) 0 linhas(s) de dados

Carregar ao menos 0 linhas(s) de dados

Carregar linhas em branco

Carregar células em branco como nulas

Armazenar a origem do arquivo

Armazene o arquivo morto

Atualizar Pré-visualização

Disable auto preview

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A página acima apresenta um fragmento do material selecionado. Vale ressaltar que o programa reconhece diversos formatos de arquivo como é possível verificar na parte inferior, a esquerda da imagem.

Figura 6 - Comandos utilizados para remover espaços em branco e consecutivos dos textos.

21 linhas

Exibir como: linhas 1

Mostrar: 5 10 25 50 100 500 1000 linhas

« primeiro < anterior 1 próximo > último »

Extensões Wikidata

Todos	Autor	Texto
1.	Edivan Ferreira dos Santos	Faceta
2.		Editar células
3.		Editar célula
4.		Transformar...
5.		Transformações comuns
		Remover espaços em branco ao redor do texto
		Contrair espaços em brancos consecutivos
		Não escapar entidades HTML
		Substituir aspas inteligentes por ascci
		Maiúsculas nas primeiras letras
		Para maiúsculo
		Para minúsculo
		Para números
		Para data
		Para texto
		Definir células para nulo
		Para limpar o texto

Faceta

Filtro de texto

Editar células

Editar célula

Transformar...

Transformações comuns

Remover espaços em branco ao redor do texto

Contrair espaços em brancos consecutivos

Não escapar entidades HTML

Substituir aspas inteligentes por ascci

Maiúsculas nas primeiras letras

Para maiúsculo

Para minúsculo

Para números

Para data

Para texto

Definir células para nulo

Para limpar o texto

Dividir células com múltiplos valores...

Unir células com múltiplos valores...

Agrupar e editar...

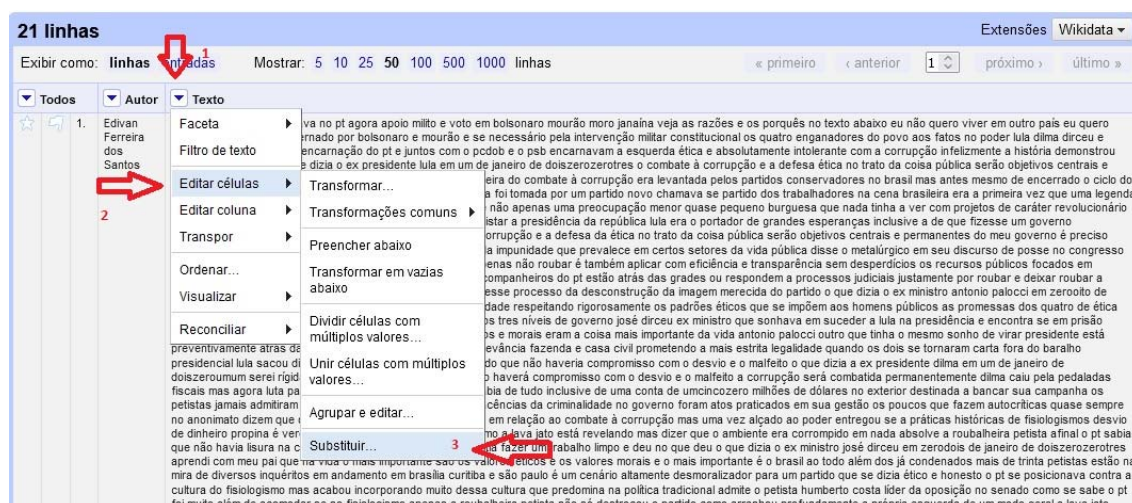
Substituir...

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na tela seguinte, dá-se início ao processo de tratamento das fontes propriamente dito, seguindo as setas indicativas, é possível abrir a caixa de texto, para edição de células, remoção de espaços em branco ao redor do texto e contração

espaços em branco consecutivos. Com isso, elimina-se os caracteres que não possuem utilidade para a análise.

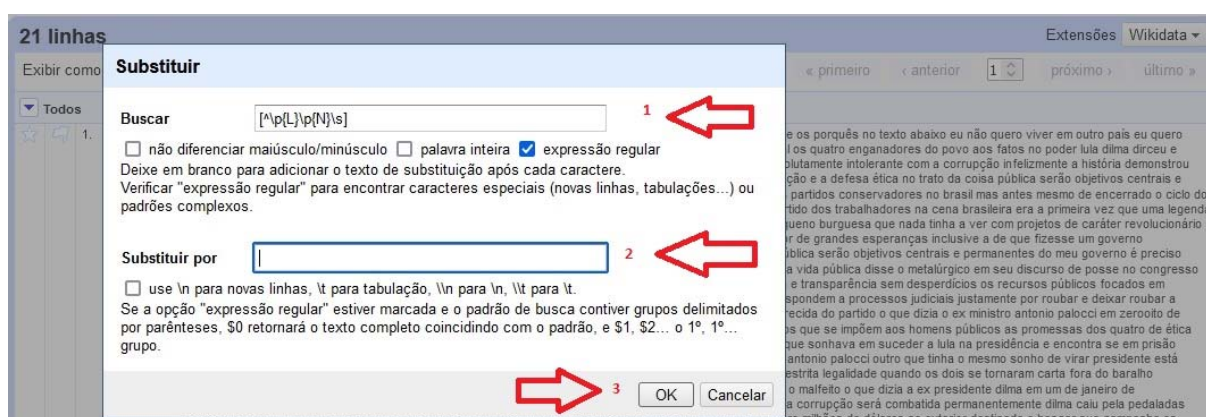
figura 7 - Comandos para exclusão de pontos e vírgulas do material



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na sequência, exclui-se itens indesejados do texto, a substitui-los por elementos não textuais, pontos, vírgulas e afins, que não acrescentam sentido ao proposto na pesquisa. Para isso, abre-se a caixa de texto, como no exemplo abaixo, e seleciona-se editar coluna, substituir.

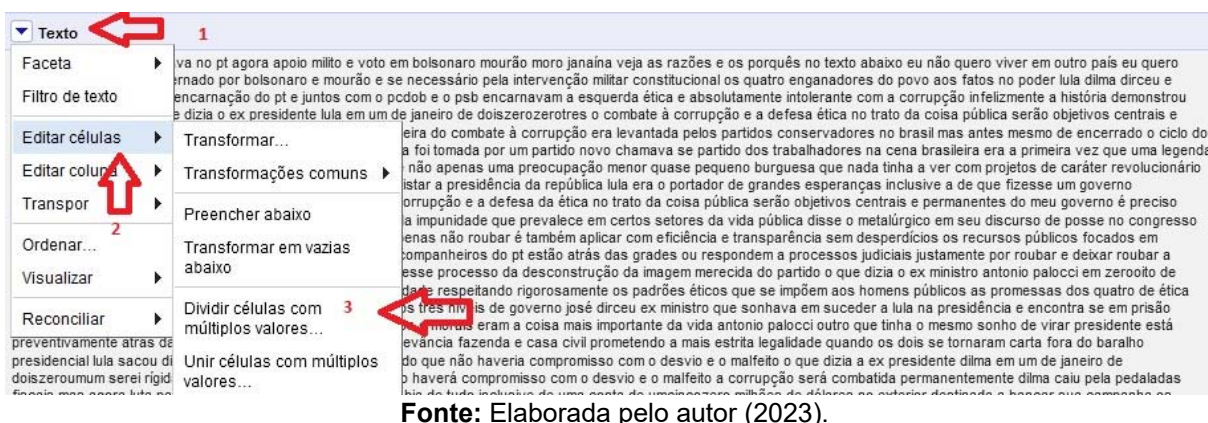
Figura 8 - Comando e códigos utilizados para excluir itens não textuais da base de dados.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Na função busca, é possível colocar o comando “[^p{L}p{N}]s”, quer dizer, tudo que não for \p{L} - letras, \p{N} – dígitos, e \s” - espaço em branco, serão excluídos da base de dados, logo, torna-se importante selecionar a opção “expressão regular”. Com isto, é possível deletar outros elementos indesejados da análise.

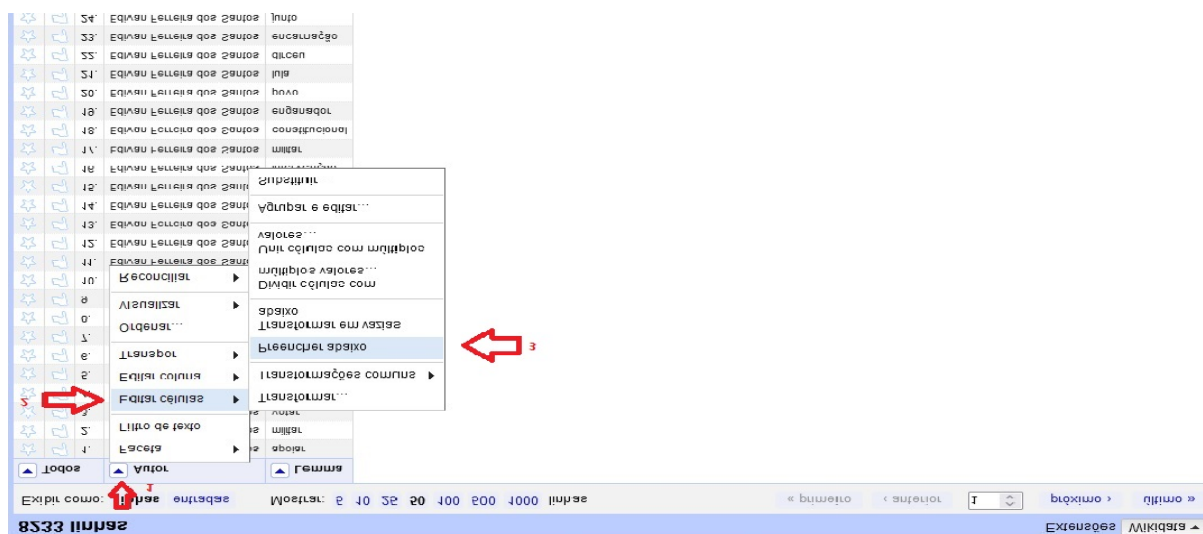
Figura 9 - Particionar o texto em uma palavra por linha.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

No comando, dividir células com múltiplos valores, ocorrerá a distribuição do texto em uma palavra por linha, assim, torna-se possível iniciar o processo de conexão entre o autor e o lema, isto é, a palavra passa a ser representada pelo singular masculino no caso de substantivos e adjetivos, já os verbos são apresentados no infinitivo. O processo de lematização, suprime os tempos verbais e os plurais, a permitir que o pesquisador agrupe as palavras que contém o mesmo significado no corpo de um texto. Para isso, primeiro se faz necessário executar o comando preencher para baixo, que assim, irá acrescentar os nomes dos autores em todas as linhas criadas, a partir da divisão das células. Isso permitirá criar uma relação entre o lema das palavras e o que o autor escreveu. Para preencher os campos vazios, basta clicar na aba “autor”, “editar células” e “preencher para baixo”, como exemplificado na imagem abaixo.

Figura 10 - Preencher coluna autor.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Ao fundo da imagem, é possível verificar como estão as células distribuídas em linhas, assim como, o preenchimento de todas as linhas com o nome do autor(a) responsável pela postagem. Na próxima ilustração, é exemplificado como ocorre o trabalho de criação de uma coluna como referência para procedimentos posteriores.

Figura 11 - Adicionar coluna e excluir itens indesejados.

The screenshot shows the Wikidata interface with a table of 22479 lines. The 'Autor' column is selected, and a context menu is open. The option 'Adicionar coluna baseada nesta coluna...' is highlighted. The dialog 'Adicionar coluna baseada nesta coluna Lemma' is open, showing the name 'Stopwords' and the expression 'cell.cross(\"stopwords\", \"Target\")[0].cells[\"Type\"].value'. A preview table shows the results of the expression.

row	value	cell.cross(\"stopwords\", \"Targ
1.	apoiar	Erro: 2 projects found with nam
2.	militar	Erro: 2 projects found with nam
3.	votar	Erro: 2 projects found with nam
4.	militar	Erro: 2 projects found with nam
5.	voto	Erro: 2 projects found with nam
6.	mourão	Erro: 2 projects found with nam

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Uma mudança de comando foi empregada, quando no passo 3, fora clicado em adicionar coluna, baseada nessa coluna. A primeira coluna a ser adicionada, foi a *stopwords*, para isso, fora utilizado outro projeto contendo os dados que serão utilizados nesta etapa. Por meio do comando `cell.cross(\"projeto\", \"ligação\")[0].cells[\"valor\"].value`, como mencionado no item 4 da imagem, indica-se qual projeto será utilizado como base, qual coluna estabelecerá a ligação e qual coluna será recuperada. O comando tem a função de eliminar caracteres que não possuem sentido para a análise, portanto, após o processo, a coluna gerada pelo comando deve ser deletada.

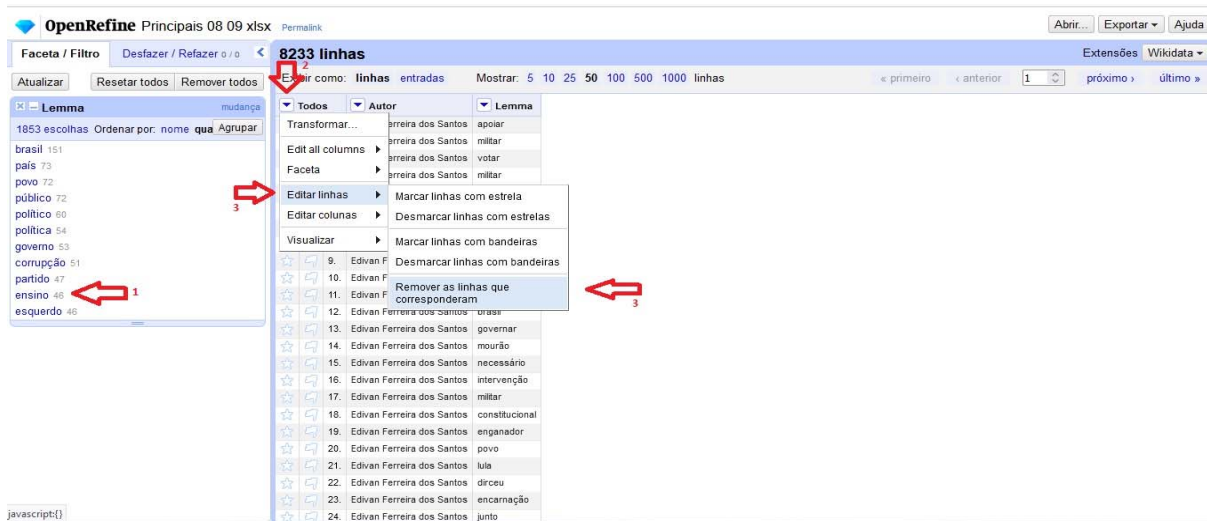
Figura 12 – Criar faceta de texto.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Seguindo com o tratamento das fontes, a partir da faceta de texto, filtra-se assim, o que será excluído. Aqui o sistema gera uma nova página com informações que não possuem significado, portanto, é possível excluir tais dados, sem comprometer as informações das fontes.

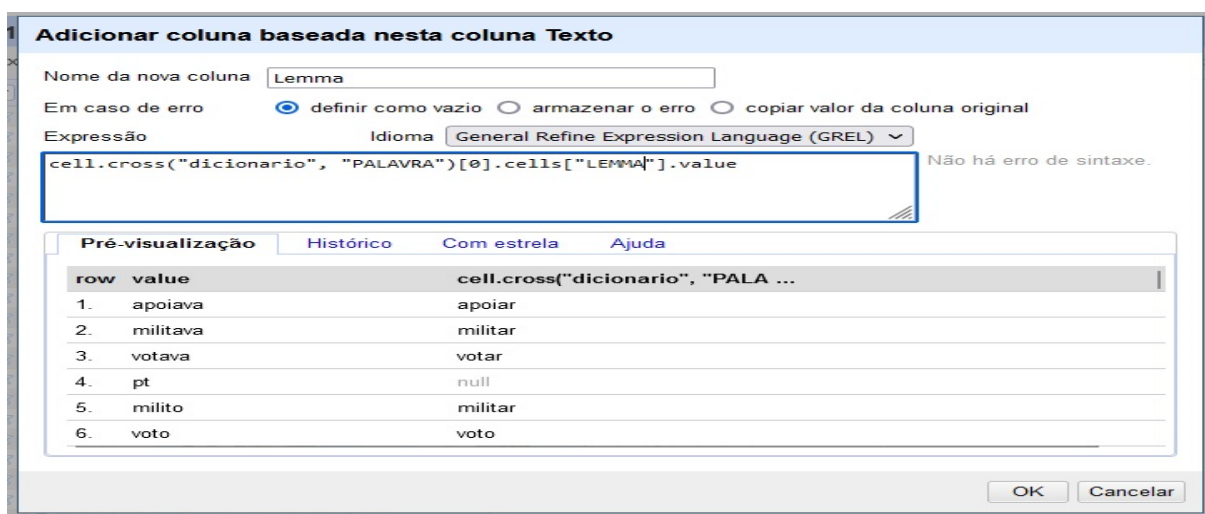
Figura 13 - Excluir as linhas com palavras que não agregam sentido ao texto.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A imagem demonstra como é visualizado a interface, após executar o comando “Faceta de texto”, nesta etapa, exclui-se as linhas que não serão usadas, e para isso, seleciona-se no canto esquerdo, o item desnecessário, após, segue-se os passos da imagem até remover as linhas. Com isso, os objetos daquelas linhas, deixam de fazer parte do corpo do texto que será analisado.

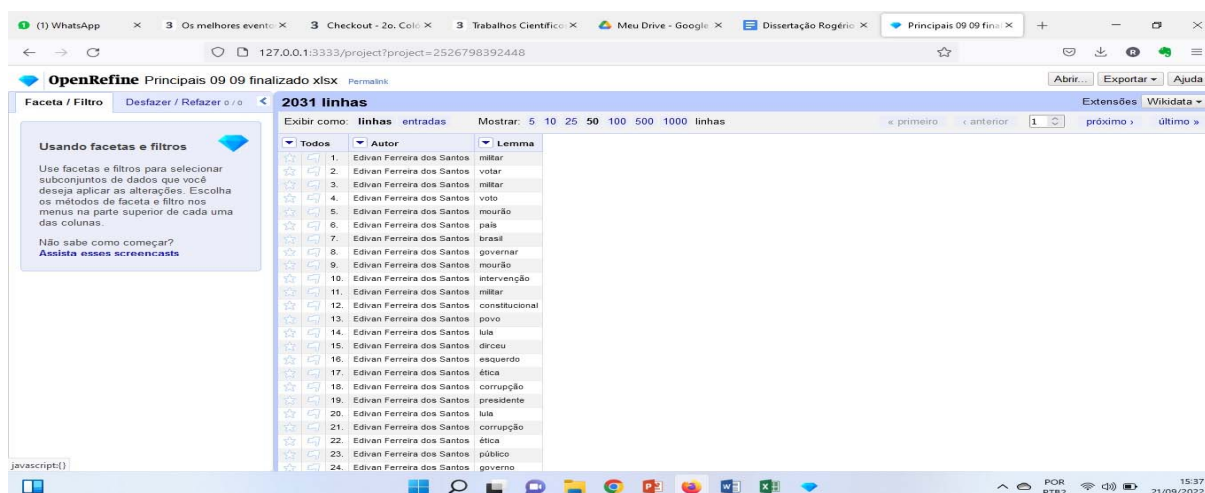
Figura 14 - Criar coluna LEMMA.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Excluídos todos os objetos indesejados, criamos a coluna LEMMA, na qual todas as palavras são reconhecidas pelo lema, por exemplo, os verbos são traduzidos para o infinitivo, o que permite agrupar diferentes temporalidades verbais em uma mesma célula. Para finalizar, após os processos mecânicos, realizou-se uma leitura atenta para excluir possíveis elementos textuais que não possuíam relevância para a pesquisa, mas que podem interferir na construção da análise. O resultado é uma tabela com duas colunas, a primeira informa o autor, e a segunda, o lema das palavras, como é possível observar na imagem seguinte.

Figura 15 - Resultado do processo de tratamento de fonte.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Por meio dos comandos realizados ao longo do processo de tratamento de dados, conclui-se que o uso do programa *OpenRefine*, no qual se tem como resultado,

duas colunas, a primeira identifica o autor e a segunda contém o lema das palavras contidas no texto. Em seguida, ocorre a preparação para uso dos dados no *Gephi*, nesta etapa, trabalha-se com a ferramenta *Excel* ou *LibreOffice*.

Figura 16 - Interface da base de dados no programa *Excel* ou ferramenta similar.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
1	Autor	Lema															
2	Ediyan Ferreira dos Santos	militar															
3	Ediyan Ferreira dos Santos	votar															
4	Ediyan Ferreira dos Santos	militar															
5	Ediyan Ferreira dos Santos	voto															
6	Ediyan Ferreira dos Santos	mourão															
7	Ediyan Ferreira dos Santos	país															
8	Ediyan Ferreira dos Santos	brasil															
9	Ediyan Ferreira dos Santos	governar															
10	Ediyan Ferreira dos Santos	mourão															
11	Ediyan Ferreira dos Santos	intervenção															
12	Ediyan Ferreira dos Santos	militar															
13	Ediyan Ferreira dos Santos	constitucional															
14	Ediyan Ferreira dos Santos	povo															
15	Ediyan Ferreira dos Santos	lula															
16	Ediyan Ferreira dos Santos	dirceu															
17	Ediyan Ferreira dos Santos	esquerdo															
18	Ediyan Ferreira dos Santos	ética															
19	Ediyan Ferreira dos Santos	corrupção															
20	Ediyan Ferreira dos Santos	presidente															
21	Ediyan Ferreira dos Santos	lula															
22	Ediyan Ferreira dos Santos	corrupção															
23	Ediyan Ferreira dos Santos	ética															
24	Ediyan Ferreira dos Santos	público															

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Com a base de dados aberta em um dos programas citados, acrescenta-se o item “0_”, por meio da função concatenar, que recebe o título *Id*. Isto permite que o *Gephi* identifique o autor do texto. Posteriormente, acrescenta-se uma nova coluna, intitulada “*Label*”, que fornece o rótulo a ser visualizado pelo *Gephi*, nesta coluna, copia-se os dados contidos na coluna *Id*, com a diferença que os marcadores não irão diferenciar autor e palavra por meio da expressão 0_. Por fim, acrescenta-se a coluna “*NAT*”, na qual todas as linhas serão preenchidas pela letra A para autores e P para texto. Isso criará a conexão legível entre o autor e as palavras.

Como resultado, obteve-se o arquivo com a configuração indicada na imagem abaixo, logo, torna-se possível utilizar as fontes desejadas no programa *Gephi*, que permite verificar a incidência de palavras, conexões, comunidades semânticas, entre outros.

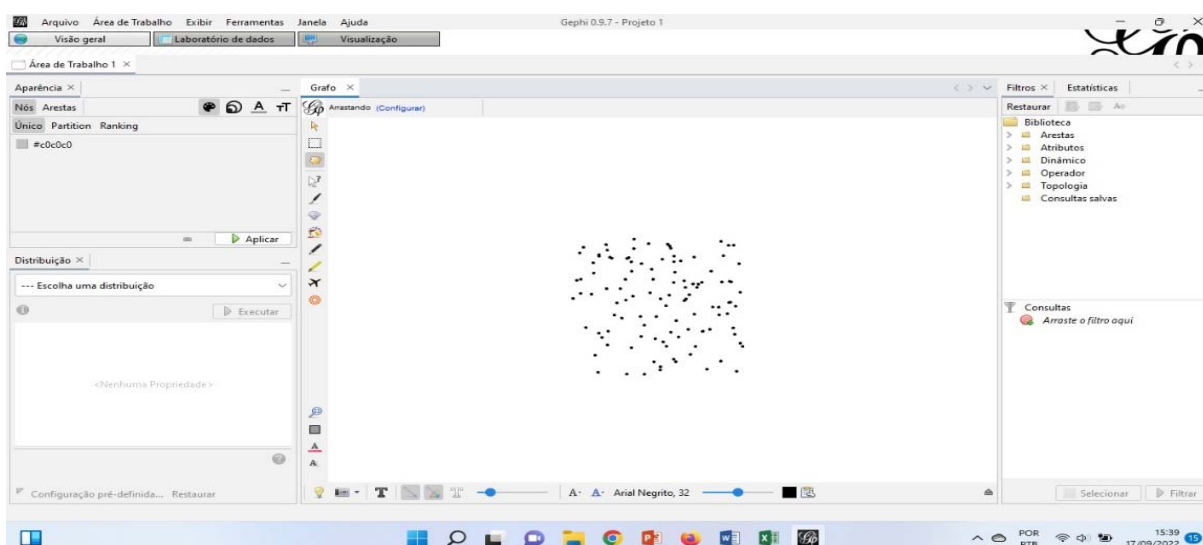
Figura 17 - Planilha que identifica os itens textuais

	A	B	C
1	Id	Label	Nat
2	0 Albino Carneiro	Albino Carneiro	A
3	0 Anderson Monteiro	Anderson Monteiro	A
4	0 Edivan Ferreira	Edivan Ferreira	A
5	0 Edivan Ferreira dos Santos	Edivan Ferreira dos Santos	A
6	0 Edna Bastos	Edna Bastos	A
7	0 Graça Andreatta	Graça Andreatta	A
8	0 João Ricardo Carvalho	João Ricardo Carvalho	A
9	0 Josy Ribeiro	Josy Ribeiro	A
10	0 Larry Lula	Larry Lula	A
11	0 Luciano Bacelar	Luciano Bacelar	A
12	0 Luiz Sabbato	Luiz Sabbato	A
13	0 Marcelo Guilherme Pessanha	Marcelo Guilherme Pessanha	A
14	0 Marcio Pfaltzgraff Ribeiro	Marcio Pfaltzgraff Ribeiro	A
15	0 Marcos Dé Lima	Marcos Dé Lima	A
16	0 Margarete Flores	Margarete Flores	A
17	0 Orlando Cesar Magalhães	Orlando Cesar Magalhães	A
18	0 Rodrigo Santos	Rodrigo Santos	A
19	0 Rosangela Bussinger	Rosangela Bussinger	A
20	0 Tania Mara	Tania Mara	A
21	anticomunista	anticomunista	P
22	bandido	bandido	P
23	brasil	brasil	P
24	brasileiro	brasileiro	P
25	câmara	câmara	P

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

O *Gephi* é uma espécie de laboratório em que tratamos as fontes para possibilitar estabelecer sentido analisável aos documentos estudados. No entanto, para que seja possível que o arquivo seja reconhecido e lido corretamente pelo *Software* seguinte, salvamos com o conjunto de caracteres *Unicode* (UTF-8) separado por tabulação, vírgula e ponto e vírgula em formato CSV.

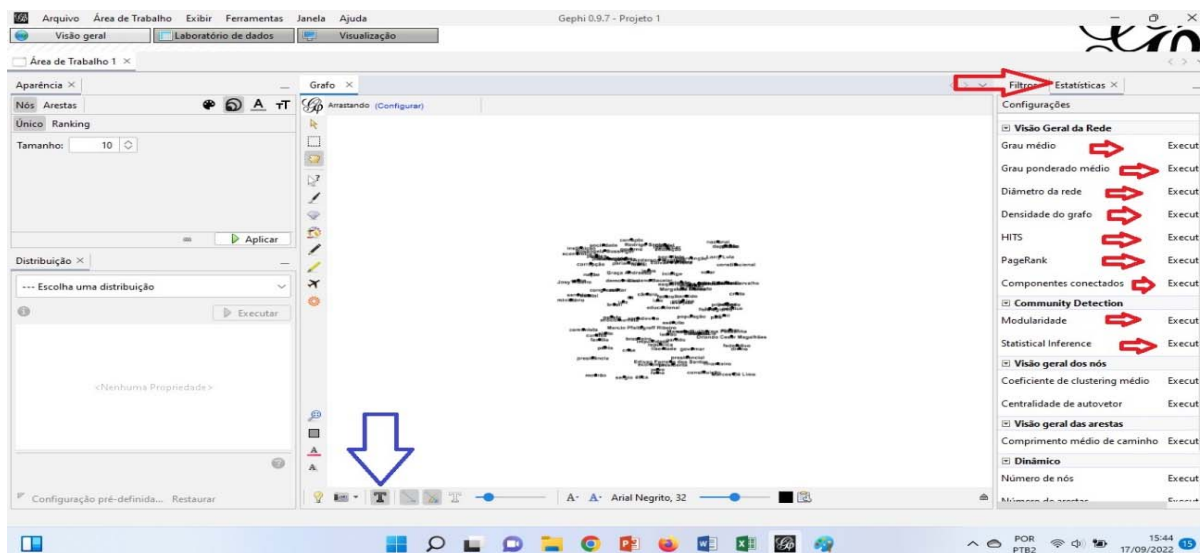
Figura 18 - Interface do programa *Gephi*.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na próxima imagem, observa-se a *interface* do *Gephi*, que por meio da aplicação de comandos, permite compreender as relações contidas na base de dados.

Figura 19 - Estabelecer relações textuais por meio do *Gephi*.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

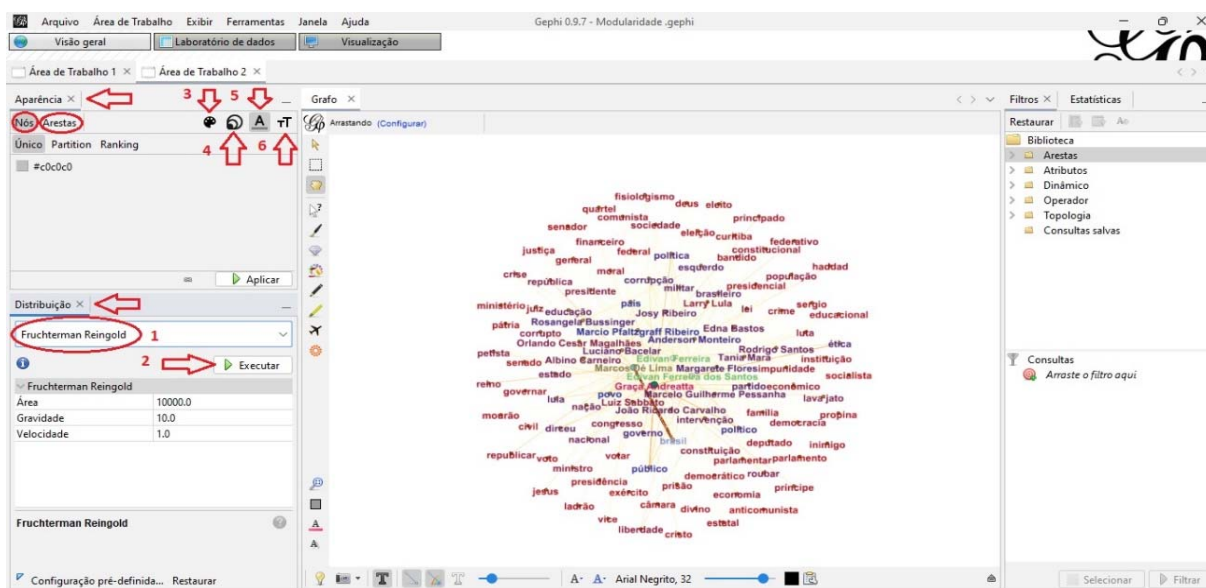
Ativa-se, desse modo, a função mostrar rótulos, palavras com maior destaque, dos nós como indicado pela seta azul no canto inferior esquerdo. Feito isso, executa-se as funções estatísticas como assinalado pelas flechas vermelhas, essas operações são responsáveis por identificar as relações existentes entre os dados coletados e tratados. Essas aplicações estabelecem a possibilidade de análise de forma mais detalhada da fonte.

Executadas as funções estatísticas, é preciso promover alterações na aparência do grafo, a fim de melhorar a visualização dos elementos emanados nas operações realizadas até o momento no *Gephi*, cuja aba aparência e distribuição do programa, permite executar comandos que organizam e distinguem os dados obtidos na análise.

Na parte superior direita, que está identificado dentro do campo da visão geral, encontra-se situada a aba aparência, logo abaixo, tem-se as opções nós e arestas. Na parte inferior esquerda, o item distribuição, executando a opção *Fruchterman Reigold* cujo grafo será estruturado em forma de esfera. Aplicando os comandos 3 (cor), 4 (tamanho), 5 (cor do rótulo) e 6 (tamanho do rótulo) na função nós, é possível diferenciar um nó, que é o conjunto finito do grafo $G = (V, E)$, a representar algebricamente, a função V dos demais, por meio da cor e tamanho, conforme o grau

ponderado, que é construído, a partir da soma de todos os pesos das arestas (E), relações binárias dos subconjuntos de V no grafo G, de cada item. Ao realizar as tarefas da aba arestas, torna-se possível destacar as relações entre dois ou mais nós. Na imagem a seguir, apresenta-se os passos citados, bem como é possível ilustrar como o grafo fica configurado.

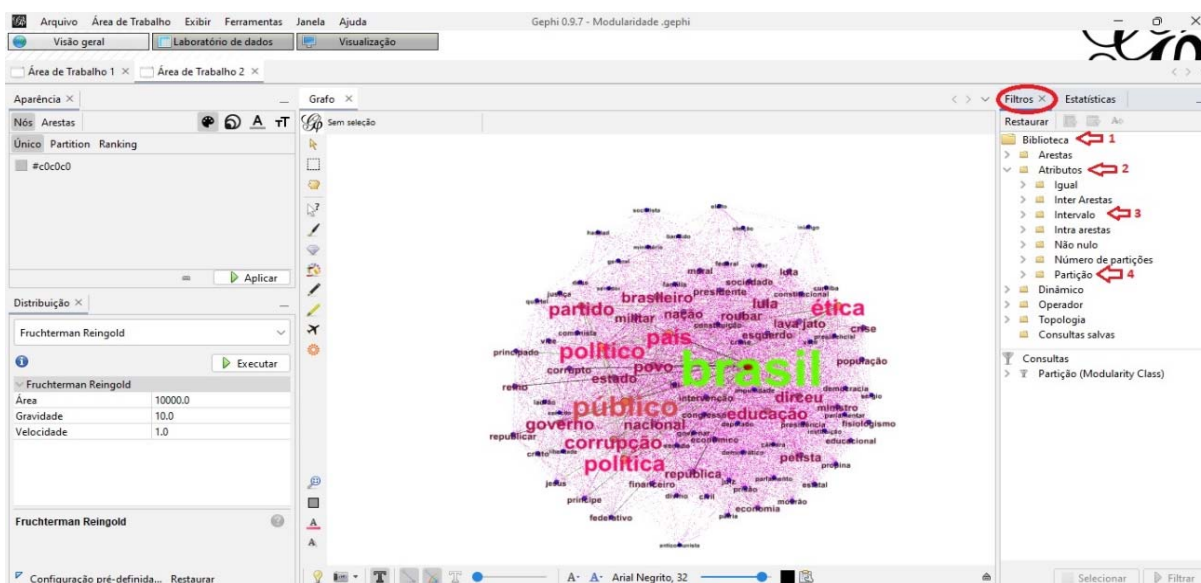
Figura 20 - Conjunto de comandos para diferenciar nós e arestas ao adicionar cores deferentes em nós e arestas e organizar os dados.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Terminado a parte da aparência, inicia-se a atribuição de filtros que está localizada na parte superior esquerda do programa.

Figura 21 - Atribuição de filtro no programa Gephi.



. Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Para essa pesquisa, optou-se pela atribuição do grau ponderado, que é a soma de todos os pesos das arestas ligadas a um nó, e as *modularity Class*, vértices que possuem alguma relação de semelhança. Ambas são encontradas na pasta atributos. Para encontrar o grau ponderado, clica-se no item 3 (Intervalos), e, posteriormente, seleciona-se a opção desejada. Para agregar a função de *modularity Class*, é necessário abrir a pasta partição, como indicado no elemento 4 (Partição) da imagem, depois basta selecionar a opção desejada.

Aqui foi adotado o percurso mencionado, a indica que ao atribuir o grau ponderado, será centralizado as análises propostas nas informações, apresentadas em forma de grafo, pois possui maior peso, ou seja, busca-se identificar quais postagens da base de dados, possuem maior centralidade na construção dos discursos que versam sobre a intervenção militar para a comunidade estudada.

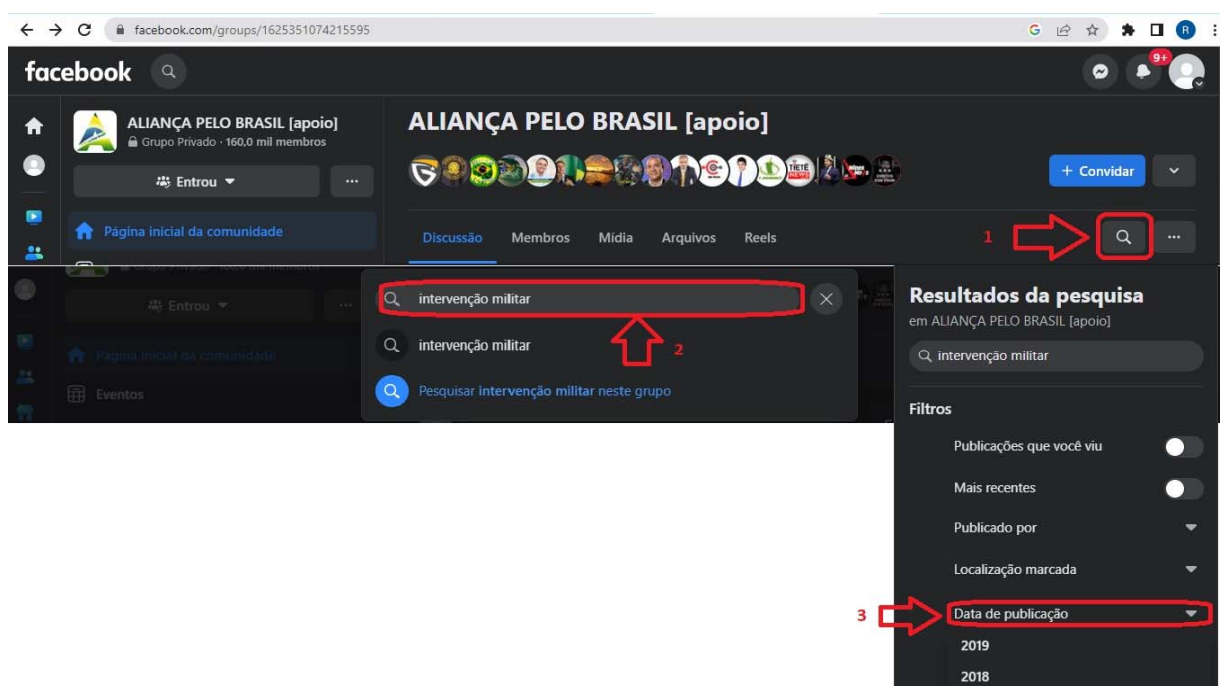
Por outro lado, por meio do uso da *modularity class*, interessa entender como os elementos textuais contidos nas postagens de maior audiência desses grupos, se interligam, assim como, analisar como as comunidades semânticas são constituídas e quais seus possíveis significados. Desta forma, conclui-se a parte metodológica, que permite adentrar na análise do material coletado.

3.3 CATEGORIAS CONSTRUÍDAS A PARTIR DOS DADOS EMPÍRICOS

Desde que o projeto de pesquisa foi iniciado, tinha-se a ambição de montar um banco de dados com postagens e comentários de três grupos de apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro na rede social *Facebook*. No entanto, logo no início dos estudos, ficou evidente que a tarefa de extração de dados não seria algo simples, pois não havia um programa que auxiliasse nesta missão. Foi necessário o desenvolvimento de um programa exclusivo, que conseguisse executar a tarefa, de modo preciso e eficaz, logo, fora necessário, buscar o trabalho de um programador.

No entanto, antes mesmo de iniciar o processo de extração dos dados, observações nos grupos “Bolsonaro 2022 BR” e “Aliança pelo Brasil (Oficial)” foi iniciado, por meio da aplicação do filtro “intervenção militar”, ano de 2018 e 2019. Para facilitar a compreensão do processo da utilização do filtro na rede social *Facebook*, fora utilizado a imagem que indica o trajeto a ser percorrido por meio de marcações e números.

Figura 22 - Ilustração da aplicação de filtro no *Facebook*



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Após entrar na rede social *Facebook* e selecionar o grupo desejado, é iniciado a aplicação do filtro composto por três etapas: 1) clicar na lupa como indicado no item 1 da imagem; 2) em seguida, adiciona-se as palavras chaves que irão orientar a busca, aqui fora utilizado “intervenção militar”, como consta no ponto 2; por fim, 3) adiciona-se o ano que interessa ao pesquisador, como apresentado no item 3 da imagem. Com esses comandos, o *Facebook* apresentará todas as postagens e comentários que dialogam com as palavras chaves no período selecionado, a partir disso, é possível selecionar os *ID*’s das publicações, para posteriormente, extrair os dados contidos.

Na medida em que se avança no exame das fontes, sem aplicação de programas de computador, percebe-se que postagens e comentários que abordam o anticomunismo e a aversão à esquerda, eram elementos textuais centrais na justificativa dos militares, para o golpe de 1964, e posteriormente, a manutenção do regime ditatorial. Nesse primeiro momento, entende-se que tais argumentos continuam vigentes na cultura histórica e seguem como alicerce para os pedidos de intervenção militar.

Esta etapa da pesquisa foi marcada por leituras panorâmicas, nas quais, buscou-se identificar palavras e frases que se repetiam ou dialogavam com as hipóteses formuladas, não havendo preocupação de identificar todos os elementos

contidos nos textos. O percurso de observação, até aqui mencionado, é parte da construção de uma pesquisa que tem como referência, a netnografia, pois o pesquisador, mesmo antes de iniciar a construção da fonte, deve formular perguntas na busca de identificar os grupos *online* de seu interesse. Esta fase, abarca a parte do planejamento e entrada, que permite identificar quais informações devem ser coletadas para construir o banco de dados a ser trabalhado como fonte de pesquisa (NOVELLI, 2011; KOZINETS, 2014).

A aversão a esquerda e anticomunismo, constatado nas observações, outrora faziam parte de narrativas produzidas e divulgadas por militares (GIORDANI, 1986). Rocha (2021), ao dissertar sobre o tema, indica que essa retórica se articula por meio dos valores propagados por militares conservadores que pretendem preservar a imagem de heróis da pátria, pós-ditadura, discurso proposto por Olavo de Carvalho. Esses discursos encontraram nas redes sociais, espaço ideal de propagação das ideias antidemocráticas, a demonstrar, que se trata de um fenômeno que ultrapassa limites físicos e adentra ao ciberespaço, bem como, não se mantém apenas no mundo virtual, ao produzir efeito na orientação e ação da vida cotidiana das pessoas. Essas características dialogam com o que Kozinets (2014) chama de pesquisa *online* em comunidades, pois transcende o ciberespaço.

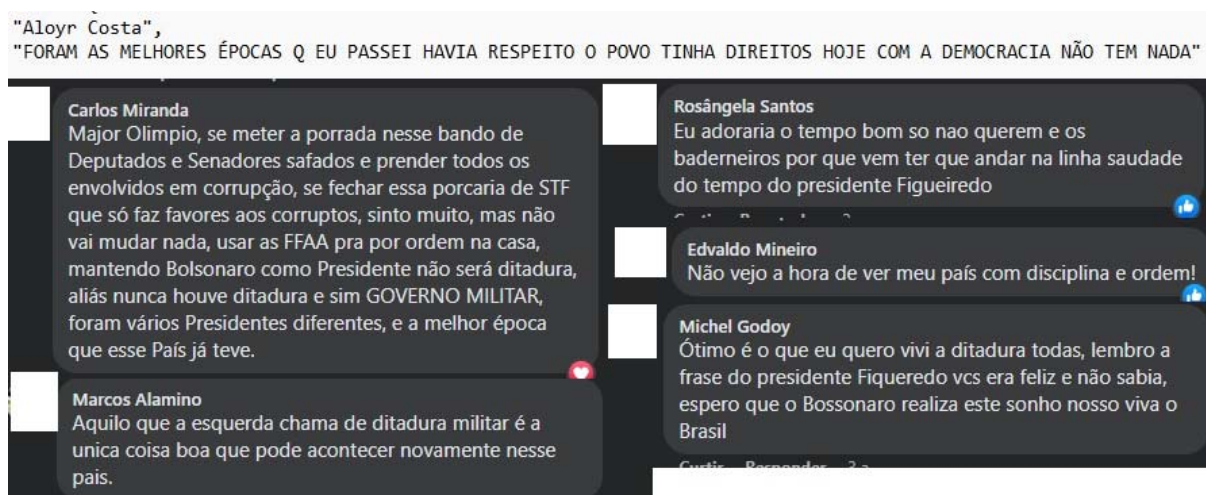
Outro elemento destacado nessa primeira análise, é a exaltação dos militares como heróis para os membros dos grupos. Textos voltados a exaltação dos militares, sinalizam contumazes, muitos deles, a afirmar que os militares salvaram o Brasil, pois evitaram que a nação se tornasse um país comunista como Cuba ou Venezuela. Para essa esfera da sociedade, comunismo é um conceito que engloba tudo o que se opõe a sua ideologia. Comunistas são pessoas que não compactuam com seus princípios, portanto, os países citados são tomados como exemplo para enfatizar que a única alternativa possível, é o capitalismo, pois onde foi implantado o comunismo, imperou a pobreza e falta de liberdade.

Assim sendo, os membros desses grupos, não buscam conceituar o que entendem por comunismo, para eles, o comunismo é um mal a ser combatido. O período ditatorial e o combate ao comunismo justificou o golpe, e posteriormente, a manutenção do regime (SALES, 2009; ALMADA, 2021; MOTTA, 2021; ROCHA, 2021). Atualmente, se utiliza uma retórica semelhante para pedir intervenção militar, bem como, se autoriza o uso da violência, perseguição e eliminação dos comunistas,

inimigos internos (ROCHA, 2021), a constatar que os princípios do Orvil¹⁶ continuam vigentes para parte da sociedade brasileira.

Além do mais, é comum encontrar relatos de que o período ditatorial foi marcado pela ordem, o progresso e o desenvolvimento, como ilustra a figura 23, portanto, para essas pessoas, o futuro do Brasil é uma volta ao passado.

Figura 23 – Comentários que exaltam a ditadura.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Desta forma, predominam narrativas saudosistas, em que o período ditatorial representa os anos dourados da história do nosso país, e os militares, os salvadores da pátria. Para entender como esta narrativa se sustenta, é necessário relembrar como ocorreu o processo de transição do país, no qual os militares estiveram no comando da redemocratização (LIRA, 2010; TORO, 2017), cuja reabertura política, culminou na Lei da Anistia, que começou a ser gestada em meados de 1979, durante o governo do general Geisel, pautada em políticas de esquecimento e reconciliação (BAUER, 2014; KEHL, 2010). Isto contribuiu para o que o debate público sobre a ditadura ficasse em segundo plano (MOTTA, 2021).

As políticas de memória voltadas para o esquecimento, contribuíram para que os traumas da ditadura fossem silenciados. Com isto, narrativas que exaltam ou desinformam sobre o período ditatorial se proliferaram, produzindo uma relação apática da sociedade ao sistema democrático (BAUER, 2014), dificultando assim, a consolidação dos valores democráticos de boa parte da sociedade brasileira (MOTTA, 2014). A política de esquecimento e de conciliação não eram unânimes, porém, todos

¹⁶ Vide capítulo anterior.

que se opuseram ao projeto de Anistia, esquecimento e conciliação, foram considerados revanchistas ou radicais, e não reconheciam as qualidades conciliatórias dos brasileiros (SALES, 2009; BAUER, 2014; MOTTA, 2021; ROCHA, 2021).

Se por um lado a ditadura é exaltada, por outro, os comentários que depreciam a democracia são comuns. Democracia x ditadura: a liberdade de pedir a extinção da liberdade, seria uma categoria que sintetiza as diversas postagens e comentários que usam elementos típicos de democracias para pedir intervenção militar. Nossa análise superficial, observa-se que o paradoxo de usar a liberdade para pedir o fim da liberdade, é sistemático, por essa razão, seria necessário caracterizar tal fenômeno para compreender como essas narrativas buscam reforçar a necessidade de uma intervenção.

Ao observar as publicações contidas nos grupos, ficou evidente uma característica particular do ciberespaço, as postagens e comentários enaltecem a necessidade de um golpe militar, em que, não haja preocupação com os valores democráticos. Mais precisamente, não se tem a preocupação de criar narrativas que a legalizem, como ocorre em acampamentos em frente a quartéis e movimentos de rua¹⁷, inclusive, mesmo durante o período ditatorial, os militares argumentavam que as Forças Armadas era guardião da democracia, da Lei e da Ordem, e reagiram ao avanço da esquerda (GIODANI, 1986). A cultura histórica que predomina nas narrativas militares é que as Forças Armadas foram levadas a guerra pelas ações violentas cometidas pela esquerda (GIODANI, 1986), portanto, agiram dentro da legalidade para preservar a democracia e a liberdade.

Esse comportamento específico encontrado no ciberespaço, é concretizado quando constata-se que são assíduos os textos que atacam as instituições democráticas. Uma quantidade significativa de usuários, defendem que essas instituições são um entrave para a governabilidade. Para esses membros, é necessário eliminar os órgãos que garantem o funcionamento da democracia, e nesse

¹⁷ Em 30 de outubro de 2022 Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito pela terceira vez presidente do Brasil. No entanto, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e seus apoiadores não aceitaram o resultado das urnas, e passaram a ocupar/bloquear rodovias e afins. Além disto, os golpistas montaram acampamento em frente aos quartéis em várias cidades do país. Uma possível fraude nas eleições era a justificativa para tais ações, As Forças Armadas são convocada a reestabelecer a ordem por meio de uma intervenção militar.

sentido, o presidente Bolsonaro ou os militares, devem governar, de acordo com suas demandas e não dentro dos parâmetros legais.

Nesta etapa, é possível identificar que esses são elementos centrais na articulação dos perfis contidos nos grupos, e essa operação foi possível, por meio do uso da netnografia, que pode ser entendida como a adaptação para os estudos de comunidades *online* (NOVELLI, 2010). Além disso, a netnografia possibilita que o pesquisador adote uma postura de observador *lurker*, ou seja, não se identifica e nem participa efetivamente da criação e divulgação do conteúdo, dentro das comunidades estudadas (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011). Destaca-se que ao adotar a postura *lurker*, o pesquisador não precisa passar pelo processo de validação do relatório pela comunidade estudada (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011).

A partir dos resultados preliminares, sem o uso de programas de computadores, observou-se categorias mais relevantes para nossa análise, contudo, isso não significa que no decorrer do aprofundamento das análises, outras categorias não possam emergir, bem como, haver o acréscimo de subcategorias que possam facilitar a averiguação da cultura política e histórica desses grupos.

A partir do emprego da ferramenta desenvolvida para o *browser Google Chrome*, utilizando a linguagem *JavaScript*, cuja ação foi a extração de dados dos grupos selecionados do *Facebook*, foi então aplicado o programa *OpenRefine* para tratar o material e torná-lo analisável e, posteriormente, o uso do *Gephi* para criar conexões e tornar visíveis as relações entre autor e lema, contidos nos textos. O uso dessas ferramentas permitiu compreender que o resultado da análise preliminar, apresentava conclusões superficiais ou simplistas.

3.3.1 Ausência de argumentos: muitos não interagem e poucos monopolizam o volume de informações.

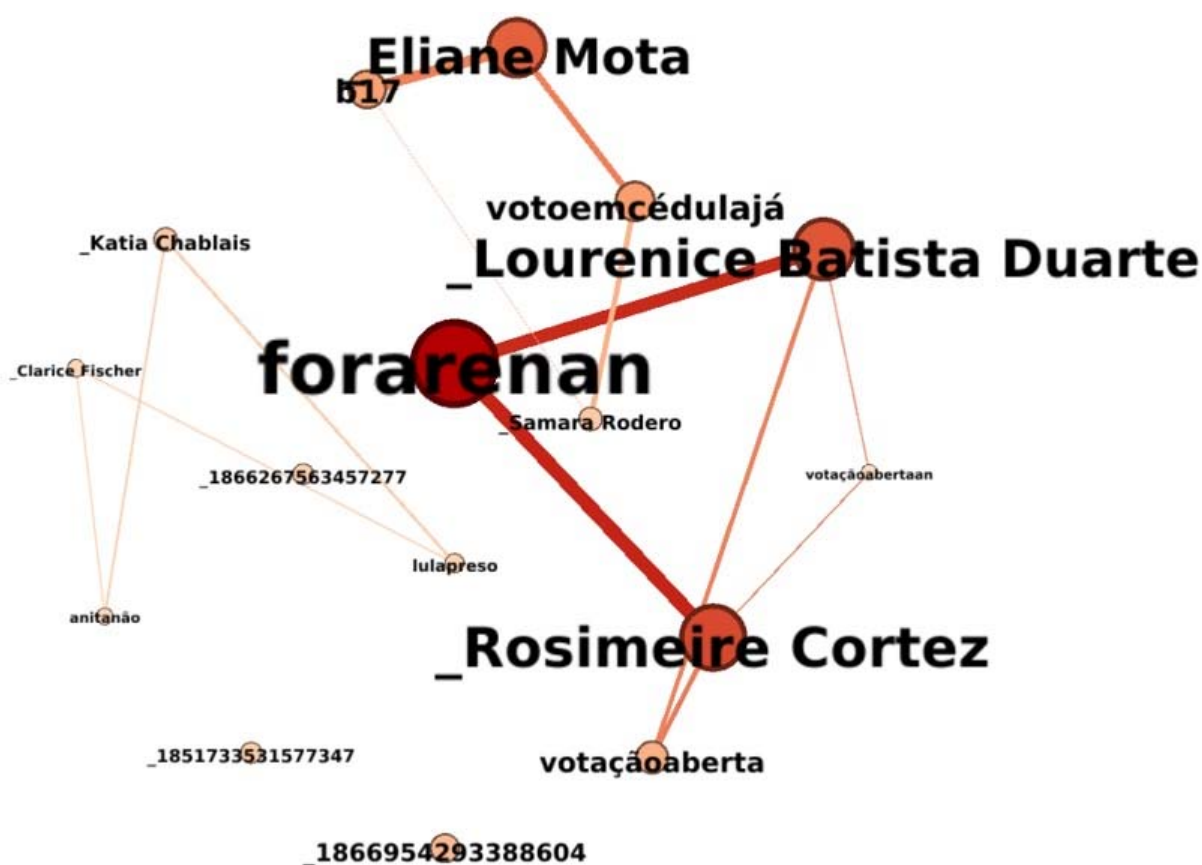
Os grupos somados, possuem cerca de 1 milhão e 550 mil perfis, como usuários membros. Ao final da coleta de dados, como uso de um *software*, foram exatamente, 487 postagens e 2.869 comentários. Os dados tratados permitem verificar que apesar do grande número de perfis que seguem o grupo, poucos são os que monopolizam o volume de informações contidas nas páginas. O grafo a seguir irá auxiliar na interpretação dos resultados obtidos.

Para a obtenção do grafo que segue, foi utilizado o recurso de grau ponderado do programa *Gephi*, cujo intuito, identificar quais textos ou autores tinham maior

engajamento, participação, produção e/ou divulgação de conteúdo. Inicialmente aplicou-se o filtro de intervalo de grau ponderado, do qual, pelo ajuste de intervalo, excluí-se os nós que apresentam menor peso, mais precisamente, é retirado os itens que tinham baixa quantidade de conexões entre os elementos textuais.

Em seguida, ao entrar no laboratório de dados *Gephi*, é passível identificar na coluna, o grau ponderado, em que os elementos textuais, formam os maiores nós, isto é, palavras ou autores que são mencionados em maior número de vezes no texto, bem como, possuem números de conexões significativas, mostradas por meio das arestas e suas inter-relações. Portanto, o grafo a seguir, é fruto de um processo de limpeza que excluí da análise, os elementos textuais que possuem ligações textuais e que praticamente não afetam os significados contidos na amostra escolhida. Busca-se com isso, analisar os elementos textuais e autores que centralizam as demandas dos grupos estudados.

Figura 24 - Perfis e temas com maior número de comentários na base de dados.

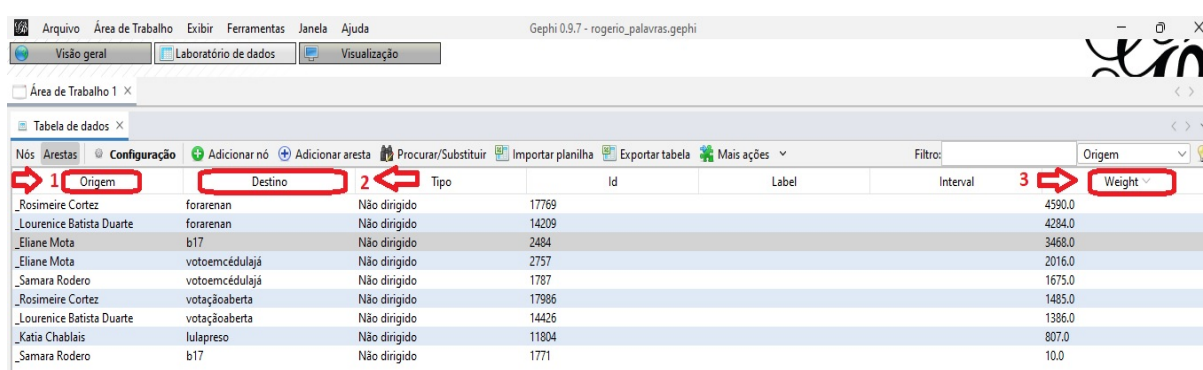


Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Por meio da aplicação dos comandos mencionados, é possível perceber que o volume de comentários, basicamente, foi impulsionado por quatro perfis. Os quatro

membros observados são responsáveis por praticamente toda interação que ocorreu nos grupos ao longo de dois anos (2018 – 2019), período utilizado como base de observação para esta pesquisa. Vejamos como o *print* do laboratório de dados do *Gephi*, evidencia o comportamento demonstrado por meio do grafo anterior.

Figura 25 - Laboratório de dados do *Gephi* exemplificando a construção do grafo 24.



1 Origem	Destino	2 Tipo	Id	Label	Interval	3 Weight
_Rosimeire Cortez	forarenan	Não dirigido	17769			4590.0
_Lourenice Batista Duarte	forarenan	Não dirigido	14209			4284.0
_Eliane Mota	b17	Não dirigido	2484			3468.0
_Eliane Mota	votoemcédulajá	Não dirigido	2757			2016.0
_Samara Rodero	votoemcédulajá	Não dirigido	1787			1675.0
_Rosimeire Cortez	votaçãoberta	Não dirigido	17986			1485.0
_Lourenice Batista Duarte	votaçãoberta	Não dirigido	14426			1386.0
_Katia Chablais	lulapreso	Não dirigido	11804			807.0
_Samara Rodero	b17	Não dirigido	1771			10.0

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

De acordo com a imagem, é notório a identificação das origens das mensagens, nome do autor(a), como demonstrado no item 1, a produção textual dos autores referente ao destino, como pode ser visto no item 2, e por fim, o peso (*Weight*), item 3, determinado pelos itens textuais com maior engajamento nas postagens e comentários. Assim, os tamanhos dos nós, que são os pontos de ligação das arestas, vão aparecer, de acordo com o número de ligações que eles possuem.

Portanto, o primeiro resultado indica que grande parte dos usuários não participaram da construção do engajamento produzido pelos grupos, embora possam ter usufruído das informações. Outrossim, embora a maior parte dos comentários dos grupos, foi gerado por poucos membros, isso não significa que as respostas e as postagens não exerçam influência sobre os outros membros, pois, uma postagem com grande número de comentários, mesmo de poucas pessoas, promove a ampliação do alcance do conteúdo em foco.

Neste caso, as redes sociais têm potencialidade de substituir o julgamento pautado na ética e ciência, pelo número de curtidas que uma publicação possui, pois somos influenciados a aceitar determinadas verdades, por causa da percepção social causada pela validação dos demais membros do grupo (LANEIR, 2018). O *Facebook*, rede social do qual foi extraído os dados estudados, ao longo do tempo, se utilizou de estratégias para agir de forma paternalista e guiar seus usuários na direção que a plataforma considerava melhor, o que mina a autonomia dos sujeitos, tornando os

usuários dependentes (FOER, 2018). Isso é possível, a partir da inclusão da função curtir, que permitiu a plataforma, identificar quais comportamentos, determinados grupos de perfis possuem. Ao curtir algo, estamos indicando que apreciamos aquele objeto, dessa forma, os algoritmos são capazes de indicar ou nos aproximar das ideias, coisas e pessoas que possuem similaridades com o nosso histórico de curtidas (DIJCK, 2016).

Destaca-se que a proporção dos dados produzidos por tais perfis, talvez não seja possível de ser feito pelo trabalho humano, por serem executados em um curto espaço de tempo. Assim sendo, a hipótese é de que o massivo número de comentários, tenha sido publicado por alguma espécie de robô. Importante destacar que, embora a hipótese esteja correta, isso não significa que as publicações impulsionadas por essas postagens, não sejam válidas, justamente pelo contrário, quanto mais conexões tiver uma publicação, maior será seu alcance dentro da rede social estudada, ou seja, mais pessoas terão acesso ao conteúdo ali exposto.

Portanto, mesmo que poucos perfis postem ou comentem, o que circula nesses espaços passa a ser uma verdade para os membros do grupo, o que pode influenciar no seu comportamento fora do mundo virtual. Para os membros dos grupos, não importa o fato de que os comentários, sejam desprovidos de argumentação e que praticamente todo volume de dados obtidos, demonstra que os autores utilizam um sistema baseado em palavras de ordem, ou seja, não possuem narrativas sustentadas por referências históricas ou alicerçadas nas memórias construídas ao longo do tempo sobre a última ditadura no país.

Figura 26 - Autores e palavras que são centrais no discurso apresentado no grafo 24.

Origem	Destino	Tipo	id	Label	Interval	Weight
_Rosimeire Cortez	forarenan	Não dirigido	17769			4590.0
_Lourenice Batista Duarte	forarenan	Não dirigido	14209			4284.0
_Eliane Mota	b17	Não dirigido	2484			3468.0
_Eliane Mota	votoemcédulajá	Não dirigido	2757			2016.0
_Samara Rodero	votoemcédulajá	Não dirigido	1787			1675.0
_Rosimeire Cortez	votaçãoaberta	Não dirigido	17986			1485.0
_Lourenice Batista Duarte	votaçãoaberta	Não dirigido	14426			1386.0
_Katia Chablais	lulapreso	Não dirigido	11804			807.0
_Samara Rodero	b17	Não dirigido	1771			10.0

Id	Label	Interval	Grau	Grau ponderado	Eccentricity	Closeness Centrality	Harmonic Closeness Centrality	Betweenness Centrality	net
forarenan	forarenan	54	9009.0	7.0	0.252795	0.265619	254996.540706	T	
_Rosimeire Cortez	_Rosimeire Cortez	4	6675.0	8.0	0.201832	0.207622	6412.132651	A	
_Lourenice Batista ...	_Lourenice Batista ...	4	6230.0	8.0	0.201832	0.207622	6412.132651	A	
_Eliane Mota	_Eliane Mota	4	5904.0	8.0	0.262	0.278633	18327.054176	A	
votoemcédulajá	votoemcédulajá	2	3691.0	9.0	0.208536	0.217286	21.409539	T	
b17	b17	11	3487.0	8.0	0.235034	0.244487	33387.659011	T	
votaçãoaberta	votaçãoaberta	4	2874.0	9.0	0.178465	0.185041	270.029426	T	
_Samara Rodero	_Samara Rodero	23	1800.0	8.0	0.2634	0.281804	95827.759924	A	
_Katia Chablais	_Katia Chablais	25	1794.0	7.0	0.295548	0.314998	206899.149194	A	
lulapreso	lulapreso	19	1289.0	8.0	0.238067	0.249522	30447.328657	T	

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Ao analisar o grafo 24, é perceptível que Rosimeire Cortez é a autora com maior número de publicações (6675.0). Em seguida, aparece Laurenice Batista (6230.0), Eliane Mota (5904.0), Sandra Rodero (1800.0) e Katia Chablais (1794.0), cujas informações estão contidas na coluna grau ponderado, encontrada na parte inferior da tabela acima. É possível observar também, os valores referentes aos nós, e as conexões são demonstradas por meio do número de arestas que se conectam ao texto, a relevância de cada autor, bem como, consta quem publicou os conteúdos. Por meio da observação da coluna grau ponderado, fica constatado que entre as palavras de ordem, “forarenam” (9009.0) é que possui maior peso, seguido por “votoemcélulajá” (3691.0), “b17” (3487.0), “votaçãoaberta” (2874.0) e “lulapreso” (1289.0) respectivamente. A coluna Grau ponderado indica a importância que o termo tem no texto, ou seja, quantas vezes a palavra é mencionada, o que dá o tamanho do volume do nó. Aqui, além dos autores que mais postaram ou comentaram, aparece também, quais palavras de ordem tiveram centralidade nos textos.

Os esforços desses perfis, em inserir palavras de ordem de forma massiva, corrobora com a ideia de que nas mídias sociais, o volume de dados, postagens, curtidas e comentários, superam a necessidade de comprovação por meio de argumentos (LANIER, 2018). Estar em um grupo é uma forma de pertencimento social, assim, questionar não é uma opção, pois os conteúdos postados dialogam com os interesses dos perfis das comunidades, além disso, criam convicções e demandas, ao substituir o crivo da razão por perspectiva paternalista que traz ao usuário, uma verdade pronta e acabada. Em última análise, essas contas que estão agrupadas *online* em comunidade fazem parte de um mundo que não pensa (FOER, 2018)

As palavras utilizadas, “Forarenam”, “votoemcélulajá” e “votaçãoaberta”, são mantras que versam sobre ataque às instituições democráticas. No primeiro caso, faz referência aos pedidos de seguidores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que alegavam que Renan Calheiros, presidente do Senado na época, era um entrave para a governabilidade do então presidente. Para essas pessoas, o correto seria retirar o Renan Calheiros do cargo de presidente do Senado, para que o presidente pudesse agir livremente.

De acordo com os resultados obtidos nas aplicações do *Gephi*, dois perfis, Laurenice Batista Duarte e Rosimeire Cortez, foram responsáveis por todos os comentários pedindo a saída de Renan Calheiros da presidência do Senado, como indica a figura 26, por meio das colunas “origem” e “destino”, na parte superior da

imagem, a representar as arestas do grafo. A coluna *weight*, encontrada na parte superior à direita da imagem, apresenta dados estatísticos que indicam a relevância que as autoras tiveram na construção do texto, assim sendo, Laurenice Duarte foi quem mais escreveu sobre o tema, pois possui peso 4590.0 e Rosimeire Cortez, com peso 4284.0, ocupa a segunda posição. Os comentários possuem estrutura de *Hashtag* como apresenta a figura 27, essa mesma organização, é repetida diversas vezes em várias publicações.

Figura 27 - Exemplo de estrutura dos comentários que pediam ForaRenan.

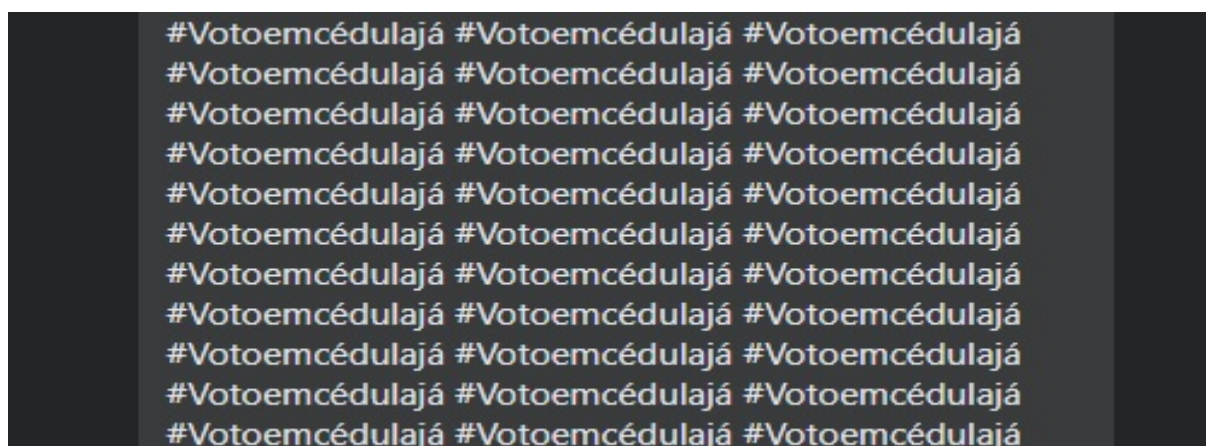


Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Já “votoemcédulajá” (3691.0) e “votaçãoaberta” (2874.0) foram direcionados ao processo eleitoral brasileiro, em especial, ao uso das urnas eletrônicas como objeto de depósito e apuração de votos. Esses comentários são de 2018, ano em que se alegava que se Jair Messias Bolsonaro não ganhasse as eleições, seria pelo fato das urnas eletrônicas serem fraudadas, de modo que seu adversário saísse vencedor, contudo, mesmo com Bolsonaro eleito, tais ataques as urnas eletrônicas seguiram, embora sem prova alguma.

As postagens que denunciam as supostas fraudes nas urnas eletrônicas, partem, quase que exclusivamente, de quatro usuários: Eliane Mota, Samara Roderio, Rosimeire Cortez e Laurenice Batista respectivamente, como indica a coluna origem na parte superior da imagem acima. A lógica de escrita dos comentários possui similaridades com as demais publicações, pois tem na *hashtag*, o modelo de publicação.

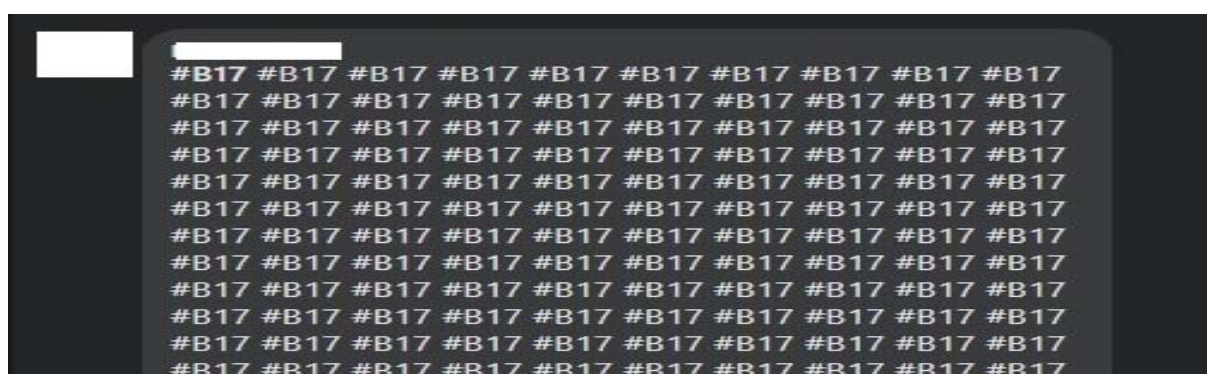
Figura 28 - Ilustração dos comentários que pedem voto em cédulas.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A sigla “b17” faz alusão a Bolsonaro e o número pelo qual concorreu às eleições a presidência da república no ano de 2018, quando foi candidato pelo Partido Social Liberal (PSL)¹⁸. Portanto, os comentários contidos nos grupos era uma forma de campanha política para o candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro. Os comentários que versam sobre o tema foram emitidos por dois perfis, sendo que Eliane Mota foi responsável por praticamente, todo o volume de comentários, a acumular o peso de 3468.0, já Samara Roderer participou do processo de divulgação, porém, com menos intensidade, como demonstra os dados obtidos por meio do uso do *Gephi*, no qual a autora possui peso 10.0. As postagens com a temática e formato contidos na imagem abaixo estão dispostas em diversas publicações.

Figura 29 - Exemplificação da estrutura dos comentários que faziam campanha para Bolsonaro nos grupos



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

¹⁸ A legenda pela qual Jair Messias Bolsonaro concorreu à presidência em 2018 deixou de existir em 2021 após a fusão com o partido denominado Democratas.

Para concluir, outro elemento surgiu com a aplicação dos programas de computadores, “lulapreso”, cujo sujeito, atacado por meio de comentários, representava a oposição ao candidato defendido pelo glossário exposto no texto. A *hashtag* “Lulapreso” é uma referência ao atual-presidente do Brasil eleito, Luís Inácio Lula da Silva, na época era considerado o principal adversário político de Bolsonaro, e foi preso, dias antes do pleito eleitoral. Os ataques a Lula, contidos nas postagens e comentários, possui menor ênfase, pois o grau ponderado apresentado é de 1289.0. A conta de Katia Chablais é a origem de todos os textos relacionados ao tema, como consta na figura 26.

Figura 30 - Lulapreso e indultonão



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Constata-se que os comentários de maior volume encontrados nesses grupos, possuem a mesma estrutura, na qual a *hashtag* predomina. Essa ferramenta permite que os usuários se interliguem por meio de palavras-chaves que estão circulando nas redes sociais. Portanto, a *hashtag* facilita o trabalho de busca por tópicos, que possui relação com o objeto em discussão. A *hashtag* “lulapreso” dialoga com o ato de perdão jurídico, que extingue o cumprimento da pena do réu, assim sendo, trata-se de uma afronta ou discordância com uma Lei contida na Constituição Federal de 1988.

Os itens apresentados permitem indicar que instituições democráticas e políticas foram os principais alvos dos comentários, isto é, a única forma de garantir a ascensão de um ex-militar à Presidência da República, seria destruir a reputação

desses sujeitos e instituições. O que dialoga intimamente com os discursos promovidos em meados da década de 1980, por alas do setor militar que tinham no Orvil e no livro *Brasil Sempre*, sua base teórica, a extrema direita representada por Jair Messias Bolsonaro e seus apoiadores, isto por meio da instrumentalização promovida por Olavo de Carvalho, que se apropriou desse discurso (ROCHA, 2021), logo, foi no ciberespaço que a extrema direita encontrou espaço para disseminar narrativas (STEFANONI, 2021).

Essa perspectiva, nega que houve ditadura e indica que a destruição das instituições democráticas ocorridas na década de 1960, foi um mal menor, pois a sociedade civil não está apta a governar a Nação, cuja atribuição cabe aos militares que são honestos, ilibados e competentes (GIORDANI, 1986), assim sendo, esse discurso justifica a violência contra as instituições da democracia, bem como, seus mais proeminentes representantes (ROCHA, 2021).

Por outro lado, à esquerda que é objeto de aversão das narrativas que defendem a ditadura, foi um mal necessário para combater o caos, especialmente a corrupção, cometidas por essa ideologia enquanto esteve no poder, encontra em Lula o alvo ideal. Nesse sentido, a retórica contida nos comentários, está alinhada com um ideário militar reacionário, o qual sustenta que o Brasil não terá paz e maturidade política, enquanto a esquerda existir (GIORDANI, 1986). Assim, a violência e eliminação contra as instituições e figuras públicas que se opõem aos valores defendidos por esse grupo são válidas, para isso, essas pessoas retomam os discursos defendidos ao longo da ditadura, ao sustentar que as instituições públicas democráticas foram aparelhadas pela esquerda (ROCHA, 2021), já a violência contra opositores se enquadra na perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, em que, setores da sociedade que contrariavam o regime, eram o principal alvo do terror (BAUER, 2011).

No decorrer das análises, fora identificado a ausência de argumentos para defender a perspectiva adotada por membros dos grupos, cujas publicações e postagens estudadas são resumidas em poucas palavras de ordem. Assim, a cultura política, a qual expressa os padrões pelos quais a sociedade se relaciona com as esferas em que as decisões coletivas são tomadas (CERRI, 2021), e que predomina naquele ciberespaço, é pautada pela sujeição, pois há, uma aproximação com estruturas políticas autoritárias e centralizadas (ALMOND; VERBA, 1989, apud CERRI, 2021, p. 58), ou seja, a verdade é dada e não cabe questionamento.

Portanto, a democracia, bem como, a oposição são elementos de entrave para o desenvolvimento da Nação, o que indica que para essa parcela da sociedade, a política de transição pautada na conciliação e no esquecimento não contribuiu para a consolidação de valores democráticos (MOTTA, 2021). Justifica-se tal interpretação, justamente pelo fato de não haver argumentos para legitimar os pedidos de revisão do voto eletrônico, e tampouco, fundamentar a exigência de afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado, bem como, defender as acusações efetuadas contra o atual presidente Lula.

Na esfera da cultura histórica, não são utilizados elementos do passado, história ou memória, para descreditar a democracia e supervalorizar o regime autoritário. Embora não sejam utilizados argumentos para enaltecer militares e o regime ditatorial vivido ao longo de 21 anos, entre as décadas de 1960 e 1980, o discurso que predomina nos grupos, indica a existência de um saudosismo pautado em uma perspectiva, em que prevalece a dimensão afetiva da cultura política, em que as ações são pautadas por sentimentos individuais perante a estrutura política (BATISTA, 2015). Esse entendimento, aponta que há predomínio da dimensão estética da cultura histórica que está intimamente vinculada a dimensão afetiva da cultura política (CERRI, 2021).

Assim sendo, a supervalorização da dimensão estética em detrimento da cognitiva e política, fratura a experiência histórica que provoca uma espécie de bloqueio discursivo, em que as crises atuais não se utilizam de elementos da memória histórica para construir estratégias de ação política (RÜSEN, 2010), ou seja, se trata de um discurso em que a dimensão explicativa para os fenômenos políticos é sustentada pela força dos sentimentos (paixões, medo) (MOTTA, 2014). Esse fenômeno indica que as três dimensões da cultura histórica não funcionam de maneira harmoniosa, o que deturpa a orientação temporal (ALVES, 2013).

Posto isso, levanta-se a hipótese de que a consciência histórica, que são as operações mentais que os sujeitos realizam para interpretar a experiência temporal e a partir disso, agir na vida prática (RÜSEN, 2001), predomina nos membros desses grupos, alinhada com a dimensão tradicional e/ou exemplar de geração de sentido, que pressupõe uma verdade rígida que deve ser incorporada e respeitada (CERRI, 2021), portanto, a existência de uma verdade estabelecida, justifica a ausência de questionamento por parte dos sujeitos.

Essa postura individual, reflete na ação coletiva, pois, a identidade adota uma perspectiva a-histórica, desprovida de passado, e pautada neste caso, nos elementos que movimentam a rede, isto é, o número de comentários é o que importa (LANIER, 2018). Em última análise, não é objeto de preocupação a veracidade dos fatos, mas sim, quantas vezes o lema é repetido, e a ausência de questionamento ou crítica faz com que palavras de ordem se tornem a verdade absoluta, a ser seguida e exaltada.

Como conclusão, para o grupo, livrar o Brasil da corrupção, que para os membros dele, é entendida como inerente às instituições democráticas, bem como, a aniquilação da esquerda, responsável por deteriorar os valores ocidentais (GULLIVER-NEEDHAM, 2018; STEFANONI, 2021), ocorrerá somente por meio da eleição de um ex-militar para a presidência, que representaria as melhores virtudes da sociedade brasileira (GIORDANI, 1986). Partindo dessa ótica, todo questionamento ao *status quo* é um ataque aos pilares da sociedade em que a cultura burguesa e cristã, é o caminho mais promissor de se chegar a liberdade (ROTHBARD, 2016). A nova direita se valendo dos recursos da *internet*, passou a operar por meio de uma mistura de populismo, mas que dissemina mensagens anti-sistêmicas, em que a batalha é o centro do debate (STEFANONI, 2021). Portanto, o que temos é um conjunto de *hashtags* que norteiam o movimento dos grupos, no qual a identificação afetiva é mais importante que a pretensão de verdade.

3.3.3 Nacionalismo fundamentado na contestação da democracia, exaltação dos militares e no anticomunismo.

A ausência (ou desprezo) de argumentos históricos para defender a intervenção militar ou desacreditizar a democracia e suas instituições, presente nos comentários, fez com que fosse possível compreender qual a estrutura argumentativa contida nas postagens de maior relevância para os membros dos grupos. Por isso, optou-se aqui por analisar os 20 *posts* com maior engajamento

A tabela seguinte, reflete por meio do tamanho de seus nós, os *ID's* que foram destaque para os usuários que fazem parte da rede estudada. Nesta fase, o *Gephi* opera por meio do cruzamento de dados de três colunas, a coluna *Id*, permite o programa diferenciar autor e texto, *Label*, por sua vez, fornece o rótulo, e por fim, *NAT* classifica autor (A) e texto (T), como pode ser verificado na tabela 30.

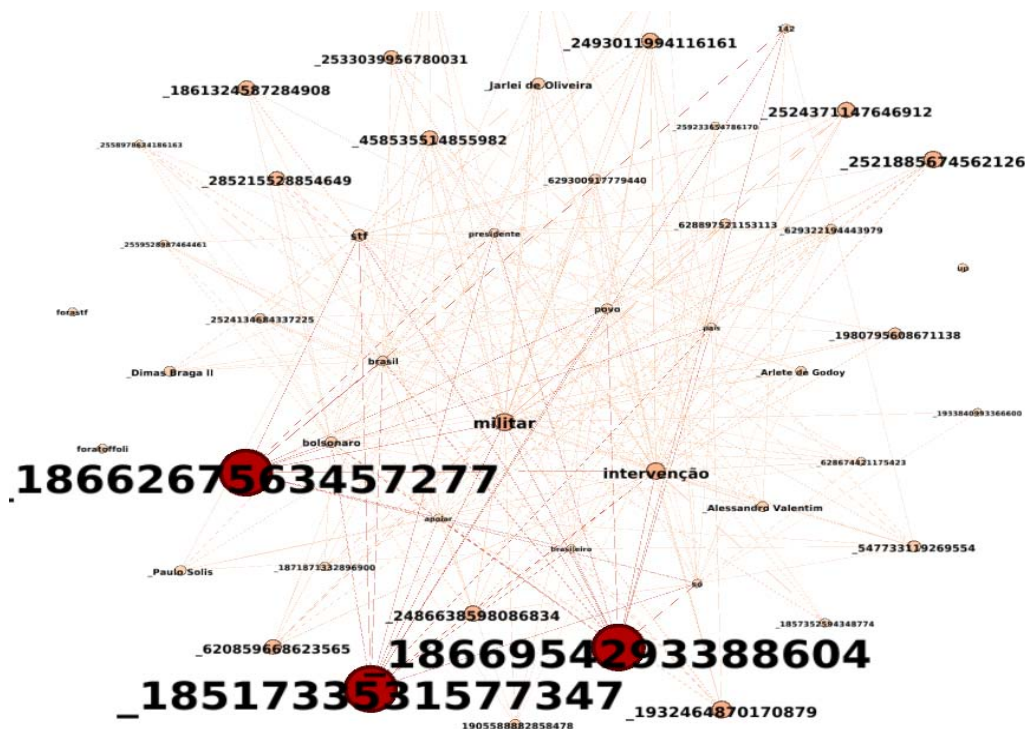
Figura 31 - Ilustração do laboratório do *Gephi* para elaboração do grafo contendo as principais postagens

Id	Label	Interval	Grau	Grau ponderado	Eccentricity	Closeness Centrality	Harmonic Closeness Centrality	Betweenness Centrality	nat
_1851733531577347	_1851733531577347		864	1502.0	7.0	0.36459	0.440205	1622243.702818	A
_1861324587284908	_1861324587284908		222	330.0	7.0	0.321417	0.35317	685186.072442	A
_1866267563457277	_1866267563457277		864	1502.0	7.0	0.36459	0.440205	1622243.702818	A
_1866954293388604	_1866954293388604		863	2418.0	7.0	0.364545	0.440095	1625252.702818	A
_1896214893795877	_1896214893795877		151	200.0	7.0	0.318591	0.345365	522368.319436	A
_1905588882858478	_1905588882858478		126	139.0	7.0	0.316047	0.340445	373049.251568	A
_1932464870170879	_1932464870170879		267	342.0	7.0	0.323735	0.358883	946021.344467	A
_1946435998773766	_1946435998773766		102	131.0	7.0	0.316879	0.339726	316970.034348	A
_1980795608671138	_1980795608671138		154	229.0	7.0	0.317884	0.344811	426905.787545	A
_2486638598086834	_2486638598086834		235	302.0	7.0	0.328437	0.360955	854494.166805	A
_2493011994116161	_2493011994116161		234	416.0	7.0	0.330749	0.362312	648302.170146	A
_2521885674562126	_2521885674562126		255	403.0	7.0	0.328904	0.363234	873289.387798	A
_2524134684337225	_2524134684337225		110	143.0	7.0	0.32128	0.344095	291305.771787	A
_2524371147646912	_2524371147646912		230	465.0	7.0	0.330531	0.361786	633795.915142	A
_2533039956780031	_2533039956780031		195	256.0	7.0	0.3192	0.349462	266859.397488	A
_283635812345954	_283635812345954		195	256.0	7.0	0.3192	0.349462	266859.397488	A
_285215528854649	_285215528854649		207	269.0	7.0	0.32252	0.35328	341581.3763	A
_458535514855982	_458535514855982		217	327.0	7.0	0.331954	0.362351	652068.181023	A
_547733119269554	_547733119269554		153	219.0	7.0	0.325557	0.352436	415436.242846	A

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Importante ressaltar que, a coluna *Id* é representada, neste caso, pelo código numérico que identifica uma postagem na rede social *Facebook*. Já na coluna *NAT*, os *Id*'s das publicações serão identificados como autores por meio da letra A, e os comentários que são vinculados as postagens serão caracterizados pela letra T. Portanto, não é trabalhado aqui com os nomes dos autores das publicações, mas sim, com sua identificação numérica, o que permite detectar quais postagens tiveram maior engajamento.

Figura 32 - Postagens com maior engajamento.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

da comunidade semântica. A palavra Brasil estabelece ligações com praticamente todos os demais nós da comunidade semântica, no entanto, como é possível verificar, por meio da intensidade da cor das arestas, os entrelaçamentos que se destacam são país, Estado e Nação, o qual possuem o mesmo sentido que a palavra de origem e destino, ou seja, estão enfatizando o país Brasil.

No entanto, os textos visam enaltecer um período histórico específico em que os valores nacionais tiveram protagonismo, especialmente, por meio da ação dos militares que entre 1964 e 1985, que sacrificaram suas vidas para salvar a Nação das garras do comunismo (SALES, 2009; ALMADA, 2021; MOTTA, 2021; ROCHA, 2021). O discurso nacionalista exposto em postagens e comentários almeja promover a retorno do regime autoritário, para isso, deveríamos eleger alguém ligado ao setor militar que defenda a tradição ocidental, família e propriedade privada, cernes da história nacional. Nesse caso, a cultura política supre ao mesmo tempo uma leitura comum do passado em uma projeção de futuro a ser vivida pelo conjunto da sociedade (BERSTEIN, 1998). Portanto, essa interpretação da cultura política impulsionada pelas direitas alternativas reforça a identidade nacional (STEFANONI, 2021), que após a redemocratização vem sendo destruída por meio da imigração e do multiculturalismo, assim sendo, os sujeitos envolvidos nesse processo entendem o tempo como algo estático no qual a cultura se mantém imutável.

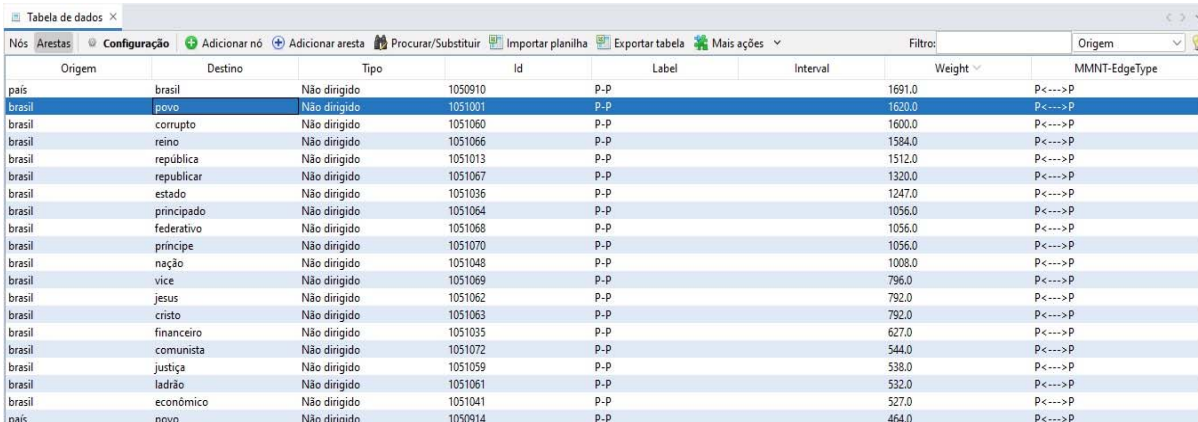
De acordo com essa visão, os valores mais nobres da nação foram corrompidos e colocaram o país em uma crise. Trata-se de uma crise civilizacional que potencializa a releitura do passado traumático, o que possibilita revisões e novas interpretações históricas que questionam a cultura histórica vigente (JELIN, 2001; RÜSEN, 2009). No entanto, aqui reserva-se a transição pautada na conciliação e esquecimento (KEHL, 2010; BAUER, 2014; MOTTA, 2021), que permitiu que valores democráticos implementados após a redemocratização (participante), coexistam com valores autoritários (sujeição), do período da ditadura e momentos de crise de legitimação política (BERSTEIN, 1998), como o vivenciado na última década, que permitiu o ressurgimento e/ou a exaltação de uma cultura política baseada na sujeição.

Como aponta Chauí (1995), o autoritarismo no Brasil não se trata apenas de um modelo de governo, mas sim, uma estrutura da nossa sociedade que ao não realizar o luto histórico, tende a produzir repetições sinistras (KEHL, 2010). Por conseguinte, a cultura histórica predominante, representada nos grupos, fornece ao sistema político almejado, uma lógica autoritária, na qual a consciência histórica se

apresenta como tradicional ou exemplar (RÜSEN, 2012), e interpreta o tempo como cíclico, em que para o país avançar em direção ao futuro ele, deve retornar ao passado ditatorial.

No entanto, o nó com maior número de conexões com a expressão Brasil é palavra povo, ou seja, uma referência a população pertencente a esse território, de acordo com os dados expressos no laboratório de dados do *Gephi*. A construção do grafo se deu por meio do cruzamento dos dados das colunas origem e destino. na qual, foi analisado as relações estabelecidas entre as palavras ao longo dos textos como indica a coluna *Label* (P-P), na tabela 33. Por outro lado, a intensidade das conexões entre as palavras está contida na coluna *weight*.

Figura 34 - Tabela de dados que relaciona a expressão povo ao nó Brasil.



Origem	Destino	Tipo	Id	Label	Interval	Weight	MMNT-EdgeType
país	brasil	Não dirigido	1050910	P-P		1691,0	P<--->P
brasil	povo	Não dirigido	1051001	P-P		1620,0	P<--->P
brasil	corrupto	Não dirigido	1051060	P-P		1600,0	P<--->P
brasil	reino	Não dirigido	1051066	P-P		1584,0	P<--->P
brasil	república	Não dirigido	1051013	P-P		1512,0	P<--->P
brasil	replicar	Não dirigido	1051067	P-P		1320,0	P<--->P
brasil	estado	Não dirigido	1051036	P-P		1247,0	P<--->P
brasil	principado	Não dirigido	1051064	P-P		1056,0	P<--->P
brasil	federativo	Não dirigido	1051068	P-P		1056,0	P<--->P
brasil	príncipe	Não dirigido	1051070	P-P		1056,0	P<--->P
brasil	nação	Não dirigido	1051048	P-P		1008,0	P<--->P
brasil	vice	Não dirigido	1051069	P-P		796,0	P<--->P
brasil	jesus	Não dirigido	1051062	P-P		792,0	P<--->P
brasil	cristo	Não dirigido	1051063	P-P		792,0	P<--->P
brasil	financeiro	Não dirigido	1051035	P-P		627,0	P<--->P
brasil	comunista	Não dirigido	1051072	P-P		544,0	P<--->P
brasil	justiça	Não dirigido	1051059	P-P		538,0	P<--->P
brasil	ladrão	Não dirigido	1051061	P-P		532,0	P<--->P
brasil	econômico	Não dirigido	1051041	P-P		527,0	P<--->P
país	povo	Não dirigido	1050914	P-P		464,0	P<--->P

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Nesse sentido, pode-se considerar que os textos analisados, atribuem a população, relevância significativa no processo de tomada de decisão das questões políticas do país, sendo assim, infere-se que a população que faz parte do território brasileiro, deve estar alinhada com os pedidos de intervenção contra a implantação do comunismo, a favor da justiça e contra a corrupção e os ladrões. Em vista disso, segmentos da população que não estão alinhados a esses princípios, não são considerados como povo. O discurso da nova direita, evidencia essa perspectiva ao se colocarem contra qualquer posição política que almeje justiça social, valores defendidos pelo feminismo e a constante defesa dos valores ocidentais (GULLIVER-NEEDHAM, 2018; STEFANONI, 2021).

Esse discurso logo se converte em um mantra dos conservadores, pois, todos que trabalham pela implementação de uma sociedade mais justa, que abranja demandas de minorias como a comunidade LGBTQIA+, negros, indígenas, entre

outros, que são pilares de um sistema democrático, são taxados de comunistas, assim como durante a ditadura (MOTTA, 2021; SETEMY, 2020), logo, não são considerados povo. Essas narrativas que permeiam o imaginário da extrema-direita, está alicerçada no discurso de combate ao marxismo cultural, um substrato do comunismo (STEFANONI, 2021). Assim sendo, por meio dos pedidos de intervenção militar, se autoriza uma reedição da Doutrina de Segurança Nacional que teria essa parcela da sociedade como seu principal destinatário (BAUER, 2011), ou seja, para os defensores da intervenção militar, violência e tortura, são argumentos entendidos como válidos para combater um mal maior (KEHL, 2010).

Quando se analisa o nó com a tarja corrupto, percebe-se que sua relação mais intensa é com o elemento Brasil, seguido de povo, república e país, bem como, comunista, justiça e ladrão, como indica a tabela 34, que apresenta as informações contidas no laboratório de dados do *Gephi*. Novamente, utiliza-se as informações das colunas origem e destino, bem como, a relação palavra (P) – palavra (P) encontradas na fileira *Label* e o peso identificado no sítio *weight*.

Figura 35 - Informações relacionadas a corrupção.

Origem	Destino	Tipo	Id	Label	Interval	Weight	MMNT-EdgeType
país	brasil	Não dirigido	1050910	P-P		1691.0	P<--->P
brasil	povo	Não dirigido	1051001	P-P		1620.0	P<--->P
brasil	corrupto	Não dirigido	1051060	P-P		1600.0	P<--->P
povo	corrupto	Não dirigido	1051375	P-P		302.0	P<--->P
república	corrupto	Não dirigido	1052182	P-P		293.0	P<--->P
povo	estado	Não dirigido	1051351	P-P		290.0	P<--->P
república	reino	Não dirigido	1052188	P-P		288.0	P<--->P
brasil	deus	Não dirigido	1051065	P-P		273.0	P<--->P
povo	reino	Não dirigido	1051381	P-P		270.0	P<--->P
corrupto	republicar	Não dirigido	1053692	P-P		270.0	P<--->P
reino	republicar	Não dirigido	1053762	P-P		270.0	P<--->P
país	corrupto	Não dirigido	1050973	P-P		268.0	P<--->P
brasil	quartel	Não dirigido	1051071	P-P		268.0	P<--->P
povo	nação	Não dirigido	1051363	P-P		258.0	P<--->P
país	reino	Não dirigido	1050979	P-P		252.0	P<--->P
república	republicar	Não dirigido	1052189	P-P		240.0	P<--->P
república	estado	Não dirigido	1052158	P-P		239.0	P<--->P
brasil	senado	Não dirigido	1051031	P-P		232.0	P<--->P
povo	republicar	Não dirigido	1051382	P-P		225.0	P<--->P
estado	corrupto	Não dirigido	1053178	P-P		224.0	P<--->P
corrupto	comunista	Não dirigido	1053697	P-P		112.0	P<--->P
povo	constituição	Não dirigido	1051360	P-P		111.0	P<--->P
povo	justiça	Não dirigido	1051374	P-P		111.0	P<--->P
justiça	corrupto	Não dirigido	1053667	P-P		111.0	P<--->P
corrupto	ladrão	Não dirigido	1053686	P-P		110.0	P<--->P

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Trata-se de uma caracterização, em que o país é corrupto, assim como, sua população, por esse motivo, os comunistas e ladrões se beneficiam, pois, a justiça também está corrompida pelo do marxismo cultural (STEFANONI, 2021), que se espalhou por todas as esferas da administração pública. Aqui, percebe-se que o elemento de salvação da nação, é justamente os militares que não fazem parte da maioria corrupta do país. Este argumento está evidenciado no texto do Giordani

(1986), no qual ele afirma que somente os militares tem características capazes de liderar a nação contra os males da corrupção.

O discurso nacionalista, o qual tem a centralidade no Brasil e seus sinônimos, anuncia que para salvar a nação da corrupção, que é uma prática de comunistas e ladrões, que se infiltraram nas instituições democráticas (ROCHA, 2021). A população deve ser fiadora de uma nova intervenção militar, cujos militares, estariam autorizados a eliminar o Estado de Direito em prol de uma causa maior. Assim, percebe-se que para esse grupo, prevalece uma cultura política autoritária, que vai além da esfera política, pois está incorporada na mentalidade de parte da população (CHAUÍ, 1995). Para essas pessoas, a visão do outro é entendida como uma afronta a seus valores, qualquer sujeito que não esteja de acordo com essa base ideológica, encontra-se contaminado pelo marxismo cultural, por conseguinte, a normalidade da ordem deve ser restaurada, mesmo que seja pelo uso da força.

Outro ponto que merece atenção, diz respeito a relevância que os nós, príncipe, principado e reino ocupam na comunidade. Aqui, é passível constatar que em algumas postagens, a forma de salvar o país, se encontra no retorno da monarquia como forma de governo, isso significa que a cultura política coloquial está vinculada a perspectivas tradicionais de governo (ALMOND; VERBA, 1989, apud CERRI, 2021, p. 58). A cultura histórica, que é o campo em que o sujeito atribui sentido ao tempo, por meio da interpretação do mundo e de si mesmo (RÜSEN, 2010), retoma o imaginário glorioso do passado imperial, para instaurar a pacificação militar da nação, para manter ou restaurar a ordem, bem como, garantir a estabilidade, a unidade e a continuidade, cujos membros desses grupos, buscam reviver um passado utópico (KALIL et al., 2018).

Para uma parcela da sociedade, a esquerda, a ala da igreja católica ligada a Teologia da Libertação e o debate público, colocam o futuro em xeque, isto é, o porvir é tido como distópico (KALIL et al., 2018). Como esses elementos fazem parte da cultura política participante, representada no Brasil pelo modelo republicano democrático, o que os grupos questionam, é a legitimidade da república, e conseqüentemente, tudo o que ela representa.

Embora não seja central, existem outros elementos da narrativa que cabe comentar, dentre elas as menções a elementos do cristianismo, contidos nos nós, como Jesus, Cristo e Deus. Acredita-se, que faça referência ao fato de que parte desta comunidade, acredita que o Brasil é um país cristão e, portanto, o processo de

purificação da nação deve passar pela reinserção do cristianismo como aspecto central da moralidade da sociedade. Assim sendo, é preciso defender a tradição ocidental que tem na fé cristã, um de seus alicerces contra a influência do marxismo cultural (STEFANONI, 2021), pois, o avanço desse mal tem destruído a moralidade de nossa sociedade.

Se na esfera moral aparece o cristianismo como referência, quando é buscado analisar as instituições e sujeitos alinhados com o processo de limpeza da nação, nos deparamos com os seguintes autores: Exército, general e quartel, símbolos de honestidade para parte significativa da sociedade brasileira (GIORDANI, 1986). Portanto, o prestígio dos setores militares, contidos na opinião pública, reflete na comunidade *online*. Em alguma medida, isso pode soar clichê, mas ao analisar com quais nós, o nó Exército possui maior grau de proximidade, é possível observar que, primeiramente, estão as questões que envolvem a nação, o país, o povo e a Lei, em seguida, aparece a narrativa anticomunista, os bandidos, a liberdade, as instituições democráticas e a eleições.

É compreensível que a cultura histórica, expressada por essas pessoas, retoma as narrativas em que os militares por meio dos atos de bravura salvaram o Brasil da violência promovida pela esquerda, bem como, evitaram que o comunismo tomasse as instituições do país (GIORDANI, 1986). Justamente, por isso, o Exército representa um ideal de patriotismo, seguido de características positivas como honestidade e proteção da nação. C. então, ao Exército, combater o comunismo, a bandidagem, garantir a liberdade, administrar as instituições democráticas, e por fim, assegurar a lisura ou abalizar a confiabilidade das eleições (MOTTA, 2021)

Partindo do exposto acima, conclui-se que na comunidade semântica apresentada, há predomínio de uma narrativa nacionalista, na qual, toda a trama contida, encontra-se permeada por um discurso de detrimento da sociedade civil em relação as Forças Armadas, em que fica evidente que a representação máxima da perspectiva nacionalista é simbolizada pelos militares. Em contrapartida, a sociedade civil simboliza o que há de pior para o país, cabe a essa, a função de enaltecer os militares para que o mesmo seja encarregado de expurgar do país, o comunismo que tem na democracia, sua forma de angariar poder, e com isso, propagar sua ideologia nefasta. Portanto, em nome de proteger a nação da destruição que o comunismo causará, as Forças Armadas são convocadas a interferir no funcionamento das instituições democráticas, bem como, validar o processo eleitoral.

Observa-se que o discurso nacionalista, domina uma comunidade semântica, logo seria necessário entender, de quais autores a narrativa é emanada. Para isso, aplica-se aqui, a função de grau ponderado no *Gephi* e o resultado é contido no grafo abaixo.

Figura 36 - Autores ou atoras que publicaram os principais textos ênfase nacionalista.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Com o auxílio do grafo, percebe-se que as postagens portadoras da mensagem nacionalista, têm como origem, quatro autores. Importante ressaltar que entre as 20 postagens com maior engajamento, tem narrativas que foram postadas por mais de um perfil, no entanto, os autores dos textos foram citados na publicação. Edivan Ferreira e Edvian Ferreira dos Santos são os mesmos sujeitos, em resumo, dos 20 textos estudados aqui, o discurso nacionalista predomina nas narrativas de três autores. Embora sejam produzidos por apenas três pessoas, não podemos descartar a importância dessas narrativas, pois são elas que possuem o maior engajamento de toda a rede estudada.

3.3.4 Antipolítica como elemento político.

Se na primeira comunidade, os elementos textuais destacados estavam relacionados as questões que versam sobre o nacionalismo, a segunda comunidade está alicerçada em uma visão política que almeja depreciar instituições e sujeitos que participam da política institucional. A partir do grafo seguinte, buscar-se-á analisar quais sentidos estão incutidos nas narrativas das postagens de maior engajamento.

Figura 38 - Informações sobre o origem, destino, peso e significados da palavra ética.

Origem	Destino	Tipo	Id	Label	Interval	Weight	MMNT-EdgeType
ética	público	Não dirigido	1051602	P-P		1224.0	P<--->P
público	político	Não dirigido	1051821	P-P		1148.0	P<--->P
público	política	Não dirigido	1051818	P-P		1048.0	P<--->P
ética	político	Não dirigido	1051627	P-P		938.0	P<--->P
público	partido	Não dirigido	1051798	P-P		863.0	P<--->P
corrupção	público	Não dirigido	1051660	P-P		862.0	P<--->P
ética	política	Não dirigido	1051624	P-P		858.0	P<--->P
público	educação	Não dirigido	1051825	P-P		849.0	P<--->P
política	político	Não dirigido	1052916	P-P		821.0	P<--->P
dirceu	público	Não dirigido	1051471	P-P		754.0	P<--->P
ética	partido	Não dirigido	1051604	P-P		703.0	P<--->P
ética	corrupção	Não dirigido	1051600	P-P		702.0	P<--->P
ética	educação	Não dirigido	1051631	P-P		702.0	P<--->P
lula	público	Não dirigido	1051405	P-P		683.0	P<--->P
partido	político	Não dirigido	1051964	P-P		678.0	P<--->P
corrupção	político	Não dirigido	1051685	P-P		674.0	P<--->P
público	brasileiro	Não dirigido	1051799	P-P		668.0	P<--->P
político	educação	Não dirigido	1053037	P-P		649.0	P<--->P
público	governo	Não dirigido	1051797	P-P		648.0	P<--->P
corrupção	política	Não dirigido	1051682	P-P		634.0	P<--->P
partido	política	Não dirigido	1051961	P-P		626.0	P<--->P
dirceu	ética	Não dirigido	1051468	P-P		624.0	P<--->P
lula	ética	Não dirigido	1051402	P-P		558.0	P<--->P
ética	brasileiro	Não dirigido	1051605	P-P		546.0	P<--->P
lula	político	Não dirigido	1051430	P-P		530.0	P<--->P
dirceu	política	Não dirigido	1051493	P-P		530.0	P<--->P
brasileiro	político	Não dirigido	1052033	P-P		522.0	P<--->P
ética	governo	Não dirigido	1051603	P-P		521.0	P<--->P
corrupção	partido	Não dirigido	1051662	P-P		517.0	P<--->P
governo	político	Não dirigido	1051891	P-P		516.0	P<--->P
corrupção	educação	Não dirigido	1051689	P-P		489.0	P<--->P
governo	política	Não dirigido	1051888	P-P		489.0	P<--->P
partido	educação	Não dirigido	1051968	P-P		487.0	P<--->P
militar	público	Não dirigido	1050621	P-P		486.0	P<--->P
brasileiro	política	Não dirigido	1052030	P-P		484.0	P<--->P
ética	lava jato	Não dirigido	1051621	P-P		470.0	P<--->P
ética	roubar	Não dirigido	1051610	P-P		469.0	P<--->P
ética	petista	Não dirigido	1051619	P-P		468.0	P<--->P
ética	nacional	Não dirigido	1051636	P-P		468.0	P<--->P

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Os componentes com maior grau de inter-relação, diz respeito ao público e a ética, devido ao período em que está sendo analisado. É possível supor então, que se trata de uma forma de questionamento ao público, que é espaço degradado por meio da infiltração dos valores comunistas (ROCHA, 2021), bem como, o avanço do marxismo cultural propagado pela esquerda, expresso por meio das personalidades de José Dirceu e Luís Inácio Lula da Silva, que se apropriou do setor público e promoveu a ausência da ética (STEFANONI, 2021). O que está posto é uma forma de depreciar o setor público, o qual encontra-se dominado por políticos, partidos e uma cultura política que não condiz com as aspirações desse grupo.

Além do mais, percebe-se que a ética está interligada com alguns componentes que comumente são taxados de antiéticos nos discursos que pedem intervenção militar. Partidos políticos, políticos, educação, corruptos, José Dirceu, Lula e parte dos brasileiros não são éticos ou são responsáveis por destruir a ética. Entende-se assim, que a crise política vivenciada no Brasil nas últimas décadas, que teve o auge na efetivação do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, possibilitou que elementos da memória coletiva, antes subterrâneo (POLLAK, 1989), emergissem. A instabilidade política abriu espaço para que a extrema-direita por meio da propagação de narrativas reacionárias, questionasse a cultura histórica predominante.

A extrema-direita utilizou a *internet* como veículo de divulgação de seus discursos (STEFANONI, 2021), a proliferação das explicações históricas reacionárias por meio das mídias sociais, produziu impacto na vida prática dos sujeitos. Este fenômeno não se restringiu ao ciberespaço, pois implicou em ações antidemocráticas em diversas partes do Brasil, a partir do ano de 2018. Portanto, ao estudar os sentidos contidos nas narrativas *online*, busca-se compreender quais perspectivas históricas orientam o agir das pessoas, esse movimento é caracterizado como pesquisa *online* em comunidades (KOZINETS, 2014).

Os discursos contidos nessas mídias sociais, indicam que a partir da crise das instituições democráticas brasileiras, se instaurou um processo de reflexão que promoveu questionamento sobre a identidade e a coesão da sociedade. Tomando como referência os estudos de Jelin (2001), isso provocou reinterpretações sobre o passado que culminou com uma série de revisionismo sobre o sistema democrático e a ditadura. Esses grupos se apegaram a narrativas que almejam uma cultura política autoritária que teve seu auge durante a ditadura, não é por acaso que o grupo que está no poder, nega a existência da ditadura (ROCHA, 2021). Assim sendo, a democracia e seus representantes contaminados pela ideologia de esquerda, são ameaças constates que devem ser subjugadas pelos militares que são os verdadeiros guardiões da democracia (GIORDANI, 1986).

Seguindo essa lógica, a Operação Lava Jato¹⁹ é colocada pelos autores como uma forma de combater o roubo e reestabelecer a ética nos espaços públicos. A extrema-direita se utilizando dessa operação, cria narrativas que personificam a corrupção, e ela deixa de ser da administração pública e passa a ser uma característica dos membros da esquerda nacional, quem tem em Lula seu principal representante político, Dirceu como um dos principais quadros do Partido dos Trabalhadores (PT) também se torna alvo da personificação. Soma-se a isso, a denominação pejorativa petista que engloba cidadãos que apoiam o PT, logo, o termo petista passou a designar qualquer pessoa que não compactue com as ideias da extrema-direita.

Em última análise, petista significa tudo o que é oposição ao projeto de poder que está em andamento. Novamente, tem-se assim, a Doutrina de Segurança

¹⁹ Deflagrada em março de 2014, tinha como objetivo investigar um grande esquema de corrupção e lavagem de dinheiro público envolvendo a Petrobras, empreiteiras e políticos do país. (CIOCCARI, 2015)

Nacional, que guiou boa parte das ações do período ditatorial, a referência para a extrema-direita, isso significa que como os petistas não são considerados cidadãos podem ser alvo do terror promovido pelo Estado, como ocorrido entre às décadas de 1960 e 1980 (BAUER, 2011). Essas são justificativas para os pedidos de intervenção militar, podemos então, concluir que de modo geral, as narrativas propõem a suspensão ou extinção da cultura política participante que predomina no país (ALMOND; VERBA, 1989, apud CERRI, 2021, p. 58).

Por outro lado, um discurso que tem grande engajamento, é justamente, que a educação se encontra contaminada por ideologias que não representam os valores defendidos pelos membros dos grupos, ou seja, a educação foi deturbada pela política petista. São os valores da esquerda ou do comunismo que produziram uma grave crise na educação pública brasileira, isso comprova que o ideário conservador militar dos 1980, é coerente, pois, enquanto a esquerda existir o Brasil não terá paz (GIORDANI, 1986).

Nesse sentido, é urgente que a população lute por uma educação que tenha como princípio, valores propagados pelos militares, por conseguinte, a intervenção militar ganha um sentido educacional, o qual tem como objetivo, mudar a estrutura contida na esfera da educação pública vigente, que para alcançar tal propósito as Forças Armadas, estão autorizadas a perseguir e eliminar esses inimigos (ROCHA, 2021).

Essa narrativa de que a educação pública foi cooptada pela esquerda, começou a ser denunciado a partir de 2004 quando o Movimento Escola Sem Partido²⁰, a iniciativa divulgava que escolas e professores trabalhavam em prol de um projeto que visava promover a ideologia de esquerda para todos os estudantes do país, ou seja, a educação pública implementada pelo PT, busca promover os valores comunistas por meio do marxismo cultural (STEFANONI, 2021). Segundo Gulliver-Needham (2018), a extrema-direita é contra políticas públicas que pregam justiça social e a igualdade de gênero, a escola ao abordar tais temáticas está atuando em favor da disseminação desses valores que questionam a cultura burguesa pautada na família,

²⁰ Fundado pelo advogado Miguel Nagib com objetivo de combater e/ou auxiliar pais e estudantes que queiram denunciar a doutrinação ideológica de esquerda que acontece em escolas públicas e privadas de todo o país. Bem como, orientar o comportamento para lidar com o problema da doutrinação ideológica cometida por professores e instituições escolares. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 15/12/2022.

na propriedade privada e no cristianismo (STEFANONI, 2021), com isso, se afasta do caminho mais promissor para se chegar a liberdade (ROTHBARD, 2016).

O movimento ganhou notoriedade ao longo da última década e chegou a ter suas pautas aprovadas em projetos de Leis em alguns municípios e no estado de Alagoas, no entanto, O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou as Leis inspiradas no Escola Sem Partido inconstitucional. Porém, mesmo considerada inconstitucional, o Movimento Escola Sem Partido tem incentivado pais e estudantes, a denunciarem supostas doutrinações, as disciplinas de humanas acabam sendo o principal alvo dos ataques.

Se na cultura política, esses grupos defendem a supressão da democracia, no aspecto educacional, que tem na escola, o principal espaço de socialização do conhecimento histórico-político entre crianças e jovens (CERRI, 2021), a extrema-direita defende que é preciso combater a educação escolar que almeja contribuir para a formação de uma consciência histórica genética, que é mais compatível com a cultura política participativa/democrática (CERRI, 2021). Vale ressaltar que a cultura política não é fruto único e exclusivo da educação escolar, a família, grupos sociais, meio de trabalho e as mídias são determinantes na difusão de representações normatizadas de uma cultura política (BERSTEIN, 1998). No entanto, a escola é o aparato institucional que alcança a grade maioria das crianças e jovens, por isso é estratégica.

Por meio do grafo e das informações contidas no laboratório de dados, pode-se afirmar que a esquerda que tem como representantes Lula e José Dirceu promove uma forma de fazer política que carece de ética, assim sendo, os políticos que estão alinhados com a ideologia de esquerda, são desprovidos de valores éticos, ou seja, são corruptos, pois roubaram ou receberam propina durante o período que estavam no poder, justamente por isso, devem ser punidos com a privação de sua liberdade. Esse discurso pautou parte do noticiário ao longo dos anos que antecederam a eleição de 2018, e sem dúvidas, foi um dos grandes influenciadores de uma nova pauta política, que propunha o punitivismo como forma de acabar com a impunidade na política brasileira. O qual não é necessário comprovar as denúncias para punir, basta anunciar que existe crime que o acusado, se for membro da esquerda, é considerado culpado.

Quando a sociedade suprime a necessidade de provas para considerar alguém culpado por determinados crimes, assume a lógica comum do ciberespaço em que

curtidas e compartilhamentos substituem a necessidade de comprovação científica (LANEIR, 2018). Assim sendo, a experiência vivida nas redes sociais passa a fazer parte do comportamento cotidiano, demonstrando que os meios de comunicação mediado por computadores são capazes de criar novas demandas na sociedade ao contribuir com a formação da consciência histórica dos sujeitos que condicionará seu agir no tempo, por meio da pesquisa *online* em comunidades estudam esses fenômenos que transcendem o ciberespaço (KOZINETS, 2014).

Se dentro do campo da esquerda ou do campo oposto, estão sujeitos, instituições e partidos que promovem a desordem das instituições e da sociedade. No outro extremo, é encontrado os militares que são detentores de uma moral ilibada, exatamente por isso, cabe as Forças Armadas impor valores defendidos pelos membros do grupo para toda a sociedade como ocorrido em 1964 (GIORDANI, 1986; SALES, 2009; ALMADA, 2021; MOTTA, 2021; ROCHA, 2021). Isso deve atingir partidos políticos, a política, a educação e o governo. A Lava Jato aqui, aparece como uma extensão da moralidade militar, portanto, é por meio dessa operação que os militares estariam autorizados a combater os males causados pelos “petistas” e pela esquerda.

Desta forma, os militares estão lutando contra um sistema corrompido pela esquerda que conseguiu contaminar a população. Para combater tal enfermidade se autoriza a destruição da democracia, pois ela não atende as demandas da sociedade (ROCHA, 2021). Posto isso, considera-se que as narrativas encontradas dialogam com os pressupostos militares difundidos a partir da década de 1960, no qual as Forças Armadas impuseram um regime ditatorial para combater um mal maior, agora não mais o comunismo, mas sim, o marxismo cultural que contagia todos os espaços democráticos do país (GIORDANI, 1986; ROCHA, 2021; STEFANONI, 2021).

Em decorrência das análises promovidas é possível identificar que para essas pessoas, nossa sociedade vivem uma crise ética e moral, instituída pelas forças de esquerda que afeta tanto as instituições políticas quanto a educação, é nesses momentos de crise que pode haver o questionamento da cultura histórica e com isso o revisionismo histórico (JELIN, 2001). Essa crise sem precedentes, e demanda medidas urgentes, e essas medidas têm como referência, os anos em que predominou no Brasil, o período ditatorial, ou seja, a intervenção militar é uma forma de reação a crise promovida pelos agentes da sociedade civil e a democracia como ocorrido em meados de 1960 (GIORDANI, 1986).

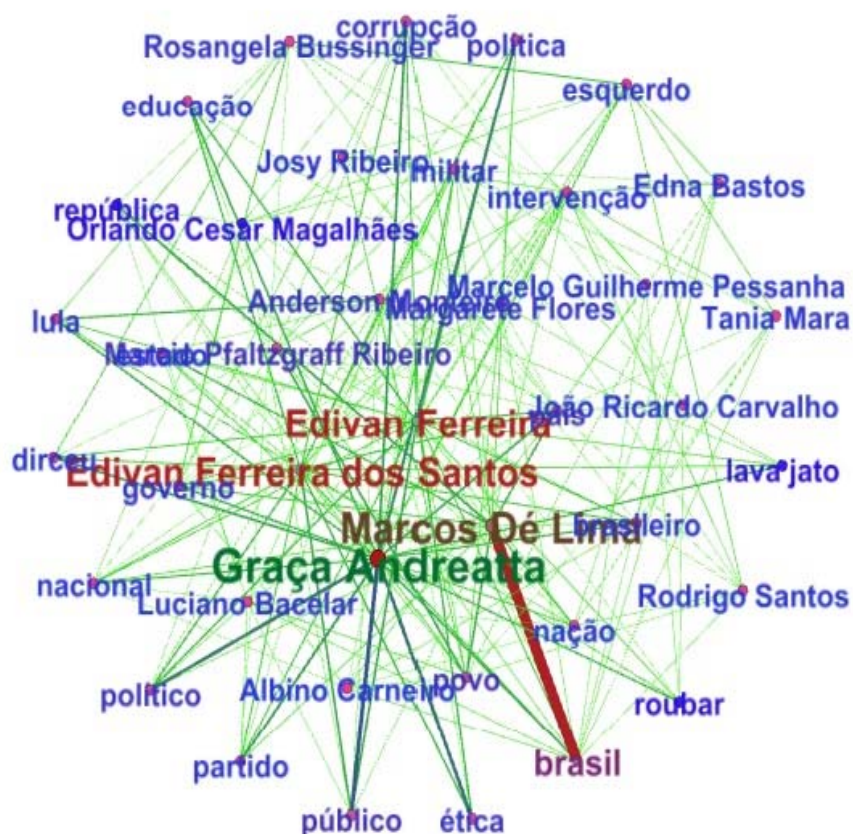
Em suma, o que se pede por meio de uma perspectiva antipolítica, é o fim do sistema político vigente, a democracia, isso evidencia que o autoritarismo não é apenas uma forma de governo, mas sim, um traço da nossa sociedade (CHAUI, 1995). Em vista disso, podemos considerar que no corpo social existe traços de uma cultura política não democrática que coexiste com a institucionalidade democrática, ou seja, as ações práticas não são puramente democráticas, tampouco, puramente autoritárias (AVRITZER, 1995). Logo, no interior da nação, existe uma pluralidade de culturas políticas que possuem áreas de valores partilhados (BERSTEIN, 1998). A partir das eleições de 2018, se inicia uma disputa que almeja consolidar uma cultura histórica dominante a qual deve legitimar a cultura política de sujeição.

Como o ensino de história é o principal responsável pela socialização histórico-política nas instituições públicas de ensino básico (CERRI, 2021), acredita-se que os discursos proferidos pela extrema-direita insinuam que a escola é utilizada como aparato do Estado para difundir o marxismo cultural. Dessa forma, a extrema-direita tenta garantir que o ensino de história não contribua para a formação de uma consciência histórica que fomente a geração de sentido genética, pois a mesma se aproxima de uma cultura política participante por estar associada a perspectiva democrática (CERRI, 2021). Portanto, se a cultura histórica é a representação coletiva da consciência histórica (ALVES, 2013), em momentos de crise, como o que vivemos, para que haja a reinterpretação do passado para legitimar a consolidação de uma cultura histórica dominante, é fundamental deturpar narrativas que desmistifiquem o passado heroico dos militares. Para estabelecer essa perspectiva, os representantes da extrema-direita negam a existência da ditadura (ROCHA, 2021), bem como, qualificam como revanchista qualquer iniciativa que almeje responsabilizar os militares pelos crimes cometidos contra a humanidade durante o período ditatorial (ALMADA, 2021), os ataques a Comissão Nacional da Verdade (CNV) por militares conservadores evidencia essa posição.

Setores da sociedade e alas militares conservadoras continuam utilizando as políticas de transição, pautadas na teoria da reconciliação nacional para garantir o silêncio e o esquecimento sobre o passado traumático produzido pela ditadura (GRECO, 2009). As demandas pela volta dos militares, com eles a cultura política de sujeição, por parte da sociedade demonstram que as políticas de silenciamento e desmemoria que impediram a realização do luto histórico produziram recalques coletivos que buscam produzir repetições sinistras desse passado (KEHL, 2010), ou

seja, a crise da cultura política participante que exigiu novas explicações da cultura histórica traz consigo as manifestações do trauma histórico decorrentes da ditadura (JELIN, 2001).

Figura 39 - Antipolítica: autores centrais.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Para finalizar a análise dessa comunidade, busca-se por meio da aplicação do Grau Ponderado, entender quais autores são responsáveis pela maior parte das publicações que envolvem o tema. Para que seja mais fácil visualizar as informações que foram obtidas, o resultado será apresentado por meio de imagem. São 17 perfis ou autores que aparecem como produtores ou divulgados dos discursos que enaltecem a antipolítica como forma de produzir política.

Figura 40 - Importância do autor para a rede.

Id	Label	Interval	nat	Grau	Grau p...	Eccentr...	Closeness Ce...	Harmonic Closeness...	Betweenness C...	Authority	Hub	PageRank	Compon...	Modularit...	Inferred ...	Node Color M...
0_Graça Andreatta	Graça A...	A	67	490.0	3.0	0.61326	0.762763	1002.663276	0.405121	0.181086	0.054296	0	4	0	red	
0_Marcos Dé Lima	Marcos ...	A	38	366.0	3.0	0.464435	0.588589	1063.869831	0.20043	0.089591	0.039021	0	1	0	red	
0_Edivan Ferreira dos Santos	Edivan ...	A	67	270.0	3.0	0.61326	0.762763	1002.663276	0.405121	0.181086	0.054296	0	4	0	red	
0_Edivan Ferreira	Edivan ...	A	67	270.0	3.0	0.61326	0.762763	1002.663276	0.405121	0.181086	0.054296	0	4	0	red	
brasil	brasil	P	15	151.0	3.0	0.526066	0.561562	141.756717	0.077085	0.172451	0.012054	0	1	0	blue	
país	país	P	18	73.0	3.0	0.541463	0.57958	188.552151	0.086581	0.193696	0.014158	0	4	0	blue	
0_Marcio Pfaltzgraff Ribeiro	Marcio ...	A	34	73.0	3.0	0.449393	0.564565	362.866651	0.207147	0.092594	0.027893	0	2	0	red	
povo	povo	P	14	72.0	3.0	0.521127	0.555556	113.110582	0.074136	0.165854	0.011276	0	2	0	blue	
público	público	P	8	72.0	4.0	0.47234	0.508258	43.634527	0.05033	0.112598	0.007127	0	4	0	blue	
político	político	P	8	60.0	4.0	0.47234	0.508258	44.241363	0.052331	0.117074	0.007139	0	4	0	blue	
0_Anderson Monteiro	Anders...	A	25	59.0	3.0	0.418668	0.510511	267.113941	0.138497	0.061907	0.021628	0	0	0	red	
política	política	P	7	54.0	4.0	0.464435	0.5	33.739564	0.050253	0.112424	0.0064	0	4	0	blue	
ética	ética	P	4	53.0	4.0	0.406593	0.45045	5.11758	0.034558	0.077312	0.004138	0	4	0	blue	
governo	governo	P	12	53.0	4.0	0.506849	0.541291	91.152342	0.061851	0.138372	0.009984	0	4	0	blue	
0_Margarete Flores	Margar...	A	27	52.0	3.0	0.425287	0.522523	297.116689	0.167539	0.074809	0.023172	0	3	0	red	
corrupção	corrupç...	P	10	51.0	4.0	0.484716	0.522523	68.535278	0.055079	0.123222	0.008561	0	4	0	blue	
0_Rosângela Bussinger	Rosang...	A	20	51.0	3.0	0.403636	0.48048	125.659916	0.119493	0.053413	0.016626	0	3	0	red	
partido	partido	P	9	47.0	4.0	0.480519	0.516517	53.596422	0.052411	0.117252	0.007865	0	4	0	blue	
esquerdo	esquerdo	P	10	46.0	4.0	0.449393	0.502252	40.067079	0.057115	0.127775	0.008258	0	3	0	blue	
0_Luciano Bacelar	Luciano...	A	28	46.0	3.0	0.428571	0.528529	217.972087	0.178243	0.079674	0.023031	0	2	0	red	
militar	militar	P	19	45.0	2.0	0.546798	0.585586	205.695557	0.088898	0.198879	0.014874	0	4	0	blue	
lula	lula	P	6	45.0	4.0	0.428571	0.473724	16.027557	0.040428	0.090444	0.005578	0	0	0	blue	
brasileiro	brasileiro	P	11	44.0	4.0	0.502262	0.535285	74.235933	0.062993	0.140925	0.009132	0	4	0	blue	

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

No entanto, de acordo com as informações contidas no laboratório de dados, tabela 39, percebe-se que quatro autores, identificados pela letra A na coluna NAT, são responsáveis por grande parte do movimento da rede, como pode-se constatar na coluna Grau Ponderado, que indica o número de conexões estabelecidas entre autores (A) e palavras (P).

Figura 41 - Conexões estabelecidas entre autos (origem) e texto (destino).

Origem	Destino	Tipo	Id	Label	Interval	Weight
0_Marcos Dé Lima	brasil	Não dirigido	1049610			88.0
0_Graça Andreatta	público	Não dirigido	1048866			31.0
0_Graça Andreatta	ética	Não dirigido	1048860			26.0
0_Graça Andreatta	político	Não dirigido	1048954			24.0
0_Graça Andreatta	política	Não dirigido	1048941			22.0
0_Graça Andreatta	corrupção	Não dirigido	1048861			18.0
0_Graça Andreatta	partido	Não dirigido	1048869			18.0
0_Edivan Ferreira	público	Não dirigido	1049357			16.0
0_Edivan Ferreira dos Santos	público	Não dirigido	1048597			16.0
0_Graça Andreatta	dirceu	Não dirigido	1048858			16.0
0_Marcio Pfaltzgraff Ribeiro	povo	Não dirigido	1050080			16.0
0_Marcos Dé Lima	república	Não dirigido	1049647			16.0
0_Graça Andreatta	brasil	Não dirigido	1048850			15.0
0_Graça Andreatta	educação	Não dirigido	1048974			15.0
0_Graça Andreatta	país	Não dirigido	1048849			15.0
0_Marcos Dé Lima	povo	Não dirigido	1049627			15.0
0_Graça Andreatta	lula	Não dirigido	1048857			14.0
0_Marcos Dé Lima	país	Não dirigido	1049658			14.0
0_Edivan Ferreira	ética	Não dirigido	1049351			13.0
0_Edivan Ferreira dos Santos	ética	Não dirigido	1048591			13.0
0_Graça Andreatta	governo	Não dirigido	1048867			13.0
0_Anderson Monteiro	lula	Não dirigido	1050027			12.0
0_Edivan Ferreira	educação	Não dirigido	1049465			12.0

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A tabela 40, exemplifica por meio das colunas, origem e destino, quais autores são responsáveis por quais narrativas, e a relevância do autor para o texto está expressa na coluna *weight*. Por meio da análise das imagens 39 e 40, constata-se que os textos que possuem maior engajamento, são produzidos ou divulgado por um pequeno número de pessoas, no entanto, isso não exclui a relevância dessas

postagens, pois a partir da lógica estabelecida nas redes sociais em que o engajamento é mais importante do que o fato em si (DIJCK, 2016; LANEIR, 2018). O que está posto é que indiferentemente da participação de todos os membros do grupo são esses textos que dão sentido as narrativas de pedido de intervenção.

3.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE OS SENTIDOS HISTÓRICOS EVOCADOS E A CULTURA POLÍTICA MOBILIZADA.

As análises realizadas até o momento, nos permite compreender que os comentários contidos nos grupos estudados possuem narrativas pautadas em palavras de ordem. Essa estrutura textual, não busca respaldo em argumentos, apenas reproduz as palavras chaves com significados em si mesmo. Isto é, os sentidos históricos não são referenciados por elementos históricos. Portanto, antes de entrar, propriamente, na relação estabelecida entre sentido histórico e cultura política mobilizada, ressaltamos que apesar do grande número de membros dos grupos, pouco mobilizam as discussões. Dito isto, o que temos são discursos pautados em uma verdade absoluta, essa verdade é guiada por dois princípios chaves: nacionalismo e antipolítica.

A defesa do nacionalismo se dá por meio de uma série de palavras que indicam que a democracia é um sistema falho, em contrapartida, a ditadura é o melhor sistema político para o país. Assim sendo, a cultura política evocada é baseada em um esquema de sujeição (ALMOND; VERBA, 1989, apud CERRI, 2021), que pressupõe a centralidade do poder político nas mãos de um pequeno grupo, neste caso, os militares.

Essa visão antagoniza com os pressupostos da democracia, consequência disto, grande volume dos textos, promovem ataques a democracia, suas instituições e seus representantes. As justificativas históricas para a depreciação da democracia estão alinhadas com os princípios de grupos militares que foram produzidos ao longo da década de 1980, dentre eles, destaca-se o anticomunismo.

Os integrantes dos grupos entendem o comunismo como um conjunto de valores que visa destruir os valores ocidentais como família, propriedade privada e cristianismo (GULLIVER-NEEDHAM, 2018; STEFANONI, 2021). Na busca de salvar esses valores que estão sempre em perigo, os membros do grupo recorrem a retórica militar que justifica a tomada do poder em 1964 como uma reação ao avanço do comunismo conduzido pela esquerda brasileira (GIORDANI, 1986). Para defender tais

tradições, os militares, considerados heróis nacionais para essa parte da sociedade, estão autorizados a destruir tudo o que pode representar algum perigo ao *status quo*.

Assim sendo, o discurso político da extrema-direita assume o compromisso de defender esses interesses, a partir disto, toda e qualquer tentativa de mudança do *status quo* passa a ser entendido como negativo. A extrema-direita, se apropria de um discurso histórico conservador em que pautas que versam sobre justiça social, feminismo e o politicamente correto são estratégias da esquerda para se apropriar do poder (GULLIVER-NEEDHAM, 2018; STEFANONI, 2021). Portanto, essas questões que são fundamentos do sistema democrático pautado em uma cultura política participante (ALMOND; VERBA, 1989, apud CERRI, 2021, p. 58), se convertem em um problema a ser combatido.

Essa perspectiva aglutina discursos que defendem a ações dos militares ao longo do período ditatorial. Por meio da análise dos textos, identificou-se que para essas pessoas os únicos capazes de conduzir a nação rumo ao progresso e a liberdade são os militares. No entanto, enquanto a esquerda existir o Brasil não terá paz e maturidade política (GIORDANI, 1986), assim sendo, os guardiões (militares) da ordem estão autorizados a destruir tudo o que diverge da cultura política dominante emanadas pelos discursos dos grupos.

Em última instância, o nacionalismo propagado nas narrativas retoma a perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional em que o principal alvo da violência do Estado é a fração da população que se opõe aos valores defendidos pela extrema-direita (BAUER, 2021). Nesse sentido, a democracia é vista como empecilho para o desenvolvimento, pois indica que todos e todas que vivem no território brasileiro são sujeitos de direito e devem ter seus direitos respeitados.

O resultado desse conjunto de valores que justificam o nacionalismo contidos nessas narrativas, expressam uma cultura política pautada na antipolítica. Por conseguintes sentidos históricos e cultura política mobilizadas são compartilhados entre os dois eixos. A fim de tornar o texto menos repetitivo, abordar-se-á dois aspectos distintos a categoria antipolítica em relação nacionalismo. Primeiro versa sobre a importância de a extrema-direita se inserir ou combater a exposição dos valores da esquerda no meio escolar, o segundo, por sua vez, versa sobre o marxismo cultural.

Entre as narrativas com maior engajamento nos grupos, algumas aludem ao sistema educacional, o qual está contaminado pela ideologia de esquerda. Assim

sendo, os governos Lula e Dilma (2002 – 2016) são os responsáveis pela introdução dos valores da esquerda no sistema público de ensino. Por meio da Movimento Escola Sem Partido, a extrema-direita mobilizou uma série de ações para denunciar professores e professoras que se utilizam da obrigatoriedade do ensino para propagar a ideologia de esquerda que é parte de um projeto que almeja implementar mudanças estruturais na sociedade brasileira.

O sistema público de ensino é entendido como braço ideológico dos governos petistas (esquerda) que buscam criar condições para a implementação dos valores comunistas, isto é, tudo que se opõe a extrema-direita. Esse processo se dá por meio da expansão do marxismo cultural, substrato do comunismo (STEFANONI, 2021). Novamente, são mobilizados sentidos históricos que supervalorizam o passado ditatorial em que os militares estiveram no poder para combater um mal maior, a esquerda (GIORDANI, 1986).

Embora, a maioria dos comentários sejam desprovidos de argumentos históricos, estudar os textos com maior engajamento nos permitiu encontrar estruturas argumentativas que estabelecem laços entre a cultura histórica dominante do período ditatorial com a cultura política demandada nos grupos. Evidencia-se assim, que para essas comunidades a democracia e suas instituições são, na verdade, substratos do comunismo, por esse motivo a necessidade da retomada do poder pelos militares. Assim como foi em 1964, o Brasil como conhecemos está em perigo, cabe aos militares que representam a que há de melhora na sociedade brasileira (GIORDANI, 1986) expurgar o comunismo e seus representantes. Para isso, estão autorizados a utilizar a força se necessário for, isso evidencia que em certos extratos da sociedade brasileira predomina uma cultura histórica autoritária (CHAUI, 1995).

Com as crises políticas construídas ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), alicerçadas na democracia, essas memórias subterrâneas vieram à tona (POLLAK, 1989) e reivindicam a hegemonia de uma nova cultura política pautada no autoritarismo. Em certa medida, o cenário atual indica que no interior da sociedade brasileira há uma disputa entre a cultura política de sujeição e a participativa (ALMOND; VERBA, 1989, apud CERRI, 2021, p. 58) pelo *status* de hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática escolhida para esta pesquisa, como descrito anteriormente, não é novidade para este pesquisador. No entanto, objeto e metodologia fazem parte das novidades que se apresentaram ao longo do processo. Além disso, utilizar fontes construídas a partir do ciberespaço, também é algo novo. Assim sendo, este trabalho demandou mudanças significativas em relação ao projeto original que visava estudar comparativamente como os currículos do ensino de História abordam a ditadura no Brasil e no Paraguai, isto é, somente o tema de pesquisa se manteve.

Com os questionamentos anunciados na introdução, adentra-se na pesquisa, o que constata-se a ausência de argumentos históricos para justificar os pedidos de intervenção militar. Praticamente todas as publicações, principalmente os comentários, eram palavras de ordem, e sendo publicadas por poucos perfis, a maioria dos membros não são atuantes. Isso não significa que essas publicações não influenciam na ação política desses sujeitos, pelo contrário, a lógica do curtir e compartilhar das mídias sociais substitui a necessidade de comprovação científica pelo grau de engajamento.

Já o principal elemento da cultura histórica utilizado para defender os pedidos de intervenção militar, se encontram alicerçados no anticomunismo. O qual corrompeu as instituições democráticas, tornando-as espaço de propagação dos ideais da esquerda. Comunismo é apresentado nos textos como um conceito amplo que engloba tudo com o que a extrema-direita não compactua ou tudo que contraria os valores propagados pela extrema-direita.

As publicações fazem poucas alusões diretas a ditadura, no entanto, o que contata-se é que o período é tido como exemplar para a história do país. Naquela época havia ordem e progresso, portanto, o Brasil que se espera para o futuro, é o passado ditatorial. Por outro lado, a democracia é entendida como um espaço deturpado pela corrupção o que demonstra que os civis não estão aptos a governar a Nação, assim sendo, os militares devem reassumir o poder e reestabelecer a ordem.

Nesse sentido, os militares gozam de prestígio entre os membros dos grupos. De acordo com o escopo estudado, os militares reúnem as melhores qualidades da sociedade brasileira, pois são altruístas, ilibados e estão sempre dispostos a sacrificar suas vidas pelo bem da Nação. Os elementos citados, são os alicerces para a aceitação ou apoio a uma nova ditadura. A análise das publicações textuais indica que

essa parte da sociedade é dotada de uma cultura histórica autoritária que conduz a uma cultura política de sujeição.

Para chegar nos resultados mencionados, utilizou-se *softwares* para efetuar a limpeza das informações e estabelecer relações autor-palavra e palavra-palavra. Por meio do uso do *OpenRefine*, excluiu-se da base, tudo que não era texto e palavras que não tinham sentido em si mesmo. No entanto, esse processo não foi simples, de modo que foi necessário o auxílio de um professor que utiliza essas ferramentas em suas pesquisas, além disso, tivemos que recorrer a outros meios de estudo, aqui destaca-se o *youtube*, plataforma que contribuiu de maneira significativa para a compreensão da funcionalidade do *OpenRefine*.

No entanto, o maior desafio em relação a *software*, sem dúvidas, foi desvendar o funcionamento do *Gephi*. Em um primeiro momento, com a ajuda do professor Edson, conseguiu-se extrair alguns resultados analisáveis. Porém, foi necessário dar sequência a pesquisa sem o precioso auxílio do professor Edson, fora necessário dedicar muitas horas de estudo para entender, minimamente, como o *Gephi* identifica as relações contidas nos textos. Nessa etapa, foram lidos diversos artigos sobre o *software*, além de assistir alguns tutoriais que ensinam como trabalhar com esta ferramenta.

Esse foi o período de maior tensão durante a pesquisa, pois, mesmo realizando diversos estudos, não houve progresso. Somente após assistir várias vídeo-aulas, produzidas por um profissional *espanohablante*, no qual, o autor descrevia todas as funcionalidades do programa, além de exemplificar o processo. A partir disso, é que foi possível ter maior compreensão sobre como o *Gephi* trabalha e assim, foi dado sequência a análise das fontes, pois as mesmas passaram a fazer sentido.

Os resultados da aplicação dos filtros do *Gephi*, são exibidos em forma de grafos. Primeiramente, foi necessário buscar na literatura, explicações sobre como um grafo é construído. Após entender o que é um grafo, depara-se com o desafio de interpretar os dados contidos nos grafos. Não foi algo simples, já que era o primeiro contato com essa forma de análise. Foi fundamental compreender o funcionamento do laboratório de dados do *Gephi*, para poder analisar de maneira, minimamente coerente, as informações contidas nos grafos.

No entanto, mesmo antes dessa fase, superar o desafio da transição do mundo físico para o virtual, foi a primeira dificuldade, o qual gerou algumas perguntas, dentre elas: Como extrair os dados do *Facebook*? Por muito tempo, essa dúvida colocou em

xeque a realização deste trabalho. Foi somente a partir do contato com um programador, que se dispôs a produzir, gratuitamente, a ferramenta de extração para o *google chrome*, é que se começou a vislumbrar a possibilidade de realizar uma pesquisa, com um banco de dados relativamente extenso. Ressalta-se que, a pesquisa, poderia não ser realizada antes mesmo de seu início.

Em resumo, a pesquisa foi um desafio, tanto no trabalho com fontes digitais, quanto na metodologia. Em relação ao uso de fontes contidas no ciberespaço, emerge-se nos estudos da *netnografia*, para saber como realizar pesquisa nesse campo. Logo em seguida, volta-se para os estudos da história pública e digital, para entender como historiadores e historiadoras podem atuar nesse espaço.

A *netnografia* contribuiu também, com o processo metodológico, ao indicar os passos que uma pesquisa *online* em comunidades pode seguir. Acredita-se que a pesquisa abriu espaço para novos trabalhos que tenham como objeto, as informações contidas no ciberespaço, uma vez que propiciou adquirir conhecimentos metodológicos e teóricos que permitem explorar de maneira variada, fontes digitais.

Os desafios e resultados trouxeram alguns questionamentos que podem conduzir a novas pesquisas, são eles: Como as narrativas contidas no ciberespaço contribuem para a formação da consciência histórica dos sujeitos? Como essas narrativas que defendem a ditadura interferem no processo do Ensino de História? Como a História pública e digital pode contribuir com o processo de formação da consciência histórica por meio das mídias sociais? O ciberespaço reproduz ou produz novas interpretações sobre a cultura histórica e política? Por fim, como a especificidade do ciberespaço pode contribuir para a construção de memórias sobre o período ditatorial?

Por tudo isso, entende-se que o ciberespaço interfere de forma direta na construção da cultura política, portanto, é um campo em disputa entre as ideologias concorrentes. Acredita-se que esta pesquisa contribuiu para a construção de uma ferramenta metodológica que pode corroborar para desvendar os significados dos discursos contidos no ciberespaço.

REFERÊNCIAS

- ABELHA, D. M. *et al.* A Netnografia e a Análise de Comunidades Virtuais: um estudo de caso aplicado aos discentes da UFRRJ. In: **IX Simpósio de Excelência em Gestão Tecnológica**, 9, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/45616486.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- ALMEIDA, F. C. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos**. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.
- ALVES, R. C. História e Vida: o encontro epistemológico entre a didática da história e a educação histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 49-69, jan./jun. 2013
- AMARAL, A; NATAL, G; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 1, n. 6, 2008
- AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização: Uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais: RBCS**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 109-122, jun. 1995.
- BALESTRA, J. P. C. **O peso do passado**: currículos e narrativas no ensino de história das Ditaduras de Segurança Nacional em São Paulo e Buenos. 2015. 226f. Tese (Doutorado em Educação). Campinas, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- BAPTISTA, L. O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea. In: Encontro Internacional de História, 5, 2015. Vitória. **Anais do V Encontro Internacional UFES/ Université ParisEst**. Vitória: UFES/ Paris-Est, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ufesupem/article/view/12355/8634>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- BASTIAN, M; HEYMANN, S. JACOMY, M. Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks. **International AAAI Conference on Weblogs and Social Media**, 2009.
- BAUER, C. S. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 2011. 446f. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre – Barcelona, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Departament d’Història Contemporània da Universitat de Barcelona, 2011.

BAUER, C. S. As políticas de memória e de esquecimento sobre as ditaduras argentina e brasileira através das lembranças dos golpes civil-militares. *In: Simpósio Nacional de História*, 26, 2011. São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299413708_ARQUIVO_textocompleto.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

BAUER, C. S. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. **Dimensões**, vol. 32, 2014, p. 148-169. ISSN: 2179-8869

BERSTEIN, S. A cultura política. *In: RIOUX, J. P; SIRINELLI, J. F. Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BERSTEIN, S. Culturas políticas e historiográficas. *In: Cultura política, memória e historiografia*. Orgs. AZEVEDO, C. et al. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de O. L.; GONÇALVES, C. A. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2011.

CERRI, L. F. Interfaces entre cultura histórica e cultura política. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 54-76, jan./abr. 2021.

CERRI, L. F. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional** 6(2): 93-112, Inverno 2001

CONSTANTINO, S. D. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, vol. XXVIII, n. 1, 2002, p. 183-194

BORRIES, B. V. Lidando com histórias difíceis. *In: BORRIES, B. V. Jovens e consciência histórica*. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; FRONZA, Marcelo; NECHI, Lucas Pydd. (org. e trad.) Curitiba: W. A. Editores, 2016.

CHAUI, M. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, 1995.

FRAGOSO, S; RECUERO, R; AMARAL, A. Apropriações Metodológicas. *In: FRAGOSO, S; RECUERO, R; AMARAL, A. Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

CLAUDINO, L; BALTORÉ, P, P. **Visualização analítica do sentimento negativo em opiniões acerca de serviços de telecomunicações emitidas por usuários do twitter**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília. Brasília, p. 49. 2015.

DIJCK, J. V. **La cultura de la conectividad**: una historia crítica de las redes sociales. 1ª ed. – Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

FOER, F. **O mundo que não pensa**: a humanidade diante o perigo real da extinção o Homo Sapiens. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

FRIDERICHS, L. E. Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 439-455, Ago. 2017

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. 9ª ed. – Porto Alegre: L&PM, 2002.

GALEANO, L. A. ¿De la apertura otorgada a la transición pactada? (notas sobre la cuestión del realismo político). In: RIVAROLA, D; CAVAROZZI M; Manuel Antonio GARRETÓN, M. A. **Militares y políticos en una transición atípica**. Buenos Aires: Grupo de Trabajo de Partidos Políticos, CLACSO, 1991.

GALLINI, S; NOIRET, S. La historia digital en la era del Web 2.0. Introducción al dossier Historia digital. **Historia Crítica** N°. 43, Bogotá, enero-abril 2011, 260 pp. ISSN 0121-1617 p. 16-37

GIORDANI, M. P. **Brasil Sempre**. Santa Maria: tchê, 1986.

GRECO, H. A. Memória vs. Esquecimento, instituinte vs. instituídos: a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita. In: SILVA, H. R. K. (Org.) **Luta pela Anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

GULLIVER-NEEDHAM, E. “Adam Smith to Richard Spencer: Why Libertarians Turn to the Alt-Right”, **Médiu**m, 2018. Disponível em: <https://medium.com/@elliottgulliverneedham/why-libertarians-are-embracing-fascism-5a9747a44db9>. Acesso em: 16 de jun. de 2022

JELIN, E. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias? In: **Los trabajos de la memoria**. España: Siglo Veinteuno, 2001.

KALIL et al. Who are Jair Bolsonaro's voters and what they believe. **Center for Urban Ethnography**. São Paulo, Vol. 3, nov. 2018.

KEHL, M. R. Torturas e Sintoma social. In: TELES, E; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LANIER, J. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2018.

LAZCANO, C. M; MARTINI, C. ¿Es posible la transición pactada en el Paraguay? Fuerzas Armadas y partidos políticos en la coyuntura. In: RIVAROLA, D; CAVAROZZI M; Manuel Antonio GARRETÓN, M. A. **Militares y políticos en una transición atípica**. Buenos Aires: Grupo de Trabajo de Partidos Políticos, CLACSO, 1991.

LÉVY, P. **Cibercultura**; tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência** – o futuro do pensamento na era da informática; tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LIRA, E. **Memoria y conveniencia democrática**: políticas de olvido y de memoria. 1ª. ed. – San José, C.R. FLACSO, 2010.

MALERBA, J. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017.

MARTINS, E. C. R. Cultura, história, cultura histórica. In: **Teoria e filosofia da História**. Contribuições para o Ensino de História. Curitiba: W&A Editores, 2007, p. 81-106.

MEZAROBBA, G. Anistia e reparação: uma combinação imprópria. In: SILVA, H. R. K. (Org.) **Luta pela Anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MENESES, S. Livros, leitores e internautas: os guias da história e os embates pelo passado através da mídia. In: ALMEIDA, J. R.; MENESES, S. (Org.) **História pública em debate**: Patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MONTARDO, S. P.; PASSERINO, L. M. Estudo dos blogs a partir da netnografia: possibilidades e limitações. **RENOTE-Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 4, n. 2, 2006.

MOTTA, R. P. S. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. P. S. **Culturas políticas na História**: novos estudos. Org. Rodrigo Pato Sá Motta. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fino Trato, 2014.

NETTO, P. O. B. **Grafos**: teoria, modelos, algoritmos. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.

NOVELLI, M. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet? **Revista Organizações em Contexto**, v. 6, n. 12, p. 107–133, 2010.

PERALTA, J. A G. Apoio à Democracia e Cultura Política no Paraguai. **IX Taller**: “Paraguay desde las Ciencias Sociales”. Jun. 2016.

POLIVANOV, B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, n. 3, p. 11, 2013.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, F. B. A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania. In: SILVA, H. R. K. (Org.) **Luta pela Anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

POZAS, L. M. U. El proceso de democratización paraguayo: avances y resistencias. **América Latina Hoy**, 60, 2012, pp. 17-42

PRADO, L. B. B. A anistia de 1979: uma análise sobre seus reflexos jurídicos, políticos e históricos. In: SILVA, H. R. K. (Org.) **Luta pela Anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

REDAÇÃO ABRANET. IBGE: 40 milhões de brasileiros não têm acesso à Internet. **Abranet**, 2021. Disponível em: https://www.abranet.org.br/Noticias/IBGE%3A-40-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-acesso-a-Internet-3345.html?UserActiveTemplate=site#.Ya5OBrpv_IV. Acesso em: 06 de dez. de 2021.

ROCHA, J. C. C. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. 1ª ed. Goiânia: editora e livraria caminhos, 2021.

ROCHA, P. J; MONTARDO, S. P. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, dezembro de 2005.

ROSENZWEIG, R. Scarcity or abundance? Preserving the past in a digital era. **American Historical Review**. p. 735-762, jun. 2003.

ROSENZWEIG, R. Can history be open source? *Wikipedia* and the future of the past. **The Journal of American History**. jun. 2006.

ROTHBARD, M. “¿Por qué paleo?”. **Centro Mises**. Disponível em: <https://www.mises.org.es/2016/03/por-que-paleo/>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n.2, p. 163-209, mar. 2009.

RÜSEN, J. No caminho para uma pragmática da cultura histórica. In: RÜSEN, J. **Aprendizagem histórica**: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A editores, 2012.

RÜSEN, J. **¿Qué es la cultura histórica?**: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Traducción de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher.

RÜSEN, J. Pragmática - a construção do pensamento histórico na vida prática. In: RÜSEN, J. **Razão Histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica; tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, J. Funções do saber histórico. In: RÜSEN, J. **História Viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico; tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

SADDI, R. Didática da história como sub-disciplina da ciência histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010

SALES, J. R. Ditadura militar, anistia e a construção da memória social. In: SILVA, H. R. K. (Org.) **Luta pela Anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SALGADO, D. Pesquisa Facebook no Brasil: dados inéditos sobre a maior rede social do mundo. **OpinionBox**, jul. 2021. Disponível em: <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-facebook-no-brasil/>. Acesso em: 11/10/2021.

SEGRERA, F. L. **América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha**. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

SETEMY, A. “Ato sem perdão”: justiça de transição, políticas de memória e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero durante a ditadura militar brasileira. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 33, nº 70, p.338-358, Maio-Agosto 2020.

SILVA, P. V; JORGE, T. A. Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares. **Investigação Qualitativa em Saúde//Investigación Cualitativa en Salud**. vol. 2, p. 41-48, 2019.

STEFANONI, P. **¿La rebeldía se volvió de derecha?** 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2021.

TORO, A. A. M. **Memoria Oficial en el Chile Postdictatorial Políticas de Memoria, Relatos y Monumentalización, 1990-2010**. Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, 2017.

VALENTE, J. Facebook chega a 127 milhões de usuários no Brasil. **AgênciaBrasil**, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/facebook-chega-127-milhoes-de-usuarios-no-brasil>. Acesso em: 06 de dez. de 2021.